SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DA PARAÍBA–CREA-PB

Conselho Federal de Engenharia e Agronomia – CONFEA

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia da Paraíba – CREA - PB
Unidade Jurisdicionada

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2017

João Pessoa - PB, 2018.

Conselho Federal de Engenharia e Agronomia – CONFEA

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia da Paraíba – CREA-PB
Unidade Jurisdicionada

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2017.

Relatório de Gestão do exercício de 2017 apresentado aos órgãos de controle interno e externo e à sociedade como prestação de contas anual a que esta Unidade Jurisdicionada está obrigada nos termos do parágrafo único do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da IN TCU nº 63/2010, da IN TCU nº 72/2013, da DN TCU nº 161/2017, da Portaria TCU nº 65/2018 e das orientações do órgão de controle interno, Decisão Plenária nº 0077/2014 do CONFEA.

(Assessoria de Controle Interno do CREA-PB)
Unidade responsável pela elaboração do Relatório de Gestão

João Pessoa-PB, 2018

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 – RELAÇÃO DOS DIRETORES.....12

QUADRO 2 – RELAÇÃO DOS GESTORES POR UNIDADE ORGANIZACIONAL.....14

QUADRO 4 – RESUMO DOS INSTRUMENTOS CELEBRADOS E DOS MONTANTES TRANSFERIDOS NOS ÚLTIMOS TRÊS EXERCÍCIOS – CONFEA.....18

QUADRO 5 – RESUMO DOS INSTRUMENTOS CELEBRADOS E DOS MONTANTES TRANSFERIDOS NOS ÚLTIMOS TRÊS EXERCÍCIOS – MUTUA.....18

QUADRO 9 – SITUAÇÃO DA ANÁLISE DAS CONTAS PRESTADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA DO RELATÓRIO DE GESTÃO - MUTUA.....19

QUADRO 13 – DESEMPENHO DA FISCALIZAÇÃO NO EXERCÍCIO 2017.....22

QUADRO 14 – DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS ALCANÇADOS NO EXERCÍCIO...25

QUADRO 16 – RESUMO DAS ATIVIDADES FINALÍSTICAS DA CEECA.....27

QUADRO 17 – RESUMO DAS ATIVIDADES FINALISTICAS DA CEEE.....28

QUADRO 18 – RESUMO DAS ATIVIDADES FINALÍSTICAS DA CEAG.....29

QUADRO 20– RENOVAÇÃO DO TERÇO - ENT. DE CLASSE E ENSINO SUPERIOR.....30

QUADRO 21– COMISSÃO DE ENGENHARIA DE SEGURANÇA DO TRABALHO.....31

QUADRO 22– COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E ATRIBUIÇÃO PROFISSIONAL.....31

QUADRO 24 – FORÇA DE TRABALHO DO CREA-PB.....35

QUADRO 25 – DISTRIBUIÇÃO DA LOTAÇÃO EFETIVA.....36

QUADRO 26 – DETALHAMENTO DA ESTRUTURA DE CARGOS EM COMISSÃO E FUNÇÕES GRATIFICADAS DO CREA-PB.....36

QUADRO 29 – PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO – EIXO GESTÃO.....43

QUADRO 30 – VIDA ÚTIL E VALOR RESIDUAL DOS BENS.....46

QUADRO 31 – DEPRECIAÇÃO DE BENS MÓVEIS 2017.....46

QUADRO 32 – DEPRECIAÇÃO DE BENS IMÓVEIS 2017.....47

QUADRO 33 – DELIBERAÇÕES DO CONFEA.....49

QUADRO 3 – AÇÕES ADOTADAS PARA ATINGIR OBJETIVOS ESTRATÉGICOS.....55

QUADRO 6 - RESUMO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS SOBRE TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS PELA UJ NA MODALIDADE DE CONVÊNIO, CONTRATOS DE REPASSE E INSTRUMENTOS CONGÊNERES - CONFEA.....58

QUADRO 7 - RESUMO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS SOBRE TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS PELA UJ NA MODALIDADE DE CONVÊNIO, CONTRATOS DE REPASSE E INSTRUMENTOS CONGÊNERES - MUTUA.....59

QUADRO 8 – SITUAÇÃO DA ANÁLISE DAS CONTAS PRESTADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA DO RELATÓRIO DE GESTÃO - CONFEA.....60

QUADRO 10 – COMPARATIVO DA RECEITA ORÇADA COM A REALIZADA DURANTE O EXERCÍCIO..... 61

QUADRO 11 – DESPESAS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO.....68

QUADRO 12 – DESPESAS POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA.....69
QUADRO 15 – RESUMO DAS ATIVIDADES FINALISTICAS DO PLENÁRIO.....71
QUADRO 19 - RESUMO DAS ATIVIDADES FINALÍSTICAS DA CEMQGM.....73
QUADRO 23 – COMPOSIÇÃO DO PLENÁRIO NO EXERCÍCIO 2017.....74
QUADRO 27 – DESPESA DO PESSOAL.....77
QUADRO 28- COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE ESTAGIÁRIOS.....78

LISTA DE FIGURAS E ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Organograma do CREA-PB 11
Figura 2 - Participações do CREA-PB junto à sociedade 24

Gráfico 1 – Forma de recebimento das demandas 41
Gráfico 2 - Tipo de manifestação das demandas.....42
Gráfico 3 – Tipo de demanda.....42
Gráfico 4 – Situação da demanda.....43

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CONFEA: Conselho Federal de Engenharia e Agronomia
CREA: Conselho Regional de Engenharia e Agronomia
UJ: Unidade Jurisdicionada
TCU: Tribunal de Contas da União
DN: Decisão Normativa
PRES: Presidência
GAB: Gabinete
AJU: Assessoria Jurídica
ATEC: Assessoria Técnica dos Colegiados
APAR: Assessoria Parlamentar
ASCOM: Assessoria de Comunicação
ACI: Assessoria de Controle Interno
OUV: Ouvidoria
ATI: Assessoria Técnica Institucional
SUP: Superintendência
GIE: Gerência de Infraestrutura
GRE: Gerência de Registro
GFI: Gerência de Fiscalização
GAC: Gerência de Assistência ao Colegiado
GPP: Gerência de Programas e Projetos
GTI: Gerência de Tecnologia da Informação
PE: Planejamento Estratégico
TI: Tecnologia da Informação
SI: Sistema de Informação
ART: Anotação de Responsabilidade Técnica
SIC: Sistema de Informações CONFEA/CREA
PRODESU: Programa de Desenvolvimento Sustentável
SITAC: Sistema de Informações Técnicas e Administrativas do CREA-PB
SENGE/PB: Sindicatos dos Engenheiros no Estado da Paraíba
SINTEC/PB: Sindicato dos Técnicos Industriais de Nível Médio do Estado da Paraíba
SINDUSCON/JP: Sindicato da Indústria da Construção Civil João Pessoa
SINTRICOM: Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção e do Mobiliário
CEP/PB: Clube de Engenharia da Paraíba
AEA/PB: Associação dos Engenheiros Agrônomos da Paraíba

IBAPE/PB: Instituto Brasileiro de Avaliações e Perícias de Engenharia da Paraíba

ASSEMPB: Associação dos Engenheiros de Minas da Paraíba

ABEE/PB: Associação Brasileira de Engenheiros Eletricistas da Paraíba

AEST/PB: Associação dos Engenheiros de Segurança do Trabalho da Paraíba

UFCG: Universidade Federal de Campina Grande-PB

UFPB: Universidade Federal da Paraíba

UEPB: Universidade Estadual da Paraíba

IF/PB: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba

IPOG: Instituto de Pós-Graduação e Graduação

UNINASSAU: Faculdade Maurício de Nassau

FIP: Faculdades Integradas de Patos

CEAS: Central de Ensino Aplicado na Saúde

CEECA: Câmara Especializada de Engenharia Civil e Agrimensura

CEEE: Câmara Especializada de Engenharia Elétrica

CEAG: Câmara Especializada de Agronomia

CEEMQGM: Câmara Especializada de Engenharia Mecânica, Metalurgia, Química, Geologia e Minas

CEST: Comissão de Engenharia de Segurança do Trabalho

CEAP: Comissão de Educação e Atribuição Profissional

EMBRAPA: Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

SEDAP: Secretaria de Estado do Desenvolvimento da Agropecuária e Pesca

MP/PB: Ministério Público da Paraíba

TCE: Tribunal de Contas do Estado

TRT/PB: Tribunal Regional do Trabalho da Paraíba

DNPM: Departamento Nacional de Produção Mineral

COPAM: Conselho de Proteção Ambiental

SUDEMA: Superintendência de Administração do Meio Ambiente

AGEVISA: Agência Estadual de Vigilância Sanitária

TAC: Termo de Ajuste de Conduta

PRODAFISC: Programa de Desenvolvimento e Aprimoramento da Fiscalização

PRODACOM: Programa de Desenvolvimento e Aperfeiçoamento da Comunicação

PRODAFIN: Programa de Desenvolvimento e Aperfeiçoamento das Atividades Finalísticas

RAGP: Regulamento Administrativo de Gestão de Pessoas

CLT: Consolidação das Leis Trabalhistas

CIEE: Centro Integrado Empresa Escola

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO *8*

1. VISÃO GERAL *9*

1.1. Finalidade e competências **9**

1.2. Normas e regulamento de criação, alteração e funcionamento da unidade **10**

1.3. Breve histórico da entidade **10**

1.4. Organograma **10**

2. PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E RESULTADOS *15*

2.1. Planejamento Organizacional **15**

2.1.1. Descrição sintética dos objetivos do exercício 16

2.1.2. Vinculação dos planos da unidade com as competências institucionais e outros planos 16

2.1.3. Formas e instrumentos de monitoramento da execução e resultados dos planos 17

2.2. Desempenho Orçamentário **17**

2.2.1. Execução física e financeira das ações da Lei Orçamentária Anual de responsabilidade da unidade 17

2.2.2. Execução descentralizada com transferência de recursos 17

2.2.2. Informações sobre a realização das receitas 19

2.2.3. Informações sobre a execução das despesas 20

2.3. Desempenho Operacional **20**

2.4. Apresentação e análise de indicadores de desempenho **24**

3. GOVERNANÇA, GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS *26*

3.1. Descrição das estruturas de governança **26**

3.2. Informações sobre dirigentes e colegiados **32**

3.3. Atuação da unidade de auditoria interna **32**

3.4. Atividades de correição e apuração de ilícitos administrativos **32**

3.5. Gestão de riscos e controles internos **33**

3.6. Política de remuneração dos administradores e membros de colegiados **33**

3.7. Informações sobre a empresa de auditoria independente contratada **33**

4. ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO *35*

4.1. Gestão de pessoas **35**

4.1.1. Estrutura de pessoal da unidade 35

4.1.2. Demonstrativo das despesas com pessoal 37

4.1.3. Gestão de riscos relacionados ao pessoal 37

4.1.4. Contratação de mão de obra temporária 37

4.2. Gestão da tecnologia da informação **38**

4.2.1. Principais sistemas de informações 38

5. *RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE* *41*

5.1. Canais de acesso do cidadão **41**

5.2. Aferição do grau de satisfação dos cidadãos-usuários **43**

5.3. Mecanismos de transparência das informações relevantes sobre a atuação da unidade **43**

5.4. Medidas para garantir a acessibilidade aos produtos, serviços e instalações **44**

6. DESEMPENHO FINANCEIRO E INFORMAÇÕES CONTÁBEIS 45

6.1. Desempenho financeiro no exercício 45

6.2. Tratamento contábil da depreciação, da amortização e da exaustão de itens do patrimônio e avaliação e mensuração de ativos e passivos 45

6.3. Sistemática de apuração de custos no âmbito da unidade 47

6.4. Demonstrações contábeis exigidas pela Lei 4.320/64 e notas explicativas 48

7. CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDAS DOS ÓRGÃOS DE CONTROLE 49

7.1. Tratamento de determinações e recomendações do TCU 49

7.2. Tratamento de recomendações do Órgão de Controle Interno 49

7.3. Medidas administrativas para apuração de responsabilidade por dano ao Erário 49

8. OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES 50

9. ANEXOS E APÊNDICES 55

APRESENTAÇÃO

O CREA-PB em consonância com os órgãos de controle e fiscalização e em atendimento aos conteúdos dos relatórios exigidos pelo Tribunal de Contas da União – TCU, na Decisão Normativa TCU nº 161, de 1º de novembro de 2017, na Portaria TCU nº 65, de 28 de fevereiro de 2018, como também à Decisão PL nº 0077, de 13 de fevereiro de 2014, que define as diretrizes e os procedimentos para o acompanhamento da gestão, a prestação de contas e a apresentação de relatório de gestão do Sistema CONFEA/CREA, elaborou este documento para cumprir as referidas exigências e demonstrar a transparência da gestão.

Neste relatório de gestão, consta a visão geral da unidade, com sua finalidade e competências, normas e regulamento; planejamento organizacional e desempenho orçamentário e operacional; governança, gestão de riscos e controles internos; áreas especiais da gestão, como gestão de pessoas e gestão da tecnologia da informação; relacionamento com a sociedade; desempenho financeiro e informações contábeis; conformidade da gestão e demandas dos órgãos de controle, e outras informações relevantes.

O documento está estruturado em nove capítulos que trata dos assuntos acima citados através de explanações, quadros, gráficos e figuras com o intuito de tornar fácil a leitura e a compreensão.

O capítulo 7 referente à conformidade da gestão e demandas dos órgãos de controle visa explanar os encaminhamentos dados às recomendações tanto do TCU como de órgãos de controle interno ao CREA-PB, bem com as ocorrências de dano ao erário. Os quadros referentes a demandas e recomendações do TCU e medidas administrativas para apuração de responsabilidade por dano ao Erário não foram preenchidos em virtude de não haver no exercício nenhuma aplicabilidade para este Conselho, conforme demonstrado nos referidos itens.

O capítulo 8 relativo a outras informações faz menção às principais participações do CREA-PB, quer seja representado pela direção superior, conselheiros ou corpo gerencial, em eventos relevantes e importantes para o Sistema CONFEA/CREA, como também para a sociedade.

Os demais capítulos estão descritos com seus conteúdos de acordo com o solicitado com a finalidade de atender às exigências do TCU.

1. VISÃO GERAL

Este capítulo objetiva atender o disposto no Anexo II da DN TCU nº 161, de 1º de novembro de 2017, no seu conteúdo estão expostas as características básicas do funcionamento do CREA-PB, sua estrutura e ambiente de atuação. A seção foi organizada em quatro subseções: "Finalidade e competências", "Normas e regulamento de criação, alteração e funcionamento da unidade", "Breve histórico da entidade" e "Organograma".

1.1. Finalidade e competências

As finalidades e competências institucionais do CREA-PB estão definidas na Lei nº 5.194, de 24 de dezembro de 1966 e no seu Regimento Interno, publicado em www.creapb.org.br.

A Lei nº 5.194, de 24 de dezembro de 1966, decreta que os Conselhos Regionais de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (CREA) são órgãos de fiscalização do exercício de profissões de engenharia, arquitetura e agronomia, em suas regiões.

Dentre as atribuições dos Conselhos Regionais, conforme a Lei nº 5.194/66 podemos destacar:

- *examinar reclamações e representações acerca de registros;*
- *julgar e decidir, em grau de recurso, os processos de infração da presente Lei e do Código de Ética;*
- *julgar, em grau de recurso, os processos de imposição de penalidades e multas;*
- *organizar o sistema de fiscalização do exercício das profissões reguladas pela presente Lei;*
- *examinar os requerimentos e processos de registro em geral, expedindo as carteiras profissionais ou documentos de registro;*
- *sugerir ao Conselho Federal medidas necessárias à regularidade dos serviços e à fiscalização do exercício das profissões reguladas nesta Lei;*
- *agir, com a colaboração das sociedades de classe e das escolas ou faculdades de engenharia, arquitetura e agronomia, nos assuntos relacionados com a presente Lei;*
- *cumprir e fazer cumprir a presente Lei, as resoluções baixadas pelo Conselho Federal, bem como expedir atos que para isso julguem necessários;*
- *registrar as tabelas básicas de honorários profissionais elaboradas pelos órgãos de classe;*

As finalidades e competências do Plenário, Câmaras Especializadas, Presidência, Diretoria, Inspetoria, Comissões Permanentes, Comissões Especiais e dos Grupos de Trabalho estão dispostas no Regimento do CREA-PB, aprovado pela Decisão Plenária PL nº 2105/2004, de 9 de dezembro de 2004.

1.2. Normas e regulamento de criação, alteração e funcionamento da unidade

O Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado da Paraíba - CREA-PB foi criado e instalado pela Resolução nº 171, de 29 de agosto de 1968, na forma estabelecida pelo Decreto Federal nº 23.569, de 11 de dezembro de 1933, e mantido pela Lei nº 5.194, de 24 de dezembro de 1966, e é regido pelo Regimento Interno homologado pelo Plenário do CONFEA em Sessão Plenária Ordinária de nº 1.325 por meio do Parecer 1294/2004, PL 2105/2004 em 9 de dezembro de 2004.

A estrutura organizacional do CREA-PB é regulada pela Portaria nº 07, de 10 de abril de 2007 – Regulamento Administrativo e de Gestão de Pessoas do CREA-PB; assim como o quadro de pessoal e o Plano de Cargos, Carreiras e Salários – PCCS aprovados com texto alterados pelas: Emenda nº 1 de 9 de dezembro de 2010 aprovada por meio da Decisão de Diretoria nº 34/2010 e homologada pela Decisão Plenária nº PL-256/2010 - Portaria nº 47 de 14 de dezembro de 2010, publicada no Diário Oficial da União em 30/12/2010. Emenda nº 2 de 1º de fevereiro de 2012 aprovada por meio da Decisão de Diretoria nº 02/2012 e homologada pela Decisão Plenária nº PL-38/2012 - Portaria nº 52 de 30 de abril de 2012, publicada no Diário Oficial da União em 05/06/2012. Emenda nº 3 de 21 de janeiro de 2013 aprovada por meio da Decisão de Diretoria nº 001/2013 e Decisão Plenária nº PL-009/13 – Portaria nº 018 de 02 de abril de 2013, publicada no Diário Oficial da União em 08/04/2013.

1.3. Breve histórico da entidade

Antes denominado Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia, o CREA da 16ª região foi criado em 1967, com sede em João Pessoa e jurisdição nos Estados da Paraíba e Rio Grande do Norte (Resolução nº 165, de 27 de outubro de 1967). Em 23 de março de 1968 passou a atender exclusivamente o Estado da Paraíba e, em 1972, adquiriu sua sede própria no endereço que até hoje está localizado, na Av. Dom Pedro I, centro da capital paraibana. No final de 2011, com a saída dos arquitetos para a criação do seu próprio Conselho profissional, passou a constituir-se como Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado da Paraíba.

Ao longo de sua história, o CREA-PB contou com 11 presidentes e, a partir de 2012, passou a ser presidido por Giucélia de Araújo Figueiredo, primeira mulher a assumir o cargo de presidência do Conselho, sendo reconduzida a presidência em 2015 e encerrando sua gestão em 31 de dezembro de 2017.

1.4. Organograma

Nesta subseção, será apresentada a estrutura organizacional do CREA-PB, isto é, a forma pela qual as funções, atividades, procedimentos, tarefas e operações são planejadas, organizadas, coordenadas e controladas para a melhor consecução dos objetivos e metas estabelecidas.

A Figura 1 retrata o organograma do CREA-PB, aprovado no Regulamento Administrativo e de Gestão de Pessoas.

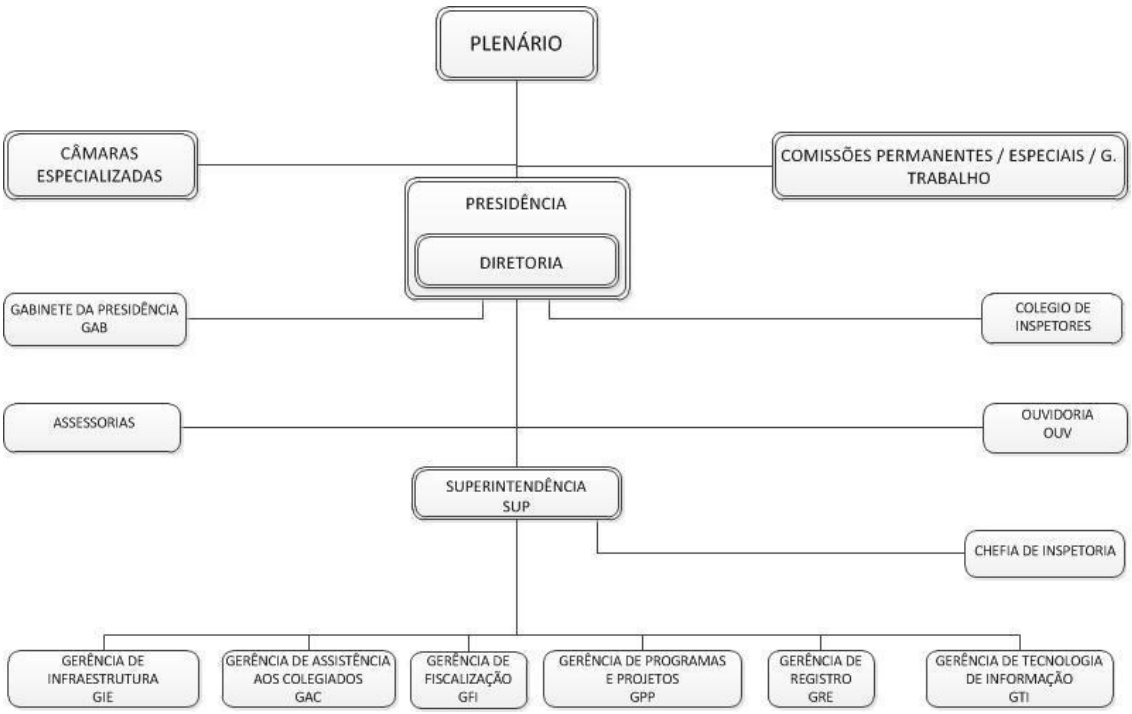


Figura 1 - Organograma do CREA-PB
Fonte: Regulamento Administrativo e de Gestão de Pessoas do CREA-PB - Anexos

A estrutura organizacional do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado da Paraíba – CREA-PB é formada pelas estruturas descritas a seguir:

Estrutura Básica é responsável pela criação de condições para o desempenho integrado e sistemático das finalidades do Conselho Regional, sendo composta por órgãos de caráter decisório ou executivo, compreendendo: Plenário, Câmaras Especializadas, Presidência, Diretoria e Inspetorias, Escritórios e Postos Avançados.

Estrutura de Suporte é responsável pelo apoio aos órgãos da estrutura básica nos limites de sua competência específica, sendo composta por órgãos colegiados de caráter permanente, especial ou temporário compreendendo: Comissão Permanente (Comissão de Ética Profissional, Comissão de Orçamento e Tomada de Contas, Comissão de Renovação do Terço, Comissão de Meio Ambiente, Comissão de Segurança do Trabalho e Comissão de Relações Institucionais e Profissionais); Comissão Especial (Comissão do Mérito, Comissão Eleitoral Regional, Comissão de Sindicância e Inquérito e Comissão de Licitação) e Grupo de Trabalho.

Estrutura Auxiliar é responsável pelos serviços de atendimento ao público, administrativos, financeiros, contábeis, jurídicos e técnicos e tem por finalidade prover apoio para o funcionamento da Estrutura Básica e da Estrutura de Suporte.

As Inspetorias são unidades desconcentradas e estão localizadas nas cidades de Campina Grande, Guarabira, Patos, Pombal, Sousa, Cajazeiras e Itaporanga, cada uma com a sua área de circunscrição para atuação.

O Quadro 1, a seguir, identifica os respectivos gestores que comporam o rol de responsáveis do CREA-PB no exercício de referência do Relatório de Gestão.

QUADRO 1 - RELAÇÃO DOS DIRETORES			
	Nome	**Cargo/Função**	**Período de Designação**
1	GIUCÉLIA ARAÚJO DE FIGUEIREDO	Presidente	01.01.2015 a 31.12.2017
2	HUGO BARBOSA DE PAIVA JUNIOR	1º Vice-Presidente	01.02.2017 a 31.12.2017
3	LUIZ CARLOS CARVALHO DE OLIVEIRA	2º Vice-Presidente	01.02.2017 a 31.12.2017
4	EVELYNE EMANUELLE PEREIRA LIMA	1º Secretário	01.02.2017 a 31.12.2017
5	DINIVAL DANTAS DE FRANÇA FILHO	2º Secretário	01.02.2017 a 31.12.2017
6	ANTONIO DOS SANTOS DALIA	1º Tesoureiro	01.02.2017 a 31.12.2017
7	OTÁVIO ALFREDO FALCÃO DE O. LIMA	2º Tesoureiro	01.02.2017 a 31.12.2017

Fonte: Gabinete da Presidência

As finalidades e atribuições das unidades organizacionais que compõem o CREA-PB constam no Regulamento Administrativo e de Gestão de Pessoas do CREA-PB, Portaria nº 07, de 10 de abril de 2007, conforme descrição resumida abaixo:

Art. 7º Os órgãos de Assessoramento tem como atribuição básica o seguinte:

I – O Gabinete da Presidência – GAB tem como função precípua apoiar o Plenário em suas sessões, a Presidência e a Diretoria, em todas as suas atividades;

II - A Assessoria Jurídica – AJU cabe a assistência jurídica primordialmente à Presidência, aos demais órgãos colegiados, conselheiros, órgãos de gerência, direção e assessoramento. Manifesta-se por meio de despachos e pareceres dirimindo dúvidas, mesmo quando verbalmente solicitadas, a fim de orientar a prática de atos administrativos;

V – A Assessoria de Controle Interno - ACI compete exercer o controle e a supervisão do orçamento do Conselho, bem assim todas as despesas efetuadas, bem como toda a parte de controladoria em relação a tramitação de processos;

VI - A Ouvidoria – OUV compete à responsabilidade de mediar conflitos direcionados a soluções de controle interno e demandas externas, críticas, elogios, sugestões e denúncias relacionadas às atividades do CREA-PB, aumentando o retorno positivo para a instituição e o público-alvo que são os profissionais do sistema e clientes; apoiando o consumidor em todas as suas demandas relacionadas a legislação do Sistema CONFEA/CREA'S;

VIII - A Assessoria Técnica Institucional – ATI atenderá demandas institucionais externas advindas de convênios, órgãos e instituições públicas, governo federal, estadual, municipal, entidades de classe, instituições de ensino, e demais demandas designadas pela Presidência

Art. 8º Aos órgãos da Administração Geral, Superintendência, Gerência da Infraestrutura, Gerência de Registros, Gerência de Fiscalização, Gerência de Tecnologia da Informação, Gerência de Assistência aos Colegiados, Chefia de Inspetoria, Gerência de Programa e Projetos, cabem, respectivamente:

I - A Superintendência – SUP compete gerir a administração geral do Conselho conforme determinações da Presidência, assessorar a Presidência na questão econômico-financeira; supervisionar a elaboração dos projetos orçamentários; encaminhar à Presidência, pedidos de aquisição de materiais e serviços;

II - A Gerência da Infraestrutura – GIE compete às atividades relacionadas com administração e controle de pessoal, programas financeiros, orçamento, processamento

contábil, bem como a movimentação de valores, além das atividades relacionadas com material, patrimônio, serviços gerais, transportes, arquivo, guarda e movimentação de bens;

III - A Gerência de Registros – GRE compete realizar todos os serviços de atendimento ao público, protocolo geral, registro de profissionais e de pessoas jurídicas, anotações de responsabilidade técnica e acervo técnico, envio de cartas de cobrança e cancelamento de registros, engenharia pública, além de manutenção do cadastro atualizado;

IV - A Gerência da Fiscalização – GFI compete coordenar e programar o sistema de fiscalização do exercício profissional de pessoas física e jurídica ligadas à engenharia e agronomia e demais profissões reguladas e fiscalizadas por este Conselho;

V - A Gerência de Tecnologia de Informação – GTI compete programar, elaborar, organizar, dirigir, orientar, supervisionar, controlar e coordenar todas as atividades técnico-científicas de informática; desenvolver programas básicos de computação para implantação e alteração de dados; manter sob sua guarda programas de computação, necessários às atividades do Conselho;

VI - A Gerência de Assistência aos Colegiados – GAC tem como função básica apoiar todas as atividades das Câmaras Especializadas e da Estrutura de Suporte que compreende as Comissões, Grupos de Trabalho, no desempenho de suas atividades regimentais;

VII – A Seção de Chefia de Inspetoria é ocupada por todos os empregados designados por ato administrativo da Presidência, com competência para gerenciar os trabalhos administrativos, atendimento e fiscalização das Inspetorias e Escritórios;

VIII – A Gerência de Programas e Projetos – GPP é responsável pela consecução de programas e projetos que visam angariar recursos para o CREA-PB;

IX - As Assessorias Técnicas competem dar assistência à Presidência, Diretoria, Inspetorias, Superintendência, Gerências sobre assuntos técnico-administrativos e de gestão, relativos às atividades do Conselho e ao exercício das profissões envolvidas.

Art. 9º Serão instituídas Assessorias Adjuntas e Subgerências correspondentes a Assessoria Técnica dos Colegiados, Assessoria Jurídica e Gerências, dependendo da natureza e o volume de serviços exigidos nesses setores.

Em virtude do volume de serviços e visando uma maior celeridade e eficiência nos serviços prestados aos profissionais e à sociedade, bem como a valorização dos empregados, foram criadas, desde 2014, conforme prevê o artigo acima, as seguintes sub-gerências e assessoria: Sub-gerência de Registro, Sub-gerência de Fiscalização, Sub-gerência de Tecnologia de Informação e a Assessoria Jurídica Adjunta.

A Decisão de Diretoria do CREA-PB nº 07/2011, de 07 de abril de 2011, aprova o Ato Normativo Interno nº 01/2011 que cria o Colégio de Inspetores do CREA-PB e institui o seu Regimento:

Art. 1º - O Colégio de Inspetores do Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia da Paraíba tem por objetivo precípuo buscar a unidade de ação preconizada no artigo 24 da Lei nº 5.194/66 visando auxiliar nas diretrizes de Fiscalização do CREA-PB, no que se refere a:

I - aprimorar a atuação dos inspetores e consolidá-los como líderes de suas regiões, promovendo seminários, palestras, cursos, debates e outros eventos correlatos;

II - discutir e propor diretrizes para a fiscalização do CREA-PB;

III - discutir e propor ações que auxiliem na consolidação do processo de descentralização administrativa e financeira do CREA-PB;

IV- traçar diagnóstico da atuação das Inspetorias e dos Escritórios;

V - traçar estratégias para melhorar as relações institucionais na sociedade, promovendo a valorização dos profissionais do Sistema CONFEA/ CREA'S, como agentes transformadores, importantes para o desenvolvimento sustentável dos municípios;

VI - promover maior aproximação do Colégio de Inspetores com o Plenário do CREA-PB, como fórum agregador ético e parceiro.

Ainda sobre as unidades organizacionais, o Quadro 2, a seguir, identifica os respectivos gestores que estiveram no comando das áreas do CREA-PB no exercício de referência do Relatório de Gestão.

QUADRO 2 - RELAÇÃO DOS GESTORES POR UNIDADE ORGANIZACIONAL

Unidade Organizacional	Nome	Cargo	Período de designação
ICA	VERNECK ABRANTES DE SOUSA	INSPETOR TITULAR	Termo de Posse
EPO	FELEMON BENGINO DE ARAÚJO	INSPETOR TITULAR	Termo,de Posse
IGA	JOSÉ PESSOA FILHO	INSPETOR TITULAR	Termo de Posse
IPA	ANTONIO ALVES DE LIMA JUNIOR	INSPETOR TITULAR	Termo de Posse
ICA	WAGNER SARAIVA ALEXANDRE	INSPETOR TITULAR	Termo de Posse
ITA	ERNANI JOSÉ COSTA DINIZ	INSPETOR TITULAR	Termo de Posse
ESA	ROBERTO ALEXANDRE DE ASSIS	INSPETOR TITULAR	Termo de Posse
GAB	SONIA RODRIGUES PESSOA	CHEFE DE GABINETE	Portaria N º 06/2000
OUV	ALMÉRIA VITÓRIA S. CARNIATO	OUVIDORA	Portaria Nº 35/2012
ATEC	RAIMUNDO NONATO L. DE SOUSA	ASSESSOR TÉCNICO	Portaria Nº 02/2012
ATI	CORJESU PAIVA DOS SANTOS	ASS. INSTITUCIONAL	Portaria Nº 37/2010
ASCOM	GRAZIELLE CAROLINE U. P. DA CUNHA	ASS. COMUNICAÇÃO	Portaria Nº 31/2015
ACI	MARIA ELISABETE VILA NOVA	ASS. DE CONTROLE INTERNO	Portaria Nº 02/2015
SUPER	ANTONIO CARLOS DE ARAGÃO	SUPERINTENDENTE	Portaria Nº 03/2012
GIE	JOÃO GOMES DA FONSECA	GER. DE INFRAESTRUTURA	Portaria Nº 64/1995
GTI	JOSIMAR DE CASTRO B. SOBRINHO	GER. DE TECNOLOGIA DE INFORMAÇÃO	Portaria Nº 07/2013
GFI	.ANTONIO CÉSAR PEREIRA MOURA	GER. DE FISCALIZAÇÃO	Portaria Nº 03/2011
GRE	Mª INEZ DAMASCENO MAFRA CAJU	GERENTE DE REGISTRO	Portaria Nº 65/1995
GAC	RENATA MARIA BATISTA ALVES	GER. DE ASSISTÊNCIA AOS COLEGIADOS	Portaria Nº 81/2013
GPP	SÉRGIO QUIRINO DE ALMEIDA	GER. DE PROG. E PROJETOS	Portaria Nº 11/2013

Fonte: Gabinete da Presidência

2. PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E RESULTADOS

Com o objetivo de atender o disposto no Anexo II da DN TCU nº 161, de 1º de novembro de 2017, o conteúdo deste Capítulo tem como finalidade descrever informações sobre como o CREA-PB planeja o cumprimento da sua missão, apresentação dos objetivos e indicadores de monitoramento do alcance dos resultados e demonstração dos resultados relevantes relacionados à operação da unidade e vinculados ao cumprimento dos seus objetivos, ações e metas estabelecidas no planejamento organizacional.

2.1. Planejamento Organizacional

Durante o exercício de 2015 foi realizado um novo planejamento estratégico institucional para o período 2015-2018.

O plano foi construído sobre três eixos temáticos, direcionadores da atuação deste conselho, compreendendo os objetivos, as estratégias, as metas e os planos de ação. Mediante esses artefatos, buscou-se interagir tanto com o ambiente interno - os servidores, colaboradores e todo o corpo que compõe o CREA-PB - como com o ambiente externo - os profissionais e a sociedade em geral - buscando melhorar e aperfeiçoar os processos e os procedimentos de forma a prestarmos sempre um serviço mais eficiente à sociedade. As ações são pautadas por cinco pilares que, na formulação do PE, sublinhamos como Credibilidade, Compromisso, Ética, Transparência e Responsabilidade Social.

Os três eixos temáticos, a saber, são: gestão, fiscalização do exercício profissional e integração com a sociedade. Esses eixos constituíram o marco e serviram de balizadores para a definição dos objetivos estratégicos, das estratégias e das metas para o período 2015-2018. Com a definição dos objetivos estratégicos traçados para o período foi elaborado o plano de ação.

A Identidade Organizacional do CREA-PB está definida pela sua Visão, sua Missão e pelos seus Princípios e Valores, conforme segue:

Definição da Visão

O CREA-PB ser reconhecido como um Conselho de referência na prestação de serviços de qualidade.

Definição da Missão

Servir à sociedade com ética, eficiência, compromisso e transparência, assegurando, por meio da fiscalização, que as profissões da área tecnológica sejam exercidas por profissionais habilitados.

Definição dos Valores ou Princípios e Valores

Credibilidade, Compromisso, Ética, Transparência e Responsabilidade Social.

O Planejamento Estratégico foi baseado em três eixos temáticos definidos a seguir:

1. Eixo Gestão

Buscar maior eficácia nos resultados da gestão de recursos humanos, físicos e financeiros.

2. Eixo Exercício Profissional
   Fiscalização do exercício e da atividade profissional para assegurar à sociedade e ao meio ambiente a prestação de serviços por profissionais habilitados.

3. Eixo Integração Com a Sociedade
   Integrar as ações do CREA-PB à sociedade paraibana.

2.1.1 Descrição sintética dos objetivos do exercício

A adoção dos eixos temáticos possibilitou agrupar os objetivos estratégicos, conforme segue abaixo:

Eixo Gestão
Objetivos Estratégicos

1. *Melhorar os serviços prestados pelo CREA-PB;*
2. *Melhorar os processos e os procedimentos da Gestão do CREA-PB;*
3. *Aprimorar o atendimento aos usuários;*
4. *Aperfeiçoar o processo de comunicação interna;*
5. *Aperfeiçoar o processo de gestão organizacional.*

Eixo Exercício Profissional
Objetivos Estratégicos

1. *Ampliar a fiscalização, buscando maior eficiência;*
2. *Otimizar o processo de fiscalização.*

Eixo Integração Com a Sociedade
Objetivos Estratégicos

1. *Melhorar a comunicação com a sociedade;*
2. *Proporcionar acessibilidade física e virtual aos usuários do CREA-PB;*
3. *Fortalecer relação com instituições de ensino;*
4. *Buscar transparência nas atribuições profissionais.*

Os objetivos organizacionais proporcionam benefícios e cumprem os papéis de guias para a ação, motivação e envolvimento dos colaboradores e garantia de racionalidade na tomada de decisão. Apresentamos, conforme Anexo I – QUADRO 3 – AÇÕES ADOTADAS PARA ATINGIR OS OBJETIVOS ESTRATÉGICOS, uma síntese dos objetivos, estratégias e metas realizadas dos eixos temáticos gestão, exercício profissional e integração com a sociedade.

2.1.2. Vinculação dos planos da unidade com as competências institucionais e outros planos

Considerando-se que o plano estratégico do órgão que congrega os conselhos regionais, o Conselho Federal de Engenharia e Agronomia (CONFEA), compreende um horizonte 2011-2022 e é baseado em cinco eixos temáticos, a saber: Formação profissional, Exercício profissional, Organização do sistema, Integração profissional e sociedade e Inserção internacional. Após processo deliberativo, ficou definido que o CREA-PB construiria seu plano, baseado em três eixos temáticos, a saber: gestão, fiscalização do exercício profissional e integração com a sociedade.

Os eixos temáticos escolhidos pelo CREA-PB na elaboração de seu planejamento estratégico constituíram o marco e serviram de balizadores para a definição dos objetivos estratégicos, das estratégias e das metas para o período 2015-2018.

2.1.3. Formas e instrumentos de monitoramento da execução e resultados dos planos

Definir medidas de avaliação e monitoramento do processo de implantação do plano estratégico requer, em primeiro lugar, a definição de indicadores que venham facilitar sua operacionalização no cotidiano da gestão, dos processos, e se constituam em instrumentos de trabalho da gestão.

Como instrumento de monitoramento da execução dos resultados foi criado um Comitê Gestor do Planejamento Estratégico para acompanhar e avaliar a execução dos planos de ação e do Planejamento Estratégico como um todo, para uma melhor avaliação foi elaborado um formulário de fiscalização e acompanhamento do PE distribuído aos setores para que pudessem ser informadas as ações executadas, o percentual de execução, as dificuldades encontradas durante o processo de execução, bem como as sugestões de adaptação dos planos de ação para os casos de não execução, informações estas que são avaliadas e discutidas pelo Comitê, e após deliberação encaminhada aos setores de origem.

2.2. Desempenho Orçamentário

O CREA-PB no exercício de 2017 tinha um orçamento previsto de R$ 11.771.604,00 (onze milhões setecentos e setenta e um mil seiscentos e quatro reais) encerrando o exercício com um superávit orçamentário de R$ 1.601.131,07 (um milhão seiscentos e um mil cento e trinta e um reais e sete centavos), efetivando-se a arrecadação de 103,74% (cento e três vírgula setenta e quatro por cento) das receitas previstas que corresponderam ao valor de R$ 12.212.405,52 (doze milhões duzentos e doze mil quatrocentos e cinco reais e cinquenta e dois centavos), como também foram executados 90,14% (noventa vírgula quatorze por cento) das despesas fixadas que corresponderam ao valor total de R$ 10.611.274,45 (dez milhões seiscentos e onze mil duzentos e setenta e quatro reais e quarenta e cinco centavos).

2.2.1. Execução física e financeira das ações da Lei Orçamentária Anual de responsabilidade da unidade

Os quadros referentes a este item não se aplicam a este Conselho, uma vez que não trabalhamos com o Plano Plurianual e com a Lei Orçamentária Anual.

2.2.2. Execução descentralizada com transferências de recursos

Nos exercícios de 2015, 2016 e 2017 foram firmados com o CONFEA um total de 19 (dezenove) convênios, todos referente ao PRODESU (Programa de Desenvolvimento Sustentável) sendo repassado em 2015 um total de R$ 538.459,20 (quinhentos e trinta e oito mil quatrocentos e cinqüenta e nove reais e vinte centavos), em 2016 um total de R$ 902.129,42 (novecentos e dois mil cento e vinte e nove reais e quarenta e dois centavos) e em 2017 R$ 1.108.978,54 (um milhão cento e oito mil novecentos e setenta e oito reais e cinqüenta e quatro centavos). Com a MUTUA foram firmados um total de 09 (nove) convênios nos exercícios de 2015, 2016 e 2017, sendo repassado em

2015 R$ 48.500,00 (quarenta e oito mil e quinhentos reais), em 2016 R$ 62.283,36 (sessenta e dois mil duzentos e oitenta e três reais e trinta e seis centavos) e em 2017 R$ 59.632,22 (cinqüenta e nove seiscentos e trinta e dois reais e vinte e dois centavos).

QUADRO 4 – RESUMO DOS INSTRUMENTOS CELEBRADOS E DOS MONTANTES TRANSFERIDOS NOS ÚLTIMOS TRÊS EXERCÍCIOS - CONFEA

Unidade concedente ou contratante						
Nome:	CONSELHO FEDERAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA - CONFEA					
Modalidade	Quantidade de instrumentos celebrados			Montantes repassados no exercício (em R$ 1,00)		
	2017	2016	2015	2017	2016	2015
Convênio	**07**	**06**	**06**	**1.108.978,54**	**902.129,42**	**538.459,20**
Contrato de repasse	**-**	**-**	**-**	-	-	-
Totais	**07**	**06**	**06**	**1.108.978,54**	**902.129,42**	**538.459,20**

Fonte: Gerência de Programas e Projetos.

QUADRO 5 – RESUMO DOS INSTRUMENTOS CELEBRADOS E DOS MONTANTES TRANSFERIDOS NOS ÚLTIMOS TRÊS EXERCÍCIOS – MUTUA

Unidade concedente ou contratante						
Nome:	CAIXA DE ASSITÊNCIA DOS PROFISSIONAIS DO CREA - MUTUA					
Modalidade	Quantidade de instrumentos celebrados			Montantes repassados no exercício (em R$ 1,00)		
	2017	2016	2015	2017	2016	2015
Convênio	**03**	**03**	**03**	**59.632,22**	**62.283,36**	**48.500,00**
Contrato de repasse	-	-	-	-	-	-
Totais	**03**	**03**	**03**	**59.632,22**	**62.283,36**	**48.500,00**

Fonte: Gabinete da Presidência.

No exercício de 2017 foram prestadas as contas de 06 (seis) convênios junto ao CONFEA, todos relacionados ao programa PRODESU celebrados no exercício de 2016. Foram repassados R$ 902.129,42 (novecentos e dois mil cento e vinte e nove reais e quarenta e dois centavos) conforme Anexo II – QUADRO 6 – RESUMO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS SOBRE TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS PELA UJ NA MODALIDADE DE CONVÊNIO, CONTRATOS DE REPASSE E INSTRUMENTOS CONGÊNERES – CONFEA.

A Caixa de Assistência dos Profissionais do CREA, a MUTUA, foram entregues 03 (três) prestações de contas referentes a convênios firmados durante o exercício de 2017, num montante repassado ao CREA-PB de R$ 59.632,22 (cinqüenta e nove mil seiscentos e trinta e dois reais e vinte e dois centavos), conforme Anexo III - QUADRO 7 – RESUMO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS SOBRE TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS PELA UJ NA MODALIDADE DE CONVÊNIO, CONTRATOS DE REPASSE E INSTRUMENTOS CONGÊNERES - MUTUA.

Todas as contas que foram prestadas durante o exercício de 2017, referentes ao PRODESU executado no exercício de 2016, ainda não foram analisadas pelo CONFEA, conforme Anexo IV, QUADRO 8 – SITUAÇÃO DA ANÁLISE DAS CONTAS PRESTADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA DO RELATÓRIO DE GESTÃO - CONFEA.

As contas que foram prestadas no exercício de 2017, referente a Convênios firmados com a Caixa de Assistência dos Profissionais do CREA também não foram analisadas, conforme quadro abaixo:

QUADRO 9 – SITUAÇÃO DA ANÁLISE DAS CONTAS PRESTADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA DO RELATÓRIO DE GESTÃO - MUTUA.

Unidade Concedente ou Contratante				
Nome: CAIXA DE ASSITÊNCIA DOS PROFISSIONAIS DO CREA - MUTUA				
Contas apresentadas ao repassador no exercício de referência do relatório de gestão		Instrumentos		
		Convênios	Contratos de repasse	...
Contas analisadas	Quantidade aprovada	-	-	-
	Quantidade reprovada	-	-	-
	Quantidade de TCE instauradas	-	-	-
	Montante repassado (R$)	-	-	-
Contas NÃO analisadas	Quantidade	**03**	-	-
	Montante repassado (R$)	**59.632,22**	-	-
Fonte: Gabinete da Presidência.				

De acordo com consultas realizadas junto ao órgão concedente de recursos financeiros, é de entendimento que o mesmo não se utiliza de prazo limite para finalizar a análise das prestações de contas, ou seja, não há como relatar a existência de atraso na análise de prestação de contas junto ao CONFEA, pois o mesmo não segue um prazo pré-estipulado para análise das mesmas.

Fazendo uma análise crítica sobre transferências de recursos e suas prestações de contas podemos afirmar que todas as transferências de recursos repassadas ao CREA-PB são aplicadas em conformidade, não existindo situações de inadimplência nas prestações de contas. Todos os prazos de entrega das prestações de contas são cumpridos de forma rigorosa por este conselho. É de grande relevância ressaltar as estruturas de Controle Interno que previnem e/ou detectam possíveis equívocos nos processos de transferências de recursos. O Concedente possui vários setores de acompanhamento dos convênios firmados com o convenente, além de haver visitas de fiscais de convênio do concedente para verificar todo o andamento do recurso transferido. Já os controles internos que concernem ao convenente, neste caso o CREA-PB, o mesmo possui em seu organograma a Gerência de Programas e Projetos que acompanha toda essa parte de projetos e convênios do PRODESU.

2.2.3. Informações Sobre a Realização das Receitas

A receita do CREA-PB é composta principalmente pela arrecadação das ART's, que no exercício de 2017 corresponderam a 31,98% (trinta e um vírgula noventa e oito por cento) da receita líquida total, e da arrecadação das anuidades de profissionais e empresas, que corresponderam a 44,75% (quarenta e quatro vírgula setenta e cinco por cento) da receita líquida total, também no exercício de 2017. A receita líquida arrecadada neste exercício foi de R$ 11.901.491,41 (onze milhões novecentos e um mil e quatrocentos e noventa e um reais e quarenta e um centavos), pois devido a um problema de partição na origem ficou um saldo de R$ 148.238,28 (cento e quarenta e oito mil duzentos e trinta e oito reais e vinte e oito centavos) a ser repassado para o CONFEA e R$ 162.675,83 (cento e sessenta e dois mil seiscentos e setenta e cinco reais e oitenta e três centavos) a ser repassado

a MUTUA, em comparação com o exercício de 2016, no qual o conselho obteve uma receita líquida total de R$ 10.380.761,65 (dez milhões trezentos e oitenta mil setecentos e sessenta e um reais e sessenta e cinco centavos), em 2017 houve um aumento de 14,65% (quatorze vírgula sessenta e cinco por cento) da arrecadação. O incremento da receita durante o exercício de 2017 se deu devido à forte campanha, promovida pela gestão, através das mídias, redes sociais e mala direta, junto aos profissionais e empresas mostrando a importância dos mesmos estarem em dia com suas anuidades, conforme se evidencia no Anexo V, QUADRO 10 - COMPARATIVO DA RECEITA ORÇADA COM A REALIZADA DURANTE O EXERCÍCIO.

2.2.4. Informações Sobre a Execução das Despesas

As modalidades de licitação utilizadas pelo CREA-PB durante o exercício de 2017 foram em sua maioria pregão, havendo também uma licitação na modalidade tomada de preço e duas contratações por meio de licitação na modalidade concorrência. No que tange às despesas referentes ao Regime de Execução Especial, suprimento de fundos, pode-se afirmar que tais despesas foram executadas para atender a sede deste Conselho, como também suas sete inspetorias. As despesas com suprimento de fundos são divididas em despesas de pronto pagamento (despesas miúdas) e despesas com combustível.

Despesas relacionadas às contratações diretas, as quais se dividem em contratações por dispensa e por inexigibilidade, foram todas executadas após parecer jurídico confirmando que tais contratações poderiam ser realizadas dispensando-se o processo licitatório.

As despesas com pessoal, sem os encargos patronais, no exercício de 2017, corresponderam a 44,05% (quarenta e quatro vírgula cinco por cento) do total das despesas executadas, em 2016 esse percentual correspondeu a 46,70% (quarenta e seis vírgula setenta por cento), conforme Anexo VI, QUADRO 11 – DESPESAS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO.

As despesas se apresentam divididas em Despesas Correntes e Despesas de Capital. As despesas correntes do CREA-PB encontram-se subdivididas em dois grupos: Pessoal e Encargos Sociais e Outras Despesas Correntes, as despesas de capital se subdividem apenas no grupo Investimentos. Um fator relevante foi o aumento na rubrica Obras, instalações e reformas no exercício de 2017 em relação ao exercício de 2016, proveniente da conclusão da obra de construção da nova inspetoria do CREA-PB na cidade de Guarabira, através do convênio PRODESU disponibilizado pelo CONFEA, Conforme Anexo VII, QUADRO 12 – DESPESAS POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA.

O exercício de 2017 foi novamente um ano de contingenciamento de despesas, onde o princípio da economicidade foi rigorosamente colocado em prática por esta gestão. A arrecadação do CREA-PB conseguiu se manter equilibrada em relação ao exercício de 2016.

2.3. Desempenho Operacional

No exercício de 2017, os objetivos estratégicos que balizaram a gestão foram: melhorar os processos e os procedimentos da gestão, aprimorar o atendimento aos usuários, aperfeiçoar o processo de gestão organizacional, ampliar e otimizar o processo de fiscalização buscando maior eficiência, melhorar a comunicação com a sociedade, dando mais visibilidade ao CREA-PB e fortalecer a relação com as instituições de ensino.

Ainda com base nestes objetivos estratégicos e nas finalidades dos projetos do Programa de Desenvolvimento Sustentável – PRODESU, que atenderam aos eixos: exercício profissional e organização do sistema, obedecendo a agenda estratégica do CONFEA, foi possível planejar as ações

de forma a adequar os recursos financeiros disponíveis aos projetos prioritários, contemplando as áreas finalísticas e meio, com foco na eficácia e eficiência da gestão para cumprir a missão do Conselho.

No exercício de 2017 foram desenvolvidos e executados oito projetos que tiveram linha de financiamento do PRODESU, a saber: Programa de Desenvolvimento e Aprimoramento da Fiscalização – PRODAFISC – IIA, através do convênio n° 22/2017, no valor de R$ 16.150,68 (dezesseis mil cento e cinquenta reais e sessenta e oito centavos), teve por objeto a capacitação da equipe de fiscalização; Programa de Desenvolvimento e Aprimoramento da Fiscalização – PRODAFISC – IIA, através do convênio n° 33/2017, no valor de R$ 255.349,00 (duzentos e cinquenta e cinco mil trezentos e quarenta e nove reais) – CONFEA e R$ 28.372,11 (vinte e oito mil trezentos e setenta e dois reais e onze centavos) de contrapartida do CREA-PB totalizando R$ 283.721,11 (duzentos e oitenta e três mil setecentos e vinte e um reais e onze centavos), teve por objeto o pagamento de diárias dos fiscais e aquisição de combustível para consecução do plano de fiscalização; Programa de Desenvolvimento e Aperfeiçoamento das Atividades Finalísticas, através do convênio n° 25/2017, no valor de R$ 240.750,00 (duzentos e quarenta mil setecentos e cinquenta reais), teve como objeto adquirir 45 (quarenta e cinco) notebooks para os Conselheiros do CREA-PB; Programa de Auditoria Independente, através do convênio n° 50/2017, no valor de R$ 24.000,00 (vinte e quatro mil reais), teve como objeto a contratação de empresa de auditoria independente; Programa de Representação Institucional – Eleições, através do convênio n° 59/2017, no valor de R$ 69.964,60 (sessenta e nove mil novecentos e sessenta e quatro reais e sessenta centavos), teve como objeto o pagamento de diárias e divulgação do processo eleitoral do Sistema CONFEA/CREA; Programa de Desenvolvimento e Aperfeiçoamento da Comunicação - PRODACOM, através do convênio n° 61/2017, no valor de R$ 205.415,58 (duzentos e cinco mil quatrocentos e quinze reais e cinquenta e oito centavos), teve como objeto a produção de material de divulgação institucional para o CREA-PB; Programa de Representação Institucional para Participação em Reuniões do Calendário do Sistema CONFEA/CREA - IA, através do convênio n° 07/2017, no valor de R$ 162.148,68 (cento e sessenta e dois mil, cento e quarenta e oito reais e sessenta e oito centavos) teve como objeto a participação dos representantes institucionais do regional nas reuniões do calendário do Sistema CONFEA/CREA e Mútua do exercício 2017; Programa de Estruturação Tecnológica de Sedes e Inspetorias – IID, através do convênio n° 64/2017, no valor de R$ 135.200,00 (cento e trinta e cinco mil e duzentos reais) teve como objeto a Aquisição de Equipamentos de Informática para a sede do CREA-PB.

Foi executado também o projeto remanescente de 2015 que foi aditivado, o Programa de auxílio financeiro para construção da Inspetoria de Guarabira.

Outras ações de cunho institucional, social e político serão relatadas no item específico, **Capítulo 8**, que mostrará informações diversas a respeito da gestão 2017 e que não foram contempladas nos itens anteriores.

Anualmente, a Gerência de Fiscalização elabora o seu plano de fiscalização para traçar as metas a serem alcançadas, tendo como premissas principais formar/capacitar o seu quadro de agentes fiscais e integrar a equipe, identificar e alcançar o maior número de estabelecimentos e modalidades do Sistema a serem fiscalizadas, aumentar a arrecadação do CREA-PB identificando as irregularidades, desempenhando o seu papel preventivo e educativo.

Dessa forma, as seguintes ações realizadas foram os pilares dessa Gerência: seminários de fiscalização ocorridos em julho de 2017 na cidade de Patos e em dezembro de 2017 na cidade de João Pessoa, estes seminários de fiscalização com o seu caráter formador e integrador dos agentes fiscais, alcançaram seus objetivos uma vez que teve a participação efetiva dos fiscais, dos convidados e palestrantes e foi possível construir um modelo de fiscalização positivo que contribua para o aperfeiçoamento do trabalho e a sustentabilidade do Sistema além de proporcionar aos profissionais da região uma aproximação do CREA-PB.

Em 2017 o Programa de Desenvolvimento e Aprimoramento da Fiscalização – PRODAFISC passou a custear também as diárias das viagens dos agentes fiscais e o combustível dos

veículos utilizados na fiscalização, foi elaborado um plano de trabalho a partir do cronograma de fiscalizações previamente apresentado pela GFIS com início em maio de 2017 e término em abril de 2018, com meta estipulada em 10 % (dez por cento) de aumento nos quantitativos de relatórios de fiscalização de 2017 em relação ao mesmo período de 2016, foi atingido o índice de 32,80% (trinta e dois vírgula oitenta por cento) o que representou 8.230 (oito mil duzentos e trinta) relatórios de fiscalização elaborados, conforme o quadro sobre o desempenho da fiscalização abaixo:

QUADRO 13 – DESEMPENHO DA FISCALIZAÇÃO NO EXERCÍCIO 2017			
MESES	**AUTOS DE INFRAÇÃO**	**VISITAS DE OBRAS E SERVIÇOS**	**RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO**
Janeiro	118	332	450
Fevereiro	103	515	618
Março	115	650	765
Abril	120	413	533
Maio	145	874	1.019
Junho	114	641	755
Julho	112	520	632
Agosto	174	693	867
Setembro	137	556	693
Outubro	132	698	830
Novembro	125	494	619
Dezembro	83	366	449
Total	**1.478**	**6.752**	**8.230**

Fonte: Gerência de Fiscalização.

Com o objetivo de intensificar e dinamizar a fiscalização, foram realizadas “fiscalizações itinerantes” nas jurisdições de Campina Grande, Guarabira, Itaporanga, Cajazeiras e Sousa, abrangendo vários municípios e com o intercâmbio dos agentes fiscais. Como também foram realizadas fiscalizações em conjunto com diversos órgãos, tais como: Ministério Público do Estado da Paraíba, onde foram realizadas fiscalizações em unidades de saúde, abrigos e instituições permanentes de idosos, supermercados, restaurantes e estádios de futebol, dentre outros. Já com a Secretaria Estadual de Desenvolvimento Agropecuário e da Pesca – SEDAP e com o Ministério do Trabalho e Emprego, a gerência de fiscalização juntamente com a assessoria técnica deste conselho, realizaram diversas fiscalizações em estabelecimentos de comercialização de agrotóxicos e o uso desses produtos em plantios de culturas temporárias e permanentes da região, de modo que houve o início da “Operação Ceres” (fiscalização conjunta com vários órgãos, como: Polícia Militar Ambiental, SUDEMA, AGEVISA, Secretaria da Receita Estadual, CEREST, dentre outros). Ainda, durante o ano de 2017 o CREA-PB juntamente com o SINDUSCON e o SINTRICON realizaram inúmeras fiscalizações “in loco” no sentido de orientar nos canteiros de obras acerca de planejamentos voltados para segurança, saúde e higiene do trabalhador. Em parceria também com o Corpo de Bombeiros do Estado da Paraíba, foram fiscalizadas as estruturas metálicas das arquibancadas e trios elétricos para eventos temporários, como também os parques de diversões e estádios de futebol. Com o Sindicato da Indústria da Construção Civil de João Pessoa - PB, o CREA-PB realizou fiscalização orientativa quanto à questão de segurança do trabalho e fiscalização do exercício profissional.

As ações estratégicas também refletiram no processo de modernização do CREA-PB desde a implantação, em 2013, do sistema corporativo, o Sistema de Informações Técnicas e Administrativas do CREA-PB – SITAC que é responsável por uma parceria inédita entre os CREA's, sendo o CREA-PB convidado para participar, com uma equipe interdisciplinar da implantação do referido Sistema em vários estados, bem como recebeu a visita de vários CREA's, promovendo a troca de experiências e padronização dos procedimentos.

As ações de parcerias, convênios, divulgação, acesso à informação e visibilidade do CREA-PB contribuíram para uma agenda positiva dando continuidade aos projetos iniciados ao longo dos últimos cinco anos.

A Assessoria de Comunicação prosseguiu com uma atuação eficiente no sentido não só da divulgação institucional, como da aproximação do Regional em direção aos profissionais da área tecnológica, por um lado e, por outro, da sociedade paraibana como um todo, ao passo em que a própria existência do CREA diz respeito ao bem estar e segurança da população.

Desta forma, foi trabalhada a divulgação através das próprias mídias do Regional (site, redes sociais, *mailing*) e outros meios de comunicação, tais como jornal, rádio, televisão e mídia impressa. As ações visaram à divulgação da legislação do Conselho, com o intuito de promover a conscientização popular no que diz respeito ao exercício legal das profissões tecnológicas e como parte da política de valorização profissional, bem como a conscientização dos profissionais e empresas em se manterem regular com o Conselho pagando suas anuidades em dia ou parcelando o seu débito. O que gerou os seguintes números: 133 emails enviados via mala direta dos profissionais com informes, divulgação de cursos e eventos; 75 postagens de divulgação de cursos, eventos, palestras e workshops nas redes sociais; 46 postagens nas redes sociais referentes às datas comemorativas do sistema CONFEA/CREA e afins; 902 publicações nas páginas do facebook e twitter; 259 publicações no instagram; 132 matérias publicadas no site institucional; 93 coberturas e divulgações de reuniões e participações do CREA-PB em eventos.

O Conselho vem desenvolvendo o seu papel social e a sua missão realizando relevantes ações através dos convênios e das parcerias com instituições de ensino, prefeituras e com os órgãos de controle e fiscalização como o Tribunal de Contas do Estado - TCE, Ministério Público da Paraíba - MP/PB, o Conselho de Proteção Ambiental - COPAM e a Superintendência de Administração do Meio Ambiente – SUDEMA.

O relacionamento com as instituições de ensino superior permaneceu sólido e próximo desse público promovendo ações, sejam de divulgação, de colaboração ou capacitação dos profissionais e empregados. Dessa forma, foram realizadas palestras para os estudantes da área tecnológica no Centro de Tecnologia da Universidade Federal da Paraíba – UFPB, no Centro Universitário de João Pessoa – UNIPÊ, na Faculdade de Santa Maria, na cidade de Cajazeiras-PB, na UNIFACISA – Centro Universitário, na cidade de Campina Grande-PB e na UNINASSAU com o objetivo de informar os futuros profissionais sobre o Sistema CONFEA/CREA, assim como debater sobre assuntos que influenciam no exercício da profissão.

Permaneceram todos os convênios já existentes com diversas instituições de ensino superior, como Centro Universitário de João Pessoa – UNIPE, Faculdades Integradas de Patos – FIP e Faculdade Unida da Paraíba – UNIPB, com a Faculdade Maurício de Nassau cujo objetivo é a cooperação técnico-educacional entre os convenientes para incentivar a participação dos profissionais e empregados do CREA-PB nos cursos de graduação, pós-graduação e MBA ministrados pela instituição de ensino e com o Instituto de Pós-Graduação e Graduação - IPOG, a divulgação dos cursos de pós-graduação e desconto para os profissionais do Sistema CONFEA/CREA e empregados.

Com os órgãos de controle e fiscalização uma ação contínua e de grande destaque é com o MP/PB, que leva ao conhecimento do gestor público, autoridades do município e sociedade em geral, a necessidade de cumprir o Estatuto do Idoso em relação à acessibilidade e, em audiências públicas em diversos municípios do Estado foram assinados Termo de Ajuste de Conduta - TAC para o

cumprimento desse artigo do referido Estatuto, em ação conjunta do Comitê Permanente de Monitoramento e Fiscalização das Instituições de Longas Permanência dos Idosos o CREA-PB participou de vistorias realizadas nas cidades de São José de Piranhas, Sousa, Cajazeiras, Pombal, Coremas, Serra Branca, Sumé e Monteiro. O CREA-PB também participou de audiência promovida pelo MP-PROCON, para tratativas quanto a ações de fiscalização sobre acessibilidade nas agências bancárias da cidade de João Pessoa-PB.

A figura abaixo mostra as participações do CREA-PB junto à sociedade em fóruns e movimentos sociais, durante o exercício de 2017, demonstrando o compromisso deste conselho para com a sociedade.

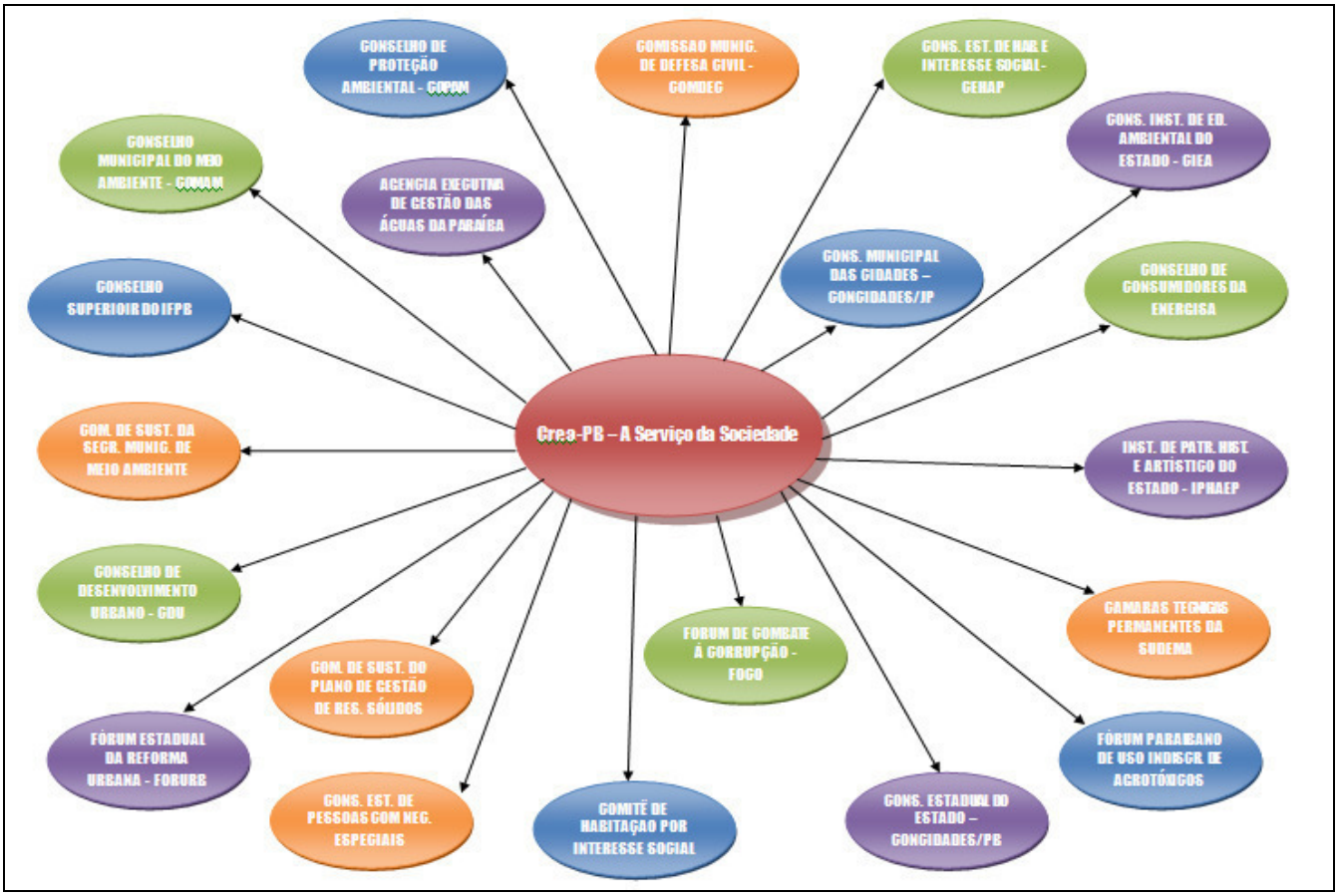


Figura 2 - Participações do CREA-PB junto à sociedade
Fonte: Ouvidoria

2.4. Apresentação e análise de indicadores de desempenho

Desenvolver uma gestão eficiente e comprometida com os resultados, requer principalmente em instituições públicas, diversas transformações. O surgimento de lideranças internas, a incorporação de técnicas modernas de gestão, o estabelecimento de metas de desempenho mensuráveis, um quadro de pessoal participativo e o comprometimento com uma gestão de melhor qualidade são algumas dessas transformações.

Os indicadores de desempenho são dados que permitem representar de forma aritmética o desempenho em atividades estratégicas executadas em um período definido. Os indicadores, além de facilitarem o processo de gerenciamento e de tomada de decisão, representam a base para a construção

da melhoria contínua da organização. Eles representam a variável a que estão associados, ou seja, representam a dimensão que se quer avaliar.

O quadro seguinte apresenta resultados alcançados no exercício de acordo com as principais metas estabelecidas e conforme a realização das ações acima descritas.

QUADRO 14 - DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS ALCANÇADOS NO EXERCÍCIO			
Descrição da Meta	Meta prevista	Meta realizada	% de realização da meta
Realização de treinamento para o Plenário, Câmaras Especializadas e Comissões	Realização de treinamento para os Conselheiros	Realização de um treinamento anual para os novos conselheiros sobre o funcionamento do CREA-PB e sobre módulo Conselheiro do SITAC	100,00%
Capacitação dos agentes fiscais	Realização de dois Seminário de Fiscalização	Realização de seminário de fiscalização na Inspetoria de Patos e João Pessoa	100,00%
Melhorar a eficiência do processo de fiscalização	Aumentar em 10% o quantitativo de relatórios de fiscalização	Aumento de 32,80% do quantitativo de relatórios de fiscalização	100,00%
Melhorar a comunicação com a sociedade	Registrar e resolver as demandas	Equacionamento das demandas oriundas de e-mail, telefone e presencial.	74,80%
Melhorar o controle orçamentário	Cumprir a execução orçamentária da Receita do exercício de 2017	Execução orçamentária da Receita do exercício de 2017	100,00%
Aumentar a captação de recursos	Apresentar projetos para a captação dos recursos para os convênios PRODESU	Captação dos recursos para os convênios PRODESU	78,19%
Fonte: Relatórios gerenciais			

3. GOVERNANÇA, GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS

Este capítulo objetiva atender o disposto no Anexo II da DN TCU nº 161, de 1º de novembro de 2017, no seu conteúdo estão informações de como a unidade está estruturada para o cumprimento da sua missão, especialmente sobre poder decisório e articulação institucional, avaliação dos riscos de comprometimento de objetivos estratégicos e instituição de controles para mitigação, entre outras informações.

3.1. Descrição das estruturas de governança

O CREA-PB em sua estrutura organizacional é composto pela estrutura básica, estrutura de suporte e estrutura auxiliar, sendo a estrutura básica responsável pela criação das condições para o desempenho integrado e sistemático das finalidades do Conselho Regional, que compreende o plenário, câmaras especializadas, presidência, diretoria e inspetorias.

O Plenário, a Presidência e a Diretoria terão suas atividades operacionais apoiadas pelo Gabinete da Presidência. As Câmaras Especializadas, na qualidade de órgãos colegiados autônomos, para o exercício de suas atribuições, disporão de apoio da Gerência de Assistência aos Colegiados. Os trabalhos de atendimento e fiscalização desenvolvidos nas Inspetorias serão executados por pessoal da Estrutura Auxiliar do CREA-PB, sob a coordenação da Superintendência.

O plenário é constituído por 43 (quarenta e três) conselheiros titulares, representantes das instituições de ensino superior e entidades de classe (Universidades, Sindicato, Associações, Clube e Instituto), que formaram as 04 (quatro) câmaras especializadas.

As sessões plenárias ordinárias do ano de 2017, com pautas previamente estabelecidas, foram realizadas mensalmente conforme o calendário anual definido e aprovado na primeira sessão plenária ordinária do ano e tiveram suas atividades demonstradas conforme Anexo VIII, QUADRO 15 – RESUMO DAS ATIVIDADES FINALISTICAS DO PLENÁRIO.

A câmara especializada é o órgão decisório da estrutura básica do CREA que tem por finalidade apreciar e decidir os assuntos relacionados à fiscalização do exercício profissional, e sugerir medidas para o aperfeiçoamento das atividades do Conselho Regional, constituindo a primeira instância de julgamento no âmbito de sua jurisdição.

No exercício de 2017 foram constituídas as seguintes: Câmara Especializada de Engenharia Civil e Agrimensura - CEECA, Câmara Especializada de Engenharia Elétrica - CEEE, Câmara Especializada de Agronomia - CEAG, Câmara Especializada de Engenharia Mecânica, Metalurgia, Química, Geologia e Minas – CEEMQGM. Todas tiveram suas atuações de acordo com o Plano de Trabalho de cada uma, elaborado em sintonia com o exercício profissional e com as ações da Gerência de Fiscalização.

A Câmara Especializada de Engenharia Civil e Agrimensura - CEECA do CREA-PB foi composta por 22 (vinte e dois) membros, com o objetivo de realizar um trabalho dinâmico e eficiente, além de realizar as reuniões ordinárias desenvolveu ações inerentes a sua especialidade, no seu Plano de Trabalho. Em 2017 foi realizada a atualização do Manual e Plano de fiscalização da referida Câmara, bem como para dirimir dúvidas acerca da tramitação dos processos de autos de infração, ocorreu à apresentação do fluxograma dos processos de autos de infração pelo Eng. Civil Antônio César Pereira Moura – Gerente de Fiscalização do CREA-PB.

O quadro abaixo demonstra um resumo das atividades da CEECA em 2017:

QUADRO 16 - RESUMO DAS ATIVIDADES FINALÍSTICAS DA CEECA		
REUNIÕES	**QUANTITATIVO**	
Ordinárias	**11**	
Extraordinárias	**0**	
ASSUNTOS DOS PROCESSOS	**QUANTITATIVO**	
	EM ANDAMENTO	**CONCLUÍDO**
Análise de Atribuição	01	25
Anotação de ART a Posteriori	-	44
Anotação de Cursos e Títulos	-	41
Infração à Lei n° 5194/66	21	1.145
Infração à Lei n° 6496/77	11	33
Baixa de Registro de Pessoa Jurídica	-	01
Baixa Parcial de ART	-	02
Cadastramento de Curso	01	03
Cancelamento de ART	-	24
Certidão Tipo Outras	-	07
Decisão CREA/PB	-	03
Denúncia Protocolada	03	07
Inclusão de Responsável Técnico	-	176
Interrupção de Registro Profissional	-	98
Registro de Profissional Estrangeiro	-	-
Reabilitação de Registro de PJ	-	01
Reativação de Registro Profissional	-	24
Solicitação de Certidão Tipo Outras	-	06
Registro de Pessoa Jurídica	-	422
Registro de Profissional	-	631
Substituição de ART	-	01
TOTAL	**37**	**2.694**

Fonte: Gerência de Assistência aos Colegiados

A Câmara Especializada de Engenharia Elétrica - CEEE do CREA-PB foi composta por 04 (quatro) membros, realizou reuniões ordinárias e extraordinárias e desenvolveu ações inerentes a sua especialidade. A CEEE promoveu debates com o setor de fiscalização deste conselho, estendendo suas atividades com a participação de fiscais da Inspetoria de Campina Grande-PB, sob o tema "Fiscalização de Cercas Energizadas", realizou inclusive sessão ordinária na Inspetoria de Campina Grande, contando com representantes de empresas; em 2017 também foi elaborado o plano de trabalho e a atualização do manual de fiscalização objetivando subsidiar a própria câmara especializada, buscando garantir a uniformidade de parâmetros, normas e procedimentos mínimos necessários ao exercício da função da fiscalização das atividades inerentes à Engenharia Elétrica.

A CEEE realizou também a atualização do plano de fiscalização para 2017 estabelecendo a importância de criar meios capazes de facilitar e disciplinar o cumprimento da fiscalização, para

permitir uma atuação mais efetiva dos agentes fiscais do CREA–PB. O quadro abaixo demonstra um resumo das atividades da CEEE:

QUADRO 17 – RESUMO DAS ATIVIDADES FINALISTICAS DA CEEE		
REUNIÕES	**QUANTITATIVO**	
Ordinárias	11	
Extraordinárias	01	
ASSUNTOS DOS PROCESSOS	**QUANTITATIVO**	
	EM ANDAMENTO	**CONCLUÍDO**
Análise de Atribuição	-	02
Anotação de ART a Posteriori	-	09
Anotação de Cursos e Títulos	-	13
Assuntos Relacionados á ART	-	01
Infração à Lei n° 5194/66	41	140
Infração à Lei n° 6496/77	-	79
Cadastramento de Curso	-	01
Consulta	-	05
Decisão CREA/PB	-	04
Denúncia Protocolada	-	01
Inclusão de RT	-	30
Interrupção de Registro Profissional	-	101
Parecer Técnico	-	01
Reativação de Registro Profissional	-	21
Solicitação de Certidão Tipo Outras	-	01
Registro de Pessoa Jurídica	-	147
Registro de Profissional	-	295
TOTAL	**41**	**851**

Fonte: Gerência de Assistência aos Colegiados.

A Câmara Especializada de Agronomia - CEAG do CREA-PB foi composta por 07 (sete) membros, realizou reuniões ordinárias e desenvolveu ações inerentes a sua especialidade, dentre elas: solicitação à SEDAP da relação dos engenheiros agrônomos habilitados para emissão de Certificado Fitossanitário de Origem - CFO e Certificado Fitossanitário de Origem Consolidado – CFOC, com objetivo se subsidiar a fiscalização deste conselho, bem como a relação dos produtos de sementes e mudas registrados na SFA/PB; participação dos seguintes órgãos: SEDAP, Secretaria de Estado da Receita e a Diretoria Regional da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos em reunião da câmara; realização de demonstração do Módulo "Receituário Agronômico" (SITAC) pela Gerencia de TI do CREA/PB aos membros da câmara; atualização do Plano de fiscalização para 2017; lançamento da cartilha "Receituário agronômico", lançada durante o evento em comemoração ao dia mundial do meio ambiente; participação do coordenador da câmara em evento na Escola Técnica Estadual em Mamanguape-PB proferindo uma palestra sobre **"**A fiscalização como instrumento no controle do uso e do comércio indiscriminado de agrotóxicos na Paraíba"; realização de visita a faculdade FACENE/FAMENE, especificamente ao curso de agronomia para verificação do plano pedagógico do

curso e suas instalações, bem como promover a aproximação da instituição e seus egressos com este conselho; apresentação do fluxograma dos processos de autos pelo Eng. Civil Antônio César Pereira Moura, Gerente de Fiscalização do CREA-PB, para os membros da câmara; participação da CEAG na Semana de Agronomia no Centro de Ciências Agrárias da Universidade Federal da Paraíba em Areia–PB. O quadro abaixo demonstra um resumo das atividades da Câmara Especializada de Agronomia:

QUADRO 18 - RESUMO DAS ATIVIDADES FINALÍSTICAS DA CEAG		
REUNIÕES	**QUANTITATIVO**	
Ordinárias	11	
Extraordinárias	00	
ASSUNTOS DOS PROCESSOS	**QUANTITATIVO**	
	EM ANDAMENTO	**CONCLUÍDO**
Análise de Atribuição	01	03
Anotação de ART a Posteriori		01
Anotação de Cursos e Títulos		08
Infração à Lei n° 5194/66		38
Infração à Lei n° 6496/77		05
Cadastramento de Curso	01	02
Cancelamento de ART		01
Decisão CREA/PB		05
Defesa Notificação		01
Denúncia Protocolada		01
Inclusão de Responsável Técnico		09
Interrupção de Registro Profissional		50
Reativação de Registro Profissional		18
Registro de Pessoa Jurídica		32
Registro de Profissional		100
TOTAL	02	274

Fonte: Gerência de Assistência aos Colegiados

A Câmara Especializada de Engenharia Mecânica, Metalurgia, Química, Geologia e Minas – CEMQGM do CREA-PB, foi composta por 09 (nove) membros, realizou reuniões ordinárias e desenvolveu ações inerentes a sua especialidade, com a finalidade de aprimorar e intensificar o trabalho de fiscalização especificadamente dessa modalidade, nas diversas regiões do Estado. Conforme Anexo IX, QUADRO 19 – RESUMO DAS ATIVIDADES FINALISTICAS DA CEMQGM que demonstra um resumo das atividades da Câmara Especializada de Engenharia Mecânica, Metalurgia, Química, Geologia e Minas.

Além das câmaras especializadas os conselheiros assumiram as Comissões Permanentes (Comissão de Ética Profissional, Comissão de Orçamento e Tomada de Contas, Comissão de Renovação do Terço, Comissão de Meio Ambiente, Comissão de Segurança do Trabalho e Comissão de Relações Institucionais e Profissionais); as Comissões Especiais (Comissão do Mérito, Comissão Eleitoral Regional, Comissão de Sindicância e Inquérito e Comissão de Licitação) e os Grupos de Trabalho (Grupo Técnico de Acessibilidade e Grupo Técnico de Engenharia Pública e Assistência Técnica).

A Comissão de Ética Profissional foi composta por 06 (seis) membros, sob a coordenação do Eng. de Minas Luiz Eduardo de V. Chaves realizou 09 (nove) reuniões, com 01 (uma) oitiva, deram entrada na comissão 09 (nove) processos sendo todos da Câmara Especializada de Engenharia Civil e Agrimensura. Desses processos 07 (sete) foram analisados, com 1 (uma) sugestão de arquivamento e 06 (seis) sugestões de aplicação de penalidades, ficando 02 (dois) processos para serem analisados no exercício de 2018.

A Comissão de Renovação do Terço foi composta por 06 (seis) membros, sob a coordenação do Eng. Elet. Martinho Nobre Tomaz de Souza no intuito de cumprir o cronograma proposto pelo CONFEA, conforme Decisão PL – 0157/2017 foram encaminhados ofícios para todas as Entidades de Classe e Instituições de Ensino, incluindo cópias da legislação pertinente ao assunto em tela. Em reuniões ordinárias a comissão distribuiu entre os seus membros, toda documentação recebida das entidades de classe e das instituições de ensino para analise e parecer quanto a renovação do registro das mesmas e indicar representantes para o exercício de 2018. Após análise do processo e com base nos cálculos da proporcionalidade, segue a propositura de Renovação de 1/3 do Plenário do CREA-PB para 2018, a qual foi aprovada em Sessão Plenária deste Conselho:

QUADRO 20 – RENOVAÇÃO DO TERÇO – ENTIDADES DE CLASSE E INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR

Entidades de Classe de Nível Superior	**Profissionais**	**Quantidade-renovação de Mandato**	**Mandato**
C E P	Modalidade Civil (Divs. campos de atuação)	04	2018 a 2020
	Elétrica (Divs. Campos de atuação)	01	2018 a 2018
		01	2018 a 2019
	Mecânica/Metalugia (Divs. campos de atuação))	01	2018 a 2020
	Sub-total CEP/PB	**07**	
SENGE/PB	Modalidade Civil (Divs. campos de atuação)	02	2018 a 2020
	Mecânica/Metalugia (Divs. campos de atuação)	01	2018 a 2018
	Sub-total SENGE/PB	**03**	
AEA/PB	Agronomia (Divs. campos de atuação)	01	2018 a 2019
	Sub-total AEA/PB	**01**	
ASSEMPB	Geologia e Minas (Divs. campos de atuação)	01	2018 a 2020
	Sub-total ASSEMPB/PB	**01**	
ABEE/PB	Eletricista (Divs. campos de atuação)	01	2018 a 2020
	Sub-total ABEE/PB	**01**	
Total Entidades de classe		**13**	
Instituições de Ensino Superior	**Profissionais**	**Quantidade-renovação de Mandato**	**Mandato**
UFCG	**Agronomia** (Divs. campos de atuação)	**2017 a 2019**	**Em curso**
UFPB	**Engenharia**	**2016 a 2018**	**Em curso**
	Agronomia	**2016 a 2018**	
UNIPÊ	**Engenharia**	**2016 a 2018**	**Em curso**
Total instituição de ensino superior		**0**	

Fonte: Gerência de Assistência aos Colegiados

A Comissão de Engenharia de Segurança do Trabalho – CEST foi composta por 7 (sete) membros, sob a coordenação da Engª. Civ. Maria Aparecida Rodrigues Estrela desenvolveu as seguintes atividades:

QUADRO 21 - COMISSÃO DE ENGENHARIA DE SEGURANÇA DO TRABALHO	
REUNIÕES	**QUANTITATIVO**
Ordinárias	11
Extradordinárias	00
ASSUNTOS DOS PROCESSOS	**QUANTITATIVO**
	CONCLUÍDO
Registro de Profissional	04
Interrupção de Registro Profissional	02
Anotação de Curso	45
Autos de Infração	75
Cadastro de Instituição	02
Cadastro de Curso	02
Consulta	01
TOTAL	**131**

Fonte: Gerência de Assistência aos Colegiados

A Comissão de Educação e Atribuição Profissional – CEAP foi composta por 5 (cinco) membros, sob a coordenação do Eng. Agr. Roberto Wagner Cavalcanti Raposo esta comissão realizou visitas as seguintes instituições de ensino: Universidade Federal de Campina Grande – UFCG, em Campina Grande-PB; Escola Técnica de Saúde de Cajazeiras, na Unidade Remota de Pombal/PB; Instituto de Educação Particular Brasileiro Eireli, em Campina Grande/PB; Instituição SEACRE – Serviços de Assessoria em Recursos Humanos e Educação Profissional Técnico Ltda e Instituição de Ensino Centro de Serviços Técnico - Educacionais e Científicos Ltda – ME, para subsidiar processos que tramitavam nesta comissão. O quadro abaixo demonstra um resumo das atividades desenvolvidas pela CEAP:

QUADRO 22 - COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E ATRIBUIÇÃO PROFISSIONAL	
REUNIÕES	**QUANTITATIVO**
Ordinárias	08
Extradordinárias	-
ASSUNTOS DOS PROCESSOS	**QUANTITATIVO**
	CONCLUÍDO
Registro de Instituição	02
Cadastro de Curso de Instituição	14
Análise de Atribuição Profissional	05
TOTAL	**21**

Fonte: Gerência de Assistência aos Colegiados

Entre os grupos de trabalho instituídos no CREA-PB podemos destacar a atuação do CREAJr PB, que é um programa com intuito de promover a inter-relação participativa entre o Conselho e os discentes dos cursos de nível médio-técnico, tecnólogos, bacharelado e os profissionais juniores do sistema CONFEA/CREA, frisando a importância dessas profissões nas ações que objetivam a efetiva participação e a inserção profissional na defesa e no desenvolvimento da sociedade.

3.2. Informações sobre os dirigentes e colegiados

O Plenário é o órgão colegiado decisório da estrutura básica que tem por finalidade decidir os assuntos relacionados às competências do Conselho Regional, constituindo a segunda instância de julgamento no âmbito de sua jurisdição, é constituído por um presidente e por conselheiros regionais, brasileiros, diplomados nas áreas da Engenharia, da Agronomia, da Geologia, da Geografia e da Meteorologia.

O conselheiro regional é o profissional habilitado de acordo com a legislação em vigor, registrado e em dia com as obrigações perante o Sistema CONFEA/CREA, representante de entidades de classe ou de instituições de ensino superior dos grupos profissionais das áreas acima mencionadas.

O conselheiro regional e seu suplente são indicados ou eleitos por seus colegiados e na forma de seus estatutos, respectivamente, têm seus mandatos distribuídos em anuênio, biênio e triênio, conforme renovação do terço que acontece anualmente.

O plenário do CREA-PB constituído por 43 (quarenta e três) conselheiros titulares, representantes das instituições de ensino superior e entidades de classe, teve a seguinte composição durante o exercício de 2017, conforme Anexo X, QUADRO 23 - COMPOSIÇÃO DO PLENÁRIO NO EXERCÍCIO 2017.

A diretoria do CREA-PB, órgão executivo da estrutura básica, que tem por finalidade auxiliar a Presidência no desempenho de suas funções e decidir sobre questões administrativas, tem sua composição apresentada no Capítulo 1 – VISÃO GERAL.

A Diretoria é constituída na primeira sessão plenária ordinária do ano, seus membros são eleitos pelo plenário, sendo permitida uma única recondução.

O presidente é eleito pelo voto direto e secreto dos profissionais registrados e em dia com as obrigações perante o Sistema CONFEA/CREA, de acordo com a Lei nº 8.195, de 26 de junho de 1991, e com resolução específica baixada pelo CONFEA.

3.3. Atuação da unidade de auditoria interna

Este item do relatório de gestão não se aplica a este Conselho, uma vez que não temos em nosso organograma a unidade de auditoria interna.

3.4. Atividades de correição e de apuração de ilícitos administrativos

Este item do relatório de gestão não se aplica a este Conselho, uma vez que não tivemos durante o exercício de 2017 nenhuma atividade de correição e de apuração de ilícitos administrativos.

3.5. Gestão de riscos e controles internos

Existente na estrutura, conforme o Regulamento Administrativo e de Gestão de Pessoas do CREA-PB, a Assessoria de Controle Interno, com a competência de exercer o controle e a supervisão do orçamento do Conselho, das despesas efetuadas, bem como toda a parte de controladoria em relação à tramitação de processos, que teve sua atuação iniciada no exercício de 2015. Os controles são feitos de forma a atender as exigências da gestão pública.

Em relação ao controle e a supervisão do orçamento e das despesas efetuadas, todos os processos de pagamentos são analisados pela assessoria de controle interno antes de realizar-se o pagamento, é realizado um checklist em todos os processos, bem como é realizado também o acompanhamento financeiro diário da superintendência e a análise da comissão de orçamento e tomada de contas, que mensalmente, após avaliação, emite parecer sobre as contas para submeter à apreciação do Plenário.

Os procedimentos de controle e o monitoramento são de fundamental importância para o funcionamento e melhoria de desempenho das atividades, assim como a fiscalização, ainda podem ser melhorados, mas se comparado com anos anteriores, percebe-se que houve um avanço e existe o compromisso de implementar ações e procedimentos que possam aferir de forma mais eficaz esses elementos. Na avaliação de risco estão evidenciadas as fragilidades, porém não interferiram negativamente para o alcance dos resultados.

A comunicação é um elemento essencial e, através da nova política de comunicar internamente nos diversos níveis hierárquicos, foi possível estabelecer uma relação de confiança e parceria no âmbito do Regional, sabendo-se que esta flui tanto informalmente, como com as reuniões de direção ocorridas mensalmente e com os comunicados formais.

Em resumo, algumas mudanças contribuíram para a melhoria da avaliação do sistema de controles internos, conforme análise dos principais elementos do sistema de controle interno pontuado de acordo com a situação real vivenciada pelo CREA-PB, que, num esforço conjunto da direção e servidores, busca constantemente mecanismos e procedimentos para a melhoria dos resultados e a eficiência da gestão.

3.6. Política de remuneração dos administradores e membros de colegiados

Os quadros referentes à Remuneração dos Conselhos de Administração e Fiscal; Síntese da Remuneração dos Administrados; Detalhamento de itens da Remuneração Variável dos Administradores, não se aplicam a este Conselho, uma vez que não há remuneração para os conselheiros e diretores, sendo um cargo exclusivamente honorífico.

3.7. Informações sobre a empresa de auditoria independente contratada

Em 2017 o CREA-PB formalizou junto ao CONFEA interesse em aderir a alguns projetos do Programa de Desenvolvimento Sustentável do Sistema CONFEA/CREA/MÚTUA, dentre eles o Programa de Auditoria Independente, através do convênio n° 50/2017, no valor de R$ 24.000,00 (vinte e quatro mil reais), com o objetivo de contratar empresa de auditoria independente. Foi realizada a licitação na modalidade pregão presencial, através do processo n° 1069184/2017 a empresa vencedora foi a Audimec Auditores Independentes LTDA, cujo valor global do contrato importou em R$ 17.900,00 (dezessete mil e novecentos reais).

A empresa contratada realizou os seguintes serviços: - Na área Contábil/Financeira: análise dos valores de receita e despesa à vista da documentação própria, comparando com o constante nas demonstrações financeiras e contábeis; análise da execução orçamentária comparativamente entre o orçado e o executado; empenhamento da despesa; verificação dos valores consignados em restos a pagar, tanto inscrição como baixa; análise dos itens consignados tanto no ativo como no passivo do Balanço Patrimonial; análise e aferições da confiabilidade das informações geradoras dos registros contábeis das receitas, despesas, consignações e outras que fazem parte do boletim bancário; controles internos; análise do balanço financeiro; análise de conciliação bancária; análise das operações referentes às aplicações financeiras; análise da sistemática de pagamentos utilizada; análise do controle de receita observando a partição na origem, e nas que não forem particionadas, observar as deduções das despesas bancárias definida pela decisão do CONFEA de n.º CD-1845/98, de 25/09/1998; análise dos critérios de concessão e prestação de contas (prazos, normas, etc.) dos suprimentos de fundos e legalidade dos documentos de despesas apresentados. - Na área de Pessoal: verificação do cumprimento da legislação trabalhista quanto à: admissão, demissão, concessão de férias, pagamento de décimo terceiro salário, pagamento de horas extras, consignações em folha de pagamento, salário família e obrigações patronais (INSS, ISS, IRRF, PASEP,FGTS), inclusive aos benefícios (vale-transporte, auxilio-alimentação, assistência médica e odontológica, auxílio educação e auxílio funeral); cumprimento do acordo coletivo de trabalho; GFIP, RAIS, CAGED; plano de cargos e salários; cumprimento das normas reguladoras do MTE: PPRA – Programa de Prevenção de Riscos Ambientais; PCMSO – Programa de Controle e Saúde Ocupacional. - Na área Administrativa: verificação do atendimento da legislação no que se referem às compras, contratações de serviços, análise dos processos licitatórios, modalidade utilizada, dispensas, inexigibilidades, e também, as aquisições efetuadas por processo para compra direta; verificação dos mecanismos de aquisição de passagens aéreas e o pagamento de diárias; verificação da utilização, manutenção e abastecimento de veículos; verificação do estoque de materiais em almoxarifado, movimentação ocorrida e o inventário final do exercício; verificação dos bens móveis e imóveis, inventário físico, termos de responsabilidade e a respectiva compatibilização com os registros contábeis.

Após a realização dos trabalhos de auditoria foram emitidos dois relatórios referentes a 30/06/2017 e 31/12/2017, conforme anexo XI.

4. ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO

Este capítulo objetiva atender o disposto no Anexo II da DN TCU nº 161, de 1º de novembro de 2017, no seu conteúdo estão expostas as informações sobre áreas relevantes da gestão que tenham contribuição decisiva para o cumprimento da missão e dos objetivos da unidade, tais como pessoas, tecnologia da informação, gestão patrimonial, fundos e programas não relacionados no PPA, entre outras.

4.1. Gestão de pessoas

Esta seção foi organizada em quatro subseções: "Estrutura de pessoal da unidade", "Demonstrativo das despesas com pessoal", "Gestão de riscos relacionados ao pessoal" e "Contratação de mão de obra temporária".

4.1.1. Estrutura de pessoal da unidade

A estrutura de pessoal do CREA-PB é composta por 86 (oitenta e seis) servidores, sendo 64 (sessenta e quatro) ocupantes de cargo de carreira e 22 (vinte e dois) ocupantes de cargos em comissão e 01 (um) aprendiz. Quanto aos ingressos e egressos, foram admitidos 03(três) servidores no cargo em comissão, e foi demitido 01 (um) servidor também no cargo em comissão. Quanto ao cargo efetivo, ocorreu uma demissão em cumprimento de decisão judicial em favor da servidora Vera Lúcia Rodrigues de Oliveira, e outros 02 (dois) servidores se aposentaram por invalidez. Todos os cargos estão em conformidade com a Tabela de Cargos e Salários do Regulamento Administrativo deste conselho, e atendendo as regras da CLT, uma vez que o Conselho é regido pelo regime celetista.

QUADRO 24 – FORÇA DE TRABALHO DO CREA-PB

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)	67	64	0	0
1.1. Membros de poder e agentes políticos	0	0	0	0
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	67	64	0	3
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	67	64	0	0
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	0	0	0	0
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório	0	0	0	0
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	0	0	0	0
2. Servidores com Contratos Temporários	0	0	0	0
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	25	22	3	1
4. Total de Servidores (1+2+3)	**92**	**86**	**3**	**4**

Fonte: Setor de Pessoal / Sistema Mastermaq – NG Folha, 2017.

O conselho encerrou o exercício de 2017 com 48 (quarenta e oito) servidores de carreira e 20 (vinte) servidores ocupantes de cargo em comissão compondo a área meio de trabalho, quanto a área

fim está é composta por 19 (dezenove) servidores, sendo 17 (dezessete) ocupantes de cargo de carreira e 2 (dois) ocupantes de cargo em comissão.

QUADRO 25 – DISTRIBUIÇÃO DA LOTAÇÃO EFETIVA

Tipologias dos Cargos	Lotação Efetiva	
	Área Meio	Área Fim
1. Servidores de Carreira (1.1)	48	17
1.1. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	48	17
1.1.2. Servidores de carreira vinculada ao órgão	48	17
1.1.3. Servidores de carreira em exercício descentralizado	0	0
1.1.4. Servidores de carreira em exercício provisório	0	0
1.1.5. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	0	0
2. Servidores com Contratos Temporários	0	0
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	20	2
4. Total de Servidores (1+2+3)	**68**	**19**

Fonte: Setor de Pessoal / Sistema Mastermaq – NG Folha, 2017.

No quadro de pessoal 22 (vinte e dois) servidores ocupam cargo em comissão e 17 (dezessete) servidores de carreira são ocupantes de funções gratificadas, conforme a Tabela Básica do Quadro Geral do Regulamento Administrativo e de Pessoal. As funções gratificadas compreendem as funções de Superintendente, Chefe de Inspetoria, Chefe de Gabinete, Gerentes, Subgerentes e Assessores. No exercício de 2017 houve 01 (um) ingresso e 01 (um) egresso de servidores em funções gratificadas. Todas as informações estão em conformidade com o Regulamento Administrativo de Gestão de Pessoas do CREA-PB.

QUADRO 26 – DETALHAMENTO DA ESTRUTURA DE CARGOS EM COMISSÃO E FUNÇÕES GRATIFICADAS DO CREA-PB

Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em Comissão	25	22	3	1
1.1. Cargos Natureza Especial	0	0	0	0
1.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	0	0	0	0
1.2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	0	0	0	0
1.2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	0	0	0	0
1.2.3. Servidores de Outros Órgãos e Esferas	0	0	0	0
1.2.4. Sem Vínculo	0	0	0	0
1.2.5. Aposentados	0	0	0	0
1.3 Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	25	22	3	1
2. Funções Gratificadas	17	17	1	1
2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	17	17	1	1
2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	0	0	0	0
2.3. Servidores de Outros órgãos e Esferas	0	0	0	0
3. Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2)	**42**	**39**	**4**	**2**

Fonte: Setor de Pessoal / Sistema Mastermaq – NG Folha, 2017.

4.1.2. Demonstrativo das despesas com pessoal

No exercício de 2017 o CREA-PB concedeu reajuste salarial de 5,2% (cinco vírgula dois por cento), sobre os pisos salariais constantes na tabela do quadro geral do Regulamento Administrativo de Gestão de Pessoas. O valor do auxílio educação permaneceu R$ 960,00 (novecentos e sessenta reais), e quanto ao auxílio alimentação o valor foi reajustado para R$ 600,00 (seiscentos reais).

Considerando que as informações do quadro abaixo estão em conformidade com a Tabela do Quadro Geral de RAGP- CREA/PB, e atendendo as regras da CLT, lançamos os valores de despesas com pessoal conforme as orientações do relatório e ajustando a realidade do conselho. Quanto aos vencimentos e vantagens fixas, lançamos os valores referentes ao salário base e adicional por tempo de serviço, quanto às retribuições, as informações lançadas nesse campo são referentes às gratificações a título de função. No campo de gratificações, os lançamentos são referentes às gratificações natalinas, conforme especificada na Lei nº 8.112/90. Quanto ao campo dos adicionais, foram lançados os valores referentes ao terço de férias e horas extras. No item indenizações, foram preenchidos os valores correspondentes ao auxílio alimentação, auxílio educação, auxílio transporte e diárias. No campo de benefícios assistenciais e previdenciários, lançamos os valores referentes ao plano de saúde, auxílio funeral, salário-família e plano odontológico. O item das demais despesas variáveis foi preenchido com as gratificações de desempenho (GED), recebidas pelos servidores de carreira vinculados ao órgão da unidade. Quanto ao item de despesas de exercícios anteriores, não houve despesas dessa natureza. Por fim, o item de decisões judiciais também não foi preenchido por não haver despesas dessa natureza.

O conselho possui 1 (um) aprendiz no seu quadro de pessoal. O aprendiz recebeu a título de salário o valor do salário mínimo vigente no referido exercício, e recebeu benefícios como: vale-transporte, auxílio alimentação, plano de saúde e plano odontológico. Tendo em vista que o relatório é com base na Lei nº 8.112/90, que trata de servidores, os valores referentes aos aprendizes não foram incluídos no quadro de Despesas com Pessoal, conforme Anexo XII, QUADRO 27 – DESPESA DO PESSOAL.

4.1.3. Gestão de riscos relacionados ao pessoal

O CREA-PB não faz gestão de riscos relacionados ao seu pessoal.

4.1.4. Contratação de mão de obra temporária

O CREA-PB encerrou o exercício de 2017 com 7 (sete) estagiários para atuar tanto na área meio como na área fim, estagiários de nível superior, gerando uma despesa anual de R$ 59.412,50 (cinquenta e nove mil quatrocentos e doze reais e cinquenta centavos). Todos os estagiários são contratados através do Centro de Integração Empresa-Escola (CIEE) e quanto ao pagamento da bolsa-auxílio, o valor é repassado para o CIEE e o mesmo efetua o pagamento aos estagiários, conforme Anexo XIII, QUADRO 28 - COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE ESTAGIÁRIOS.

4.2. Gestão da tecnologia da informação

Este item tem por finalidade informar sobre os principais aspectos da gestão de TI deste conselho, quantificando-o e qualificando-o para fins de avaliação da sua suficiência para o cumprimento da missão institucional.

O quantitativo de pessoas que compõe a força de trabalho de TI é formada por 3 (três) profissionais da área, todos funcionários efetivos de carreira. Tendo como formações graduações em: Sistema da Informação; Tecnologia em Redes de Computadores e Gestão em Tecnologia da Informação.

Os serviços de TI oferecidos pela gerência de tecnologia da informação aos clientes internos do CREA-PB estão focados basicamente em: disponibilidade do acesso a internet mundial, pois o ECM que utilizamos funciona em plataforma web e esta instalado em ambiente externo ao conselho; suporte as funcionalidades do SITAC (ECM) ; e suporte ao funcionamentos das estações de trabalho. Para todas as solicitações de manutenção e suportes utilizamos uma ferramenta de Service desk (GLPI) em conjunto com um software de gestão de ativos (Zabbix) e o software de inventário (OCS). As solicitações são feitas a gerência por telefone e são registradas no GLPI , o seu andamento é acompanhado pelo subgerente de TI e pelo cliente solicitante através de e-mail.

Em 2017 foram desenvolvidos dois projetos de TI, através de convênios realizados com o CONFEA, o Programa de Desenvolvimento e Aperfeiçoamento das Atividades Finalísticas - PRODAFIN e o Programa de Estruturação Tecnológica da sede PRODESU TI. O PRODAFIN teve como objeto aquisição de 45 notebooks que substituíram os antigos notebooks dos conselheiros, secretário da plenária, presidente da mesa na plenária . Esses projetos foram desenvolvidos visando à celeridade no atendimento as demandas internas e externas, cumprindo com o alinhamento estratégico do CREA-PB de modernizar e garantir excelência aos serviços prestados à sociedade, sendo orçado em R$ 240.300,00 (duzentos e quarenta mil e trezentos reais). O PRODESU TI teve como objeto a aquisição de 01 appliance UTM; 05 switchers ; 10 ultratops; 06 HDs para servidor; 01 Rack 40 Us; 02 patch painel; 01 vice painel; 01 guia de cabos e 01 roteador, com a finalidade de promover controle e segurança na borda da rede, substituir switch obsoletos com problemas na rede da sede, substituir estações de trabalho nas inspetorias e montar a infra estrutura de redes na nova inspetoria de Guarabira. Cumprindo assim, com o alinhamento estratégico do CREA-PB, que é modernizar e garantir excelência aos serviços prestados à sociedade, sendo orçado em R$ 135.200,00 (cento e trinta e cinco mil e duzentos reais), com execução em 2017.

4.2.1. Principais sistemas de informações

O principal sistema de informação do CREA-PB permanece sendo ainda o SITAC - Sistema de Informações Técnico e Administrativo do CREA, sistema corporativo desenvolvido em php e javascript, tem como base de dados em linguagem Postgres SQL; Totalmente Web, acesso através de browser.

Sua funcionalidade principal é reunir em diversos módulos tudo o que é necessário para um bom funcionamento dos dados do conselho, como também controlar e registrar todos os

processos das áreas finalísticas como: atendimento ao profissional/empresa, anotação de responsabilidade técnica - ART, fiscalização – Denuncia e Ouvidoria, protocolo, emissão de certidões, registro de profissionais, empresas e leigos. Isto tudo dividido em módulos. O SITAC abrange as seguintes áreas:

- Gestão de atividades dos profissionais registrados no sistema CONFEA/CREA;
- Gestão das empresas registradas no sistema CONFEA/CREA;
- Gestão das atividades de fiscalização profissional;
- Gestão dos tributos cobrados pelo sistema CONFEA/CREA;
- Gestão dos usuários administrativos do CREA-PB;
- Gestão dos Processos Administrativos do CREA-PB;
- Gestão de atividades das Câmaras Setoriais;
- Gestão do Plenário do CREA-PB;
- Gestão dos Processos da Ouvidoria.

O SITAC também suporta uma série de relatórios gerenciais, o que o qualifica como MIS (Management Information Systems), todos os serviços transacionais contemplam uma gama variada de relatórios que podem ser otimizados de acordo com a necessidade do gestor – Usuário. É uma solução proprietária desenvolvida pela empresa Tecnotech Sistemas Ltda - ME, cujo responsável técnico é o bacharel em ciências da computação Wanderson Câmara dos Santos.

As demandas referentes a modificações, melhoramentos e manutenção são resolvidas mediante o entendimento entre a gerência de TI e a fornecedora do ERP. No ano de 2017 foi desembolsado o valor de R$ 99.947,52 (noventa e nove mil, novecentos e quarenta e sete reais e cinquenta e dois centavos) com manutenção do SITAC.

No tocante a criticidade das informações, classificamos o sistema como um nível 04, muito alto, pois as informações contidas no SITAC têm sensibilidade à segurança muito alta, e na ocorrência de indisponibilidade afetará todas as rotinas interna do conselho, bem como os profissionais e empresas cadastrados, portanto sendo estas informações mantidas em alta confidencialidade, alta integridade e alta disponibilidade.

Outro sistema utilizado no CREA-PB é o IMPLANTA, que é um suíte de serviços rotineiros de contabilidade que é utilizada nos setores de contábil, patrimônio e almoxarifado disponível em 03 módulos: SISCONT.NET, SISPAT e SISALM. O SISCONT.NET integra as ferramentas utilizadas na contabilidade e é formado pelos módulos Contábil, Despesas, Receitas e Orçamento. O SISPAT integra as ferramentas para gestão do patrimônio e é formado pelos módulos Bens Imóveis e Bens móveis. O SISALM integra as ferramentas para gestão do almoxarifado e é formado pelos módulos Almoxarifado, Compras e Faturamento.

O IMPLANTA é uma solução proprietária desenvolvida pela empresa Implanta Informática Ltda, as demandas referentes a manutenção são resolvidas mediante o entendimento entre a gerência de infraestrutura, a gerência de TI e a fornecedora do SI (Sistema de Informação). No ano de 2017 foi desembolsado o valor de R$ 35.010,01 (trinta e cinco mil, dez reais e hum centavo) com manutenção do IMPLANTA.

No tocante a criticidade das informações, classificamos o sistema como um nível 03, sensibilidade alta, pois as informações contidas no S.I. tem alta sensibilidade a segurança, portanto sendo estas informações mantidas em alta confidencialidade, alta integridade e alta disponibilidade.

O sistema de informação Plataforma NG 4.1 Total Smart é um software proprietário de folha de pagamento do Departamento de Pessoal, fornecido pela empresa Mastermaq Softwares do Brasil, cujo responsável técnico não nos foi informado. As demandas de manutenção e atualização são solucionadas em entendimento entre a gerência de TI, a gerência de infraestrutura e o fornecedor. No ano de 2017 foi desembolsado o valor de R$ 5.709,62 (cinco mil, setecentos e nove reais e sessenta e dois centavos) com manutenção do S.I. A criticidade do S.I. está classificada com sensibilidade média.

O Iponto 2.0 Inspell Controle de Ponto é um software proprietário de controle de ponto eletrônico, produzido pela empresa Inspell Tecnologia e fornecido pela empresa RH Center Venda e Assistência Técnica em Relógio de Ponto. Seu responsável técnico não nos foi informado, as demandas de manutenção e atualização são solucionadas em entendimento entre a gerência de tecnologia da informação, a gerência de infraestrutura e o fornecedor. A criticidade do S.I. está classificada com sensibilidade baixa.

O SIC_Sistema de Informação do CONFEA é um S.I. que tem como finalidade centralizar todas as informações dos profissionais cadastrados nos CREAs e também oferece o serviço de impressão da identidade profissional, foi desenvolvido pela gerência de tecnologia da informação do CONFEA, as demandas de manutenção são solucionadas com entendimento entre a GTI do CREA-PB e a GTI do CONFEA. Seu nível de criticidade é baixo.

O SEsuite é um ECM (Enterprise Content Management) tem como principal função gestão dos arquivos digitalizados dos acervos de ART, Cartão de autógrafos e Fichas de Profissionais, é divido em 02 módulos GED (Gestão de Documentos Eletrônicos) e Workflow. Desenvolvido pela empresa Software Expert e fornecido pela empresa Suporte Gerencial e Administrativo Ltda. As demandas referentes à manutenção e suporte ficam acordadas entre a GTI do CREA-PB e a empresa Software Expert.

5. RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE

Este capítulo objetiva atender o disposto no Anexo II da DN TCU nº 161, de 1º de novembro de 2017, no seu conteúdo estão expostas as informações sobre a estratégia, estrutura, instrumentos e canais de comunicação da unidade com os usuários de seus produtos e serviços ou cidadãos em geral.

Nesse sentido a Ouvidoria, entendida como instrumento da democracia através de seus espaços plurais e abertos, tem procurado através da mediação, auxiliar no sentido de encontrar soluções para as demandas oriundas dos cidadãos.

Considerada como um importante instrumento democrático em defesa do cidadão, da sociedade e do aperfeiçoamento e controle dos serviços ofertados pelo CREA-PB, um canal ágil e imparcial de comunicação entre a sociedade e o Conselho. Atua também como importante ferramenta de controle social e de gestão democrática, na medida em que o foco é a defesa do cidadão, ao mesmo tempo em que contribui para o aprimoramento da gestão, nos patamares de referência em sustentabilidade gerencial.

Com essa visão, o Conselho vem trabalhando valores de excelência em gestão: como a ética, o aprendizado, a transparência, a valorização e o comprometimento das pessoas.

Do ponto de vista operacional, a Ouvidoria do CREA-PB busca uma relação diferenciada entre o cidadão e a gestão. Isso leva à necessidade de desenvolver ações efetivas, com participação e envolvimento de toda estrutura administrativa do Conselho, que aliado à utilização de ferramentas tecnológicas, vem contribuindo para que o fluxo das manifestações entre os setores do CREA-PB ocorram com agilidade e presteza.

5.1. Canais de acesso do cidadão

Durante o exercício de 2017, a Ouvidoria recepcionou 523 demandas originárias dos diversos meios de comunicação disponíveis, que são: eletrônico, telefone e presencial. Além do endereço de email ouvidoria@creapb.org.br e do site www.creapb.org.br, também são disponibilizados os números: 0800-724-2500, (83) 3533-2510 ou (83) 3533-2559.

O gráfico abaixo demonstra as formas de recebimento das demandas, verificou-se que o email, com 79,4% foi o canal de comunicação mais utilizado, seguido pelo telefone com 15,3% e presencial com 5,3%.

Forma de Recebimento das Demandas

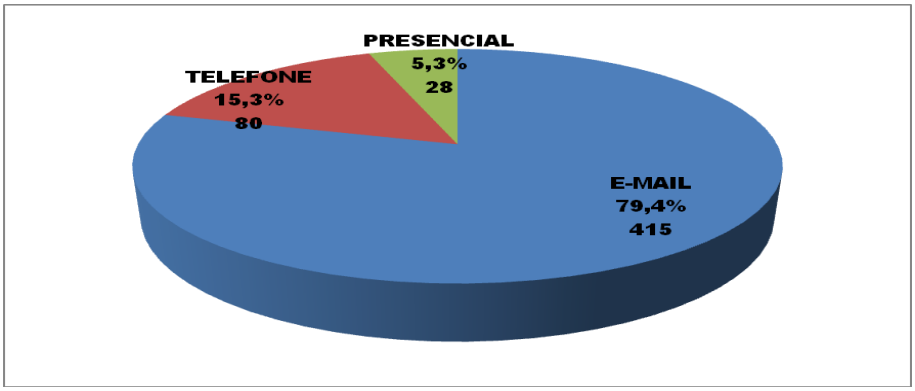


Gráfico 1 – FORMA DE RECEBIMENTO DAS DEMANDAS - OUVIDORIA

As manifestações têm origem nos diferentes grupos de usuários, entre eles: profissionais, empresas, universidades, funcionários e o público em geral.

No ano de 2017, conforme o gráfico abaixo das 523 demandas recepcionadas, 43% foram originárias de profissionais, 36,5% demais usuários (público em geral), 11,3% anônimos e 9,2% são denúncias de empresas. Em relação às denúncias anônimas esclarecemos que a maioria estão relacionadas predominantemente a vícios de construções, construções irregulares e de péssima qualidade, ausência de responsável técnico na obra e a falta de fiscalização. O problema se agrava ainda mais, quando se trata de denúncias originadas de cidades do interior do Estado. Em relação às denúncias feitas pelos profissionais e empresas, a maioria está relacionada à demora nas respostas e prestação de alguns serviços, além da comunicação deficitária com alguns setores.

Tipo de Manifestação das Demandas

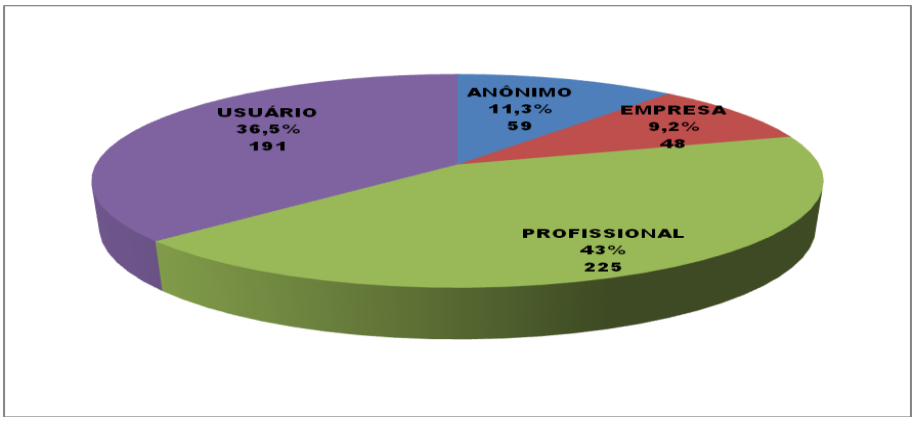


Gráfico 2 – TIPO DE MANIFESTAÇÃO DAS DEMANDAS – OUVIDORIA

As demandas recepcionadas são classificadas em razão de seu conteúdo, conforme gráfico abaixo. As denúncias e reclamações são tratadas pela Ouvidoria com total sigilo protegendo o denunciante (Decreto nº3029 art.27.). Dos registros feitos pela Ouvidoria, uma parte significativa continua relacionada à Gerência de Fiscalização um total de 217 pedidos; seguido de 127 pedidos de informação, 75 solicitações, 41 reclamações, 27 agradecimentos, 22 consultas, 08 sugestões e 05 elogios, englobando assuntos pertinentes a diversas áreas operacionais e de gestão do Conselho.

Tipo de Demanda

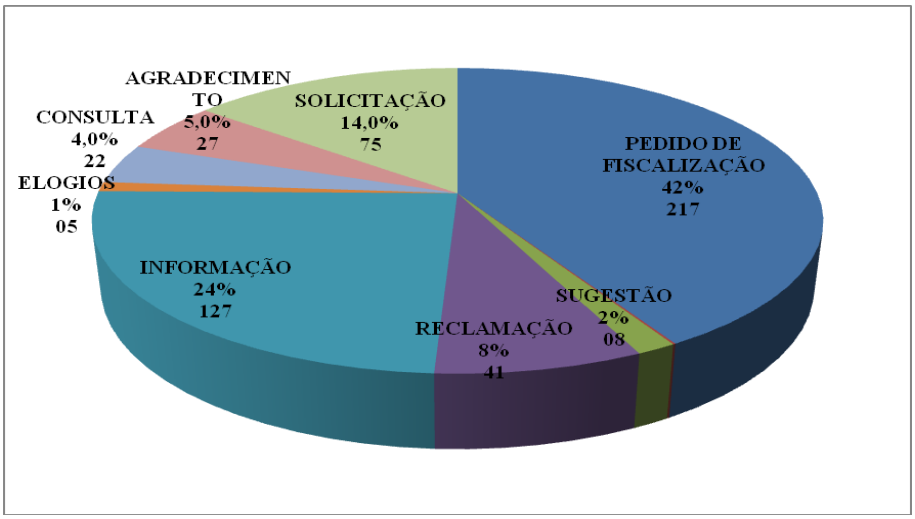


Gráfico 3 – TIPO DE DEMANDA – OUVIDORIA

Em relação ao desempenho da Ouvidoria no exercício de 2017, das 523 demandas recebidas e encaminhadas, 74,8% foram concluídas e 25,2% encontram-se em tramitação.

Situação da Demanda

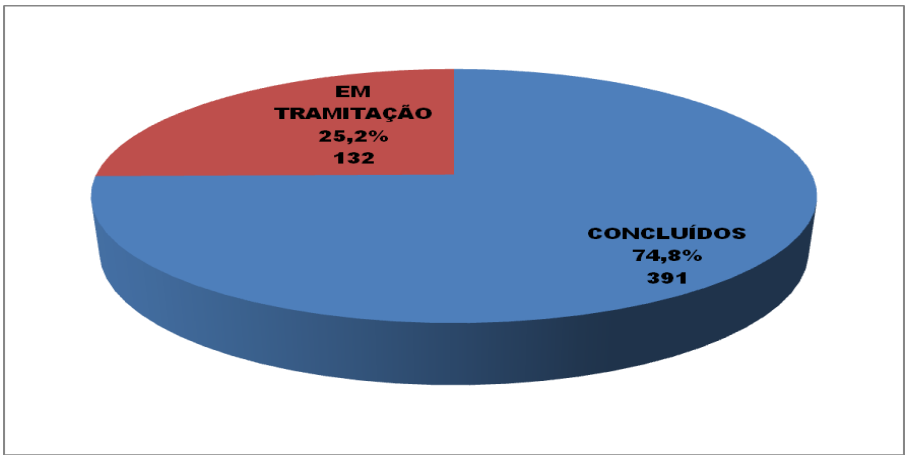


Gráfico 4 – SITUAÇÃO DA DEMANDA – OUVIDORIA

5.2. Aferição do grau de satisfação dos cidadãos-usuários

O CREA-PB tem como metas do seu planejamento estratégico a aferição do grau de satisfação dos seus usuários, conforme segue abaixo, que se encontra em fase de implantação.

QUADRO 29 – PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO - EIXO GESTÃO

OBJETIVOS	ESTRATÉGIAS	METAS
Melhorar os serviços prestados pelo CREA-PB	Aferir o nível de satisfação dos usuários do Sistema CREA-PB	- Realizar pesquisa de satisfação com os usuários externos do CREA-PB; - Realizar pesquisa de satisfação com os colaboradores do CREA-PB; - Realizar pesquisa de satisfação com membros do plenário do CREA-PB; - Realizar pesquisa de satisfação com outras partes interessadas.
	Priorizar o atendimento das necessidades detectadas nas pesquisas de satisfação	- Estabelecer referenciais de níveis de satisfação com as partes interessadas; - Estabelecer periodicidade das pesquisas face aos resultados.

5.3. Mecanismos de transparência das informações relevantes sobre a atuação da unidade

Com o objetivo de manter a transparência da gestão, preconizada no Art. 5° - Informação como direito fundamental e Art. 37 – Princípio da Publicidade como princípio da Administração Pública, da Constituição Federal e pela lei denominada "Lei de Acesso à Informação", Lei nº 12.527/2011 e seu decreto regulamentador nº 7.724/2012, além da Ouvidoria está disponível também no endereço www.creapb.org.br, no menu "Transparência", todas as

informações a respeito da gestão contemplando informações institucionais, sobre legislação, planejamento, finanças, licitações, viagens, gestão de pessoas e serviços, que são atualizadas diariamente, além da disponibilização de um "Formulário de Pedido de Informação", facilitando a interação com o cidadão.

5.4. Medidas para garantir a acessibilidade aos produtos, serviços e instalações

Em atendimento ao Decreto Lei 5.296 de 2 de dezembro de 2004 - Regulamenta as Leis n°s 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade, o CREA-PB consciente da sua responsabilidade desenvolve um trabalho de extrema importância numa ação contínua em parceria com o MP/PB, através de audiências públicas, com explanações em diversos municípios do estado, leva ao conhecimento do gestor público, autoridades e sociedade em geral, a necessidade de cumprir o Estatuto do Idoso em relação à acessibilidade, o que resulta em assinaturas de Termo de Ajuste de Conduta - TAC para o cumprimento desse artigo do referido Estatuto.

Em suas instalações os ambientes são adaptados com a utilização de elevadores e rampas de acesso, mobiliário e para o atendimento ao público é disponibilizado guichê específico e em seu quadro de pessoal é contemplado um empregado portador de necessidade especial.

A modernização com o Sistema Corporativo – SITAC, disponibilizado aos profissionais e público interessado, acessível de qualquer parte via web, atende em parte as normas de acessibilidade.

Ainda relativo às instalações, todas as inspetorias estão adaptadas de acordo com a sua necessidade e a inspetoria de Campina Grande foi equipada com uma plataforma elevatória para portadores de necessidades especiais.

6. DESEMPENHO FINANCEIRO E INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

Este capítulo objetiva atender o disposto no Anexo II da DN TCU nº 161, de 1º de novembro de 2017, no seu conteúdo está exposto o conjunto de informações sobre a execução financeira relevantes no contexto de atuação da unidade, demonstração do desempenho financeiro, demonstrações contábeis e notas explicativas.

6.1. Desempenho financeiro do exercício

Dividido em três Subseções: Demonstração da receita, Desempenho da execução orçamentária e financeira e informações de transferências de recursos, esse subitem tem a intenção de explicitar as informações financeiras referente ao exercício de 2017 do CREA-PB.

A receita bruta total foi de R$ 15.073.365,33 (quinze milhões setenta e três mil trezentos e sessenta e cinco reais e trinta e três centavos). Conforme dispõe a Lei nº 6.496/77 foi remitido a MUTUA a título de cota parte o valor de R$ 976.418,75 (novecentos e setenta e seis mil quatrocentos e dezoito reais e setenta e cinco centavos) correspondente ao percentual de 20% (vinte por cento) sobre as receitas com Anotação de Responsabilidade Técnica – ART que apresentou um valor bruto de R$ 5.547.833,82 (cinco milhões quinhentos e quarenta e sete mil oitocentos e trinta e três reais e oitenta e dois centavos). Em concordância com a Lei 5.194/66 foi remetido ao CONFEA a título de cota parte o valor de R$ R$ 585.851,25 (quinhentos e oitenta e cinco mil oitocentos e cinqüenta e um reais e vinte e cinco centavos), correspondente ao percentual de 12% (doze por cento) sobre: as receitas com anotação de Responsabilidade Técnica – ART (após a dedução do percentual devido à cota parte da MUTUA); as receitas de contribuições; as receitas de serviços; as receitas financeiras (excluindo-se as remunerações de deposito bancários e aplicações financeiras); as receitas de dívida ativa e multas de infrações.

A receita líquida arrecadada neste exercício foi de R$ 11.901.491,41 (onze milhões novecentos e um mil e quatrocentos e noventa e um reais e quarenta e um centavos), pois devido a um problema de partição na origem ficou um saldo de R$ 148.238,28 (cento e quarenta e oito mil duzentos e trinta e oito reais e vinte e oito centavos) a ser repassado para o CONFEA e R$ 162.675,83 (cento e sessenta e dois mil seiscentos e setenta e cinco reais e oitenta e três centavos) a ser repassado a MUTUA, em comparação com o exercício de 2016, no qual o conselho obteve uma receita líquida total de R$ 10.380.761,65 (dez milhões trezentos e oitenta mil setecentos e sessenta e um reais e sessenta e cinco centavos), em 2017 houve um aumento de 14,65% (quatorze vírgula sessenta e cinco por cento) da arrecadação.

6.2. Tratamento contábil da depreciação, da amortização e da exaustão de itens do patrimônio e avaliação e mensuração de ativos e passivos

O CREA-PB vem aplicando os dispositivos contidos na NBC T 16.9, para alcançar o valor justo dos bens móveis e intangíveis foram utilizados como base os registros históricos dos bens tombados e inventariados, sendo realizadas pesquisas de preço para identifica os valores vigentes para os mesmos bens. Conhecendo as datas e incorporações pôde-se identificar a vida útil utilizada de cada um dos bens e sua vida útil futura.

Mediante vistoria realizada concomitante à realização do inventário, foi identificado o estado de conservação de cada item. A partir disso foi possível calcular o índice de reavaliação dos móveis tangíveis e intangíveis e apurar os ganhos e perdas verificados no patrimônio desse órgão. O

valor justo foi obtido mediante pesquisa de preço junto ao sítio preço atualizado. Para mensuração e avaliação dos veículos, foram realizadas pesquisas de preços de automóveis usados junto ao sitio da FIPE. Para avaliação dos imóveis foram tomados como parâmetros os valores obtidos dos imóveis comercializados nas proximidades dos prédios pertencentes ao CREA-PB, levando em consideração os valores dos terrenos e das edificações e instalações, separadamente. Para definir os valores atualizados dos bens imóveis pertencentes ao CREA-PB, foram avaliados o tempo de utilização dos bens e seu estado de conservação, além de pesquisa de preço de vendas de imóveis negociados na região onde se encontra localizado o imóvel. Para apuração dos valores dos imóveis foram segregados os terrenos das edificações, na forma recomendada pela Secretaria do Tesouro Nacional através da MACROFUNÇÃO 020300, visto que sobre terrenos não se aplica o processo de depreciação.

QUADRO 30 – VIDA ÚTIL E VALOR RESIDUAL DOS BENS

Itens	Vida útil (anos)	Valor Residual
Sede (Edifícios)	25	10%
Subsedes/Salas/Garagens	25	10%
Móveis e Utensílios de Escritório	10	10%
Máquinas e Equipamentos	10	10%
Instalações	10	10%
Utensílios de Copa e Cozinha	10	10%
Veículos (Administrativo) Veículos (fiscalização)	10 05	10%
Equipamentos Processamento de Dados	05	10%
Sistemas de Processamento de Dados – Softwares (amortização)	05	10%
Biblioteca	10	-
Museu e Obras de Arte	-	-

Fonte: Receita Federal

O método utilizado para a Depreciação foi o Método das Cotas Lineares utiliza-se da taxa de depreciação constante durante a vida útil do ativo, caso o seu valor residual não se altere. O valor da depreciação será calculado pela fórmula: Depreciação = VB – VR, sendo: VU VB = Valor do Bem VR = Valor Residual VU = Vida Útil.

QUADRO 31 – DEPRECIAÇÃO DE BENS MÓVEIS 2017

DESCRIMINAÇÃO	**VALOR DE AQUISIÇÃO**	**VALOR DEPRECIÁVEL**	**VALOR LÍQUIDO**
Mobiliário em Geral	760.528,73	88.839,03	671.689,70
Máquinas, Motores e Aparelhos	266.202,93	36.335,41	229.867,52
Veículos	975.218,67	169.836,52	805.382,15
Equipamento de Informática	1.184.845,40	152.972,14	1.031.873,26
Sistemas de Processamento de Dados	42.360,38	-	42.360,38
TOTAL	**3.229.156,11**	**447.973,10**	**2.781.173,01**

Fonte: Relatório SISPAT.NET

QUADRO 32 - DEPRECIAÇÃO BENS IMÓVEIS 2017

DESCRIMINAÇÃO	VALOR DE AQUISIÇÃO	VALOR DEPRECIÁVEL	VALOR LÍQUIDO
Edifícios	13.723.996,97	523.686,00	13.200.310,97
Terrenos	5.017.000,00	-	5.017.000,00
TOTAL	**18.740.996,97**	**523.686,00**	**18.217.310,97**

Fonte: Relatório SISPAT.NET

6.3. Sistemática de apuração de custos no âmbito da unidade

Considerando que o CREA-PB, adquiriu um novo programa corporativo - SITAC, onde ainda estamos adequando para as novas necessidades do Conselho, não desenvolvemos ainda como calcular os custos, pois não temos como identificar os valores das Receitas por Inspetorias;

Considerando que o CREA-PB, trabalha com o programa Contábil, IMPLANTA, onde é possível trabalhar por sistema de Custos nas Despesas;

Utilizamos uma estrutura para os Centros de Custos por Inspetorias e Sede do Conselho, como segue abaixo:

01.01 - Centro de Custo Inspetoria Guarabira

01.02 - Centro de Custo Inspetoria Patos

01.03 - Centro de Custo Inspetoria Pombal

01.04 - Centro de Custo Inspetoria Campina Grande

01.05 - Centro de Custo Inspetoria Sousa

01.06 - Centro de Custo Inspetoria Itaporanga

01.07 - Centro de Custo Inspetoria Cajazeiras

02.00 - Centro de Custo Sede

02.01 – Gabinete da Presidência

02.02 – Superintendência

02.03 - Controladoria

02.04 – Assessoria Parlamentar

02.05 – Assessoria Institucional

02.06 – Assessoria de Comunicação

02.07 – Assessoria jurídica

02.08 – Gerência de Infraestrutura

02.09 – Gerência de Fiscalização

02.10 – Ouvidoria

02.11 – Gerência de Atendimento

02.12 – Gerência de Apoio aos Colegiados

02.13 – Comissão Permanente de Licitação

02.14 – Gerência de Informática

02.15 – 9º CEP

02.16 – Assessoria Técnica

02.17 – 73º SOEAA

02.18 – Eleições 2017

6.4. Demonstrações contábeis exigidas pela Lei 4.320/64 e notas explicativas

No Anexo XIV estão apresentadas as demonstrações contábeis previstas pela Lei nº 4.320/64 e pela NBC 16.6 aprovadas pela Resolução CFC nº 1.133/2008, ou ainda previstas na Lei nº 6.404/76, incluindo também as Notas Explicativas.

No exercício de 2017 o balanço patrimonial apresenta um ativo financeiro de R$ 2.248.922,09 (dois milhões duzentos e quarenta e oito mil novecentos e vinte e dois reais e nove centavos) e um passivo financeiro de R$ 206.117,44 (duzentos e seis mil cento e dezessete reais e quarenta e quatro centavos) o que resultou num superávit financeiro de R$ 2.042.804,65 (dois milhões quarenta e dois mil oitocentos e quatro reais e sessenta e cinco centavos). As variações patrimoniais demonstram um superávit de R$ 2.866.755,11 (dois milhões oitocentos e sessenta e seis mil setecentos e cinqüenta e cinco reais e onze centavos). O balanço orçamentário contempla um superávit de R$ 1.601.131,07 (um milhão seiscentos e um mil cento e trinta e um reais e sete centavos).

7. CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDAS DOS ÓRGÃOS DE CONTROLE

Este capítulo objetiva atender o disposto no Anexo II da DN TCU nº 161, de 1º de novembro de 2017, o seu conteúdo visa informar sobre o atendimento das demandas dos órgãos de controle e fiscalizadores, bem como às ocorrências de dano ao erário. A seção foi organizada em três subseções: "Tratamento de determinações e recomendações do TCU", "Tratamento de Recomendações do Órgão de Controle Interno" e "Medidas Administrativas para Apuração de Responsabilidade por Dano ao Erário".

7.1. Tratamento de determinações e recomendações do TCU

O quadro relativo ao tratamento de determinações e recomendações do TCU, não se aplica ao CREA-PB, um vez que nesse exercício não houve deliberações do TCU para este conselho.

7.2. Tratamento de Recomendações do Órgão de Controle Interno

QUADRO 33 – DELIBERAÇÕES DO CONFEA

Caracterização da determinação/recomendação do CONFEA				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
Protocolo Confea nº 5254/2017	Ofício 0515/2017 – TCU	N/A	Ofício Circular Confea nº 3812/2017	30/10/2017
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação				
Presidência do CREA-PB				
Descrição da determinação/recomendação				
Comunicação de decisão cautelar do TCU para fixação de teto das diárias nacionais e internacionais do Sistema CONFEA/CREA e Mútua.				
Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas				
Em atendimento à determinação foi editada pela Presidência do CREA-PB a Portaria nº 042/2017, de 01/11/2017.				

Fonte: Assessoria Jurídica

7.3. Medidas Administrativas para Apuração de Responsabilidade por Dano ao Erário

O quadro relativo à apuração de responsabilidade – MEDIDAS ADOTADAS PARA APURAÇÃO E RESSARCIMENTO DE DANOS AO ERÁRIO, não se aplica ao CREA-PB, uma vez que não houve dano ao erário.

8. OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES

Este capítulo objetiva atender o disposto no Anexo II da DN TCU nº 161, de 1º de novembro de 2017, o seu conteúdo tem como objetivo consolidar informações relevantes para o Relatório de Gestão as quais não aparecem nos capítulos anteriores.

Inicialmente estão relacionadas às participações do CREA-PB em ações de cunho institucional, social e político, como segue abaixo:

1. 6º Encontro de Líderes do Sistema CONFEA, CREA e MÚTUA, ocorrido na cidade de Brasília-DF, no período de 19 a 23/02/17;
2. Participação do CREA-PB em reunião realizada no PROCON, celebração de Termo de Cooperação Técnica para fiscalização de empresas de engenharia, ocorrida no dia 02/02/17;
3. Participação do CREA-PB na solenidade de posse da atual Direção do CCA-UFPB, ocorrido no CCA, dia 03/02/17;
4. Promoção do CREA-PB através do Fórum Junior na Palestra para Instrução de Futuros Profissionais, do curso de Engenharia Ambiental do CT– Campus João Pessoa, ocorrida no dia 03/02/17;
5. Promoção do CREA-PB na realização do Seminário Conselheiros/2017, ocorrido no plenário do CREA-PB, nos dias 06 e 07/03/17, que contou com a presença de assessor do CONFEA, Eng.Agr. Edgar Barcelar Platino;
6. Participação do CREA-PB, na Palestra "Bim, UM CAMINHO SEM VOLTA", promovida pelo IBENC em parceria com o Sinduscon, realizada no dia 09/02/17;
7. Participação do CREA-PB em reunião promovida pela Secretaria de Estado do Desenvolvimento Agropecuário e da Pesca, para participar de reunião com o Ministro da Embaixada de Israel Sr. ITAY TAGNER, ocorrida no Palácio da Redenção (Salão Rosa), ocorrida dia 07/02/17;
8. Participação de profissionais da Inspetoria do CREA-PB na cidade de Campina Grande-PB, em visita técnica ao EIXO LESTE –metas de execução do projeto Transposição do Rio São Francisco, entre os Municípios de Monteiro-PB a Custódia-PE;
9. Participação do CREA-PB no Seminário promovido pelo Sinduscon, Sesi e Cbic,"Ética e Compliance na Construção, ocorrido no último dia 21/03/17, no auditório do Sinduscon-JP;
10. Participação do CREA-PB na reunião preparatória de Criação do Fórum de Mobilidade Urbana de João Pessoa, ocorrida no dia 29/03/17, na sede da ADUF-PB;
11. Participação do CREA-PB em Audiência com o Tribunal de Contas do Estado, para tratar de assuntos atinentes ao Convênio de Cooperação Mútua formalizado entre o CREA e o TCE no dia 29/03/17;
12. Promoção do CREA-PB, conjuntamente com o CAU-PB e SINDUSCON-PB, na realização da Palestra "100 anos de impermeabilização–Menor Custo e maior garantia", ocorrida nos dias 29/03/17, na cidade de C.Grande, auditório da FIEP e 30/03/17, em João Pessoa, no auditório do Sinduscon;
13. Participação do CREA-PB no dia 07/04/17, da discussão promovida pela Prefeitura Municipal de João Pessoa, do Relatório de Avaliação Ambiental – RAA, no âmbito do Programa, que ocorrerá no dia 07/04/17 no auditório Ariano Suassuna no TCE-PB;
14. Participação do CREA-PB, no Debate sobre a importância da construção de um processo participativo para a revisão do Plano Diretor, ocorrida na Câmara Municipal, no último dia 03/04/17;

15. Participação do CREA-PB na audiência pública "ABRIL VERDE", ocorrida no último dia 03/04/17, na Assembléia Legislativa;
16. Participação do CREA-PB na solenidade de lançamento da 74ª SOEA, na cidade de Belém, período de 10 a 12 de abril/2017;
17. Participação do CREA-PB na apresentação promovida pelo Sebrae "Projeto de Indústria da Construção Civil de João Pessoa, ocorrida no Centro de Educação Sebrae, dia 18/04/17;
18. Participação do CREA-PB em fiscalização promovida pelo Ministério Público Estadual, nas agências bancárias do Município de João Pessoa, dia 20/04/17;
19. Participação do CREA-PB na audiência pública relativa ao projeto de lei de autoria da vereadora Helena Holanda, que condiciona a emissão de alvará de demolição pela Prefeitura Municipal de João Pessoa à presença de um responsável técnico, dia 24/04/17, na Câmara Municipal de João Pessoa;
20. Promoção do CREA-PB na realização de Palestra sobre tema "Benefícios do PMOC para a Sociedade com a responsabilidade técnica do Engenheiro Mecânico, promovida pelo CREA-PB, através da Câmara Especializada de Engenharia Mecânica, ocorrida no plenário do CREA-PB, dia 26/04/17;
21. Participação do CREA-PB, na audiência promovida pelo Ministério Público, que tratou sobre assuntos relacionados à área de Urbanismo (Projeto Caminho Livre), tendo o CREA sido representado pelo Sub-Gerente de Fiscalização, no último dia 26/04/17;
22. Promoção do CREA-PB na realização de Palestra promovida pelo IBENC, com apoio do CREA-PB, ocorrida no último dia 27/04/17, no auditório da PRAC-UFPB, sobre o título "O Concreto Protendido no Mundo e no Brasil";
23. Participação do CREA-PB em missão do Ministério Público Estadual, ação conjunta do Comitê Permanente de Monitoramento e Fiscalização das Instituições de Longas Permanência dos Idosos, no período de 02 a 04/05/17, nas cidades de São José de Piranhas, Sousa, Cajazeiras, Pombal e Coremas;
24. Exposição do CREA-PB sobre o tema "O Papel do CREA-PB, atribuições, deveres e direitos dos Engenheiros, aos alunos da Faculdade de Santa Maria, ocorrida no dia 05/05/17, na cidade de Cajazeiras-PB;
25. Apoio do CREA-PB, na realização do Curso de QGIS – Destinados a Uso de Mineração, realizado no auditório do CREA-PB, promovido pela ASSEMPB, nos dias 11 e 12 de maio de 2017;
26. Participação no "Encontro Estadual de Engenheiros Preparatório para o 11º CONSEGE, ocorrido nos dias 17 e 18/05/17, nas cidades de Patos e Campina Grande, respectivamente;
27. Participação do CREA-PB na exposição de Palestra aos alunos do Curso de Engenharia Civil, ofertado pela UNIPÊ, sobre o papel do Conselho junto à sociedade; comissão de ética e Fórum CREA-Jr;
28. Participação do CREA-PB na exposição de Palestra aos alunos do curso de engenharia civil, ofertado pela UNIFACISA – Centro Universitário, na cidade de Campina Grande-PB, ocorrida no dia 25/05/17;
29. Participação na 2ª reunião Ordinária do Conselho Gestor PRODESU, ocorrida em Brasília, no último dia 23/05/17;
30. Participação em Audiência do Ministério Público do Estado da Paraíba, através da Promotoria de Justiça Cumulativa de Cabedelo, ocorrida no último dia 30/05/17, para tratar sobre irregularidades apontadas pelo CREA-PB, (interdição) na obra de ampliação da BR 230 que começa em Cabedelo-PB, na região da grande João Pessoa;

31. Participação na 3ª Reunião do Colégio de Presidentes, ocorrida na cidade de Aracaju-SE, no período de 31/05 a 02/06/17;
32. Promoção do CREA-PB na realização do curso de Blaster, promovido pela ASSEMPB, dias 08 e 09 de junho/17, na cidade de Campina Grande-PB (auditório do CREA);
33. Participação do CREA-PB no Hack Fest contra a corrupção", evento promovido pelo Ministério Público da Paraíba, que acontecerá no Espaço Cultural José Lins do Rego, dias 09, 10 e 11 de junho/17;
34. Promoção do CREA-PB No Seminário Meio Ambiente e Segurança Alimentar, promovido pelo CREA-PB, através da Comissão de Meio Ambiente e Câmara Especializada de Agronomia, realizado no auditório do MP, ocasião em que foi lançada a cartilha sobre agrotóxicos;
35. Participação do CREA-PB, em Audiência promovida pelo MP-PROCON, para tratativas quanto a ações de fiscalização sobre Acessibilidade nas Agências Bancárias da cidade de João Pessoa, tendo o CREA sido representado pelo engenheiro Corjesu Paiva do Santos, Assessor Técnico;
36. Registra promoção do CREA-PB na I Capacitação de Representantes de Curso do CREA-Jr, nos dias 30/06/17, em João Pessoa; 01/07/17, na cidade de Campina Grande-PB e 08/07/17, na cidade de Pombal, direcionada aos estudantes de Instituições de Ensino Superior;
37. Participação do CREA-PB em Audiência promovida pelo Ministério Público Estadual, no dia 08/08/17, que tratou sobre o disciplinamento de cercas elétricas no Município de João Pessoa-PB;
38. Promoção do CREA-PB e MÚTUA do "Curso Para Inspetores de Serviços Executados em Fachadas", que acontecerá no auditório do CREA-PB, nos dias 12 e 19 de agosto/17;
39. Participação em Audiência junto ao Tribunal de Justiça do Estado, para tratativas acerca de Ação dos Engenheiros, no dia 05/07/17;
40. Participação do CREA-PB em reunião do Comitê Gestor e Reunião Fórum de Presidentes dos Creas do Nordeste. Brasília-DF, no dia 17/07/17;
41. Participação do Crea-PB, no 23º CBENC, em Porto Alegre, no período de 10 a 21/07/17;
42. Participação do Crea-PB, em exposição sobre "O Papel do Conselho", junto a IEEE-UFPB, tendo como expositores os membros do Crea-Junior;
43. Participação do CREA-PB, em reunião promovida pela SEMOB, para discussão do Plano Diretor de Mobilidade Urbana, daquela Secretária, no dia 07/08/17;
44. Participação do CREA-PB de Audiência junto ao MP, no dia 08/08/17, que tratou sobre o disciplinamento para a instalação de cercas elétrica, no Município de João Pessoa;
45. Participação do CREA-PB em Audiência junto ao MP, no dia 09/08/17, que tratou sobre a ocupação irregular das calçadas da Orla do Cabo Branco;
46. Participação do CREA-PB na solenidade de Colação de Grau dos formandos do curso de Agronomia, do CCA/UFPB, dia 11 de agosto/2017, na cidade de Areia-PB;
47. Participação do CREA-PB da 74ª SOEA – Semana Oficial da Engenharia, ocorrida na cidade de Belém-PA, de 08 a 12/08/17;
48. Participação do CREA-PB, em audiência pública promovida pelo Ministério Público Estadual, dia 17/08/17, para tratar sobre instalação de postes de alta tensão pela Energisa;
49. Participação do CREA-PB, em "Dia de Campo" promovido pela EMBRAPA, na cidade de Alagoinha-PB, dias 24 e 25/08/17;

50. Apoio do CREA-PB, na realização de palestras sobre os temas: Gestão Energética Municipal; Aquecimento Global e Mudanças Climáticas – Crise Hídrica O que eu tenho a ver com isso?, ocorrida nas cidades de São Bento, Sousa e Cajazeiras-PB, dias 28, 29 e 30/08/17, respectivamente;
51. Promoção do CREA-PB do lançamento da Cartilha "Receituário Agronômico", na cidade de Campina Grande-PB, no dia 28/07/17, na sede do CREA em Campina Grande-PB;
52. Participação do CREA-PB no Debate sobre a regulamentação da Lei Nº 11.954/2010 e sobre a obrigatoriedade da Inspeção Predial Periódica na cidade de João Pessoa-PB, ocorrida na Câmara Municipal de João Pessoa, dia 29/08/17;
53. Participação do CREA-PB no 11º Congresso Nacional de Engenheiros, que acontecerá na cidade de Curitiba-PR, no período de 06 a 09/09/17;
54. Apoio e participação do CREA-PB Na realização do 19º CONEST – Congresso Nacional de Engenharia de Segurança do Trabalho, no período de 20 a 22 de setembro/17, no auditório do SEBRAE;
55. Participação do CREA-PB na solenidade de abertura Simpósio Paraibano de UMBU – Campina Grande-PB, ocorrido no dia 21/09/17;
56. Participação do CREA-PB no Encontro de Lideranças Cooperativistas – Auditório TCE-PB, ocorrido no auditório do TCE-PB, dia 21/09/17;
57. Participação do CREA-PB, no Seminário Internacional "Acessibilidade e Inclusão: Expressão da Cidadania", ocorrido na cidade de Brasil ia, no período de 20 a 21 de setembro/2017;
58. Apoio do CREA-PB na realização de reunião do GT instituído pela Câmara Municipal de João Pessoa-PB, para atualização da Lei que versa sobre Inspeção Predial, ocorrida no auditório do CREA-PB, dia 21/09/17;
59. Participação do CREA na Palestra Mesa Redonda "Seminário Gestão Ambiental e Municipal", que acontecerá no auditório do IFPB, na cidade de Sousa-PB, dia 29/09/17;
60. Apoio e participação do CREA-PB no Curso "Orçamento e Obras", que aconteceu na cidade de Sousa-PB no auditório do SEBRAE, dias 06 e 07/10/17;
61. Participação do CREA-PB, na XXX Semana da Agronomia, promovida pelo CCA-UFPB, na cidade de Areia-PB, no período de 09 a 11/10/17;
62. Participação do CREA-PB em Mesa Redonda sobre o Tema "Atribuição Profissional" dia 10/10/17 e do Mini Curso, "Receituário Agronômico – Prescrição Técnica de Agrotóxicos;
63. Participação do CREA-PB no 8º Fórum Mundial da Água, promovido pelo CONFEA, período de 18 a 20/10/17, em Juazeiro-BA;
64. Participação do CREA-PB no 3º Simpósio de Ciência e Tecnologia Agroalimentar, nos dias 05 e 06.10.17, na cidade de Patos - PB, promovido pela UFCG;
65. Participação do CREA-PB na Sessão Especial, em alusão do 1º Encontro dos tecnólogos do Estado da Paraíba, realizada no dia 08 de novembro/17, na Câmara Municipal de João Pessoa-PB;
66. Participação no 1º Fórum Municipal de Educação Ambiental – Rede Municipal de Ensino de João Pessoa – PB, realizado nos dia 07 e 08 de novembro/17, no Auditório da Estação Cabo Branco – Ciência, Cultura e Artes, promovido pelas Secretarias Municipais de Educação e Cultura – SEDEC e de Meio Ambiente – SEMAM;
67. Participação do CREA-PB, no "Encontro de Agroecologia e Agricultura Orgânica da Paraíba, promovido pelo MP, ocorrido na cidade de Lagoa Grande-PB, nos dias 1 e 2 de dezembro/17;

68. Promoção do CREA-PB, do curso “Orçamento e Obras”, realizado na cidade de Sousa-PB, nos dias 08 e 09 de dezembro/17, no auditório do IFPB;
69. Participação do CREA-PB na solenidade de abertura do “II Fórum Paraibano Água e Saúde Ambiental”, ocorrido nas dependências do auditório do UNIPÊ;
70. Promoção do CREA-PB do 2º Seminário de Fiscalização em 2017, que acontecerá nesta cidade de João Pessoa-PB, no dia 22/12/17;
71. Participação na 6ª Reunião Ordinária do CP – Colégio de Presidentes do Sistema, ocorrida na cidade de Florianópolis-SC, no período de 19 a 21/12/17.

9. ANEXOS

ANEXO I

QUADRO 3 – AÇÕES ADOTADAS PARA ATINGIR OS OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

OBJETIVOS - EIXO GESTÃO	ESTRATÉGIAS	METAS
Melhorar os processos e os procedimentos da gestão do CREA-PB	Elaborar normativo para cumprimento de prazos das demandas Responsáveis: Gerência de Registros e Assessoria Jurídica.	- Elaboração de Procedimentos e Rotinas (processos, ART e certidões) – Gerência de Registros; - Elaboração de Regulamento de Tramitação de Processos Administrativos – Assessoria Jurídica; - Elaboração e aprovação de ato normativo para revogação dos atos normativos obsoletos – Assessoria Jurídica.
	Treinar e monitorar a tramitação dos processos no Plenário. Responsável: Gabinete	- Realização de treinamento anual para os novos conselheiros sobre o funcionamento do CREA-PB em março/2016; - Acompanhamento de tramitação dos processos apreciados no plenário, no período de fevereiro a dezembro/2016; -Elaboração de indicadores de desempenho dos membros do Plenário.
	Treinar e monitorar a tramitação dos processos nas Câmaras especializadas e nas Comissões permanentes. Responsável: Gerência de Assistência aos Colegiados	- 02 Treinamentos dos Conselheiros no módulo Conselheiro do SITAC nos meses de março e outubro de 2016; - Monitoramento da tramitação dos processos, após decisão da câmara, enviados ao Gabinete e a Dívida Ativa; - Monitoramento dos processos das Câmaras especializadas e Comissões permanentes.
Aprimorar o atendimento aos usuários	Melhorar o atendimento telefônico (interno e externo) e o TELECREA Responsável: Gerência de Infraestrutura e Gerência de Registros.	- Contratação de terceirizados e capacitação de mais servidores para o atendimento interno, externo e TELECREA.
	Melhorar a infraestrutura física do atendimento telefônico e presencial. Responsável: Gerência de Infraestrutura e Gerência de Programas e Projetos.	- Elaboração de projeto para captação de recursos junto ao CONFEA para aquisição de infraestrutura física, equipamentos e mobiliário.
Aperfeiçoar o processo de gestão organizacional	Executar e monitorar o Planejamento Estratégico Responsável: Comitê Gestor do Planejamento Estratégico	- Criação de comitê gestor de monitoramento do Plano Estratégico; - Criação de diretrizes para implementação e monitoramento da execução do plano estratégico; - Comunicação as partes interessadas dos avanços e ajustes na implementação do Plano Estratégico; - Definição da aplicação de recursos do PRODESU junto as Gerências e ao Comitê de gestor de monitoramento do Plano Estratégico; - Realização de procedimentos licitatórios para aquisição de bens e serviços essenciais – Comissão Permanente de Licitação.
	Gestão do Patrimônio	

	Responsável: Gerência de Infraestrutura – Setor de Patrimônio. Melhorar a prestação dos serviços gerais e de transporte Responsável: Presidência e Gerência de Infraestrutura.	- Conferência, identificação e substituição dos tombamentos nos bens patrimoniais; - Atualização, sistematicamente, dos dados patrimoniais no SISPAT. - Sensibilização junto aos servidores de serviços gerais e de transporte - Presidência; - Realização de monitoramento do setor de Transporte (indicadores de tempo de operação, horas trabalhadas por veículo, e consumo de combustível) – Gerência de Infraestrutura.
OBJETIVOS - EIXO EXERCÍCIO PROFISSIONAL	**ESTRATÉGIAS**	**METAS**
Ampliar a fiscalização buscando maior eficiência	Desenvolver a capacitação dos agentes fiscais Responsável: Gerência de Fiscalização Ampliar a capacidade de fiscalização, intensificando ações nas diversas modalidades Responsável: Gerência de Fiscalização Celebrar convênios e termos de cooperação técnica com órgãos públicos, empresas privados e instituições de ensino Responsável: Gerência de Fiscalização	- Realização de Seminário sobre Fiscalização, em novembro/2016, através dos recursos PRODAFISC; - Identificação e mapeamento do potencial para fiscalização nos municípios da Paraíba; - Cadastramento dos empreendimentos passíveis de fiscalização, com o apoio da Gerência de Tecnologia da Informação; - Catalogação de empreendimentos utilizando, rotineiramente, fontes de informação, como: D.O.E e D.O.U, IBGE/SIDRA, portal da transparência, jornais, *sites*, prefeituras, dentre outras; -Identificação dos principais órgãos existentes no Estado, como prefeituras, Receita Federal/Estadual/Municipal, para celebração de convênios; - Celebração de convênios com instituições de ensino, visando oportunizar a regularização profissional;
Otimizar o processo de fiscalização	Melhorar a eficiência do processo de fiscalização Responsável: Gerência de Fiscalização	- Redução em 50%, o número de autuações indevidas, a meta desse plano de ação era a redução de 30%.
OBJETIVOS - EIXO INTEGRAÇÃO COM A SOCIEDADE	**ESTRATÉGIAS**	**METAS**
Melhorar a comunicação com a sociedade	Divulgar o sistema CREA-PB Responsável: Assessoria de Comunicação	-Fortalecimento, junto à sociedade, da marca do CREA-PB (sendo lembrado como órgão respeitável, na emissão de opiniões sobre temas relevantes para a sociedade); -Criação de mecanismos de exposição das áreas de atuação do CREA (buscar espaços gratuitos, nas mídias); -Participação e cobertura de fiscalização em condomínios residenciais de João Pessoa, onde foram entregues cartilhas do CREA-PB sobre Manutenção de Condomínios; -Finalização do Guia de Mídia, para distribuição com a imprensa; -Realização de treinamento de *Media training* com servidores que lidam com a mídia; no dia 09/06/2016

		na sede do CREA-PB; - Realização de treinamento de *Media training* com os inspetores do CREA-PB, no mês de julho/2016 na inspetoria de Campina Grande; - Monitoramento sistemático da presença digital do CREA-PB na *web* e em outros meios de comunicação. -Reformulação do site do CREA-PB e implementação do Portal da Transparência, conforme as orientações do TCU.
	Reduzir a presença física de usuários nas instalações do CREA-PB Responsável: Assessoria de Comunicação	- Elaboração de uma seção de perguntas frequentes no site do CREA-PB; - Divulgação dos serviços oferecidos aos usuários-cidadãos online via SITAC e *site.*
Fortalecer relação com instituições de ensino	Evidenciar a presença do CREA-PB nas instituições de ensino Responsável: Assessoria Institucional.	- Divulgação do sistema CONFEA/CREA, para os estudantes da área tecnológica; - Cumprir calendário de visitas às instituições de ensino superior e tecnológico do estado da Paraíba.

Fonte: Planejamento Estratégico

ANEXO II

QUADRO 6 – RESUMO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS SOBRE TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS PELA UJ NA MODALIDADE DE CONVÊNIO, CONTRATOS DE REPASSE E INSTRUMENTOS CONGÊNERES - CONFEA.

Unidade Concedente					
Nome: CONSELHO FEDERAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA - CONFEA					
Exercício da Prestação das Contas	Quantitativos e montante repassados		Instrumentos (Quantidade e Montante Repassado)		
			Convênios	Contratos de repasse	...
Exercício do relatório de gestão	Contas Prestadas	Quantidade	**06**		
		Montante Repassado	**902.129,42**		
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	**-**		
		Montante Repassado	**-**		
Exercícios anteriores	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	-		
		Montante Repassado	-		
Fonte: Gerência de Programas e Projetos.					

ANEXO III

QUADRO 7 – RESUMO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS SOBRE TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS PELA UJ NA MODALIDADE DE CONVÊNIO, CONTRATOS DE REPASSE E INSTRUMENTOS CONGÊNERES – MUTUA

Unidade Concedente					
Nome: CAIXA DE ASSITÊNCIA DOS PROFISSIONAIS DO CREA - MUTUA					
Exercício da Prestação das Contas	Quantitativos e montante repassados		Instrumentos (Quantidade e Montante Repassado)		
			Convênios	Contratos de repasse	...
Exercício do relatório de gestão	Contas Prestadas	Quantidade	**03**	-	-
		Montante Repassado	**59.632,22**	-	-
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade		-	-
		Montante Repassado		-	-
Exercícios anteriores	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	-	-	-
		Montante Repassado	-	-	-
Fonte: Gabinete da Presidência.					

ANEXO IV

QUADRO 8 – SITUAÇÃO DA ANÁLISE DAS CONTAS PRESTADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA DO RELATÓRIO DE GESTÃO - CONFEA.

Unidade Concedente ou Contratante				
Nome: CONSELHO FEDERAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA - CONFEA				
Contas apresentadas ao repassador no exercício de referência do relatório de gestão		Instrumentos		
		Convênios	Contratos de repasse	···
Contas analisadas	Quantidade aprovada	-	-	-
	Quantidade reprovada	-	-	-
	Quantidade de TCE instauradas	-	-	-
	Montante repassado (R$)	-	-	-
Contas NÃO analisadas	Quantidade	**06**	-	-
	Montante repassado (R$)	**902.129,42**	-	-
Fonte: Gerência de Programas e Projetos.				

ANEXO V

QUADRO 10 - COMPARATIVO DA RECEITA ORÇADA COM A REALIZADA DURANTE O EXERCÍCIO

6.RECEITA	ORÇADO	ARRECADADO
6.2.1.2 - RECEITA REALIZADA	**11.771.604,00**	**12.212.405,52**
6.2.1.2.1 - RECEITA CORRENTE	**11.065.654,00**	**11.836.455,52**
6.2.1.2.1.01 - RECEITA TRIBUTÁRIA	**3.280.064,00**	**3.905.675,02**
6.2.1.2.1.01.01 - TAXAS PELO EXERCÍCIO DO PODER DE POLICIA	**3.280.064,00**	**3.905.675,02**
6.2.1.2.1.01.01.01 - ANOTAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA	**3.280.064,00**	**3.905.675,02**
6.2.1.2.1.01.01.01.001 - Anotação de Responsabilidade Técnica	3.275.214,00	3.904.704,44
6.2.1.2.1.01.01.01.002 - Receituário Agronômico	4.850,00	0,00
6.2.1.2.1.01.01.01.003 - Anotação de Responsabilidade Técnica - S/Partição	0,00	970,58
6.2.1.2.1.02 - RECEITAS DE CONTRIBUICOES	**6.037.500,00**	**5.465.521,78**
6.2.1.2.1.02.01 - ANUIDADES PESSOAS FÍSICAS	**3.474.905,00**	**2.523.502,93**
6.2.1.2.1.02.01.01 - PESSOAS FÍSICAS DO EXERCÍCIO	**3.253.129,00**	**2.266.754,42**
6.2.1.2.1.02.01.01.001 - PESSOA FISICA	3.253.129,00	852,10
6.2.1.2.1.02.01.01.003 - NÍVEL SUPERIOR - PF	**0,00**	**1.886.494,96**
6.2.1.2.1.02.01.01.003.001 - Anuidades Integral PF	0,00	1.358.697,32
6.2.1.2.1.02.01.01.003.002 - Anuidades Senior - PF	0,00	60.351,86
6.2.1.2.1.02.01.01.003.003 - Anuidades Parcelamentos - PF	0,00	357.947,79
6.2.1.2.1.02.01.01.003.004 - Anuidades Proporcionais - PF	0,00	109.497,99
6.2.1.2.1.02.01.01.004 - NÍVEL MÉDIO - PF	**0,00**	**379.407,36**
6.2.1.2.1.02.01.01.004.001 - Anuidades Integral - PF	0,00	271.375,35
6.2.1.2.1.02.01.01.004.002 - Anuidades Senior - PF	0,00	2.244,80
6.2.1.2.1.02.01.01.004.003 - Anuidades Parcelamentos - PF	0,00	77.140,08
6.2.1.2.1.02.01.01.004.004 - Anuidades Proporcionais - PF	0,00	28.647,13
6.2.1.2.1.02.01.02 - PESSOAS FÍSICAS DO EXERCÍCIO ANTERIOR	**221.776,00**	**256.748,51**
6.2.1.2.1.02.01.02.001 - PESSOA FÍSICA DO EXERCÍCIO ANTERIOR	221.776,00	0,00
6.2.1.2.1.02.01.02.003 - NÍVEL SUPERIOR - PF	**0,00**	**191.577,39**
6.2.1.2.1.02.01.02.003.001 - Anuidades Integral - PF	0,00	69.285,59
6.2.1.2.1.02.01.02.003.002 - Anuidades Senior - PF	0,00	4.789,85
6.2.1.2.1.02.01.02.003.003 - Anuidades Parcelamentos - PF	0,00	117.501,95
6.2.1.2.1.02.01.02.004 - NÍVEL MÉDIO - PF	**0,00**	**65.171,12**
6.2.1.2.1.02.01.02.004.001 - Anuidades Integral - PF	0,00	17.868,49

6.2.1.2.1.02.01.02.004.002 - Anuidades Senior - PF	0,00	901,94
6.2.1.2.1.02.01.02.004.003 - Anuidades Parcelamentos - PF	0,00	46.400,69
6.2.1.2.1.02.02 - ANUIDADES DE PESSOAS JURÍDICAS	**2.562.595,00**	**2.942.018,85**
6.2.1.2.1.02.02.01 - PESSOA JURÍDICA DO EXERCÍCIO	**2.333.043,00**	**2.620.635,31**
6.2.1.2.1.02.02.01.001 - PESSOA JURÍDICA DO EXERCÍCIO	2.333.043,00	3.723,39
6.2.1.2.1.02.02.01.009 - FAIXA 01	**0,00**	**325.336,11**
6.2.1.2.1.02.02.01.009.001 - MATRIZ	**0,00**	**308.251,86**
6.2.1.2.1.02.02.01.009.001.001 - Integral	0,00	210.123,70
6.2.1.2.1.02.02.01.009.001.002 - Parcelada	0,00	49.547,07
6.2.1.2.1.02.02.01.009.001.003 - Proporcional	0,00	48.581,09
6.2.1.2.1.02.02.01.009.002 - FILIAL	**0,00**	**17.084,25**
6.2.1.2.1.02.02.01.009.002.001 - Integral	0,00	10.399,37
6.2.1.2.1.02.02.01.009.002.002 - Parcelada	0,00	1.952,77
6.2.1.2.1.02.02.01.009.002.003 - Proporcional	0,00	4.732,11
6.2.1.2.1.02.02.01.010 - FAIXA 02	**0,00**	**796.053,09**
6.2.1.2.1.02.02.01.010.001 - MATRIZ	**0,00**	**761.714,06**
6.2.1.2.1.02.02.01.010.001.001 - Integral	0,00	469.965,02
6.2.1.2.1.02.02.01.010.001.002 - Parcelada	0,00	166.653,33
6.2.1.2.1.02.02.01.010.001.003 - Proporcional	0,00	125.095,71
6.2.1.2.1.02.02.01.010.002 - FILIAL	**0,00**	**34.339,03**
6.2.1.2.1.02.02.01.010.002.001 - Integral	0,00	23.113,49
6.2.1.2.1.02.02.01.010.002.002 - Parcelada	0,00	3.219,20
6.2.1.2.1.02.02.01.010.002.003 - Proporcional	0,00	8.006,34
6.2.1.2.1.02.02.01.011 - FAIXA 03	**0,00**	**474.455,70**
6.2.1.2.1.02.02.01.011.001 - MATRIZ	**0,00**	**455.660,10**
6.2.1.2.1.02.02.01.011.001.001 - Integral	0,00	277.689,28
6.2.1.2.1.02.02.01.011.001.002 - Parcelada	0,00	130.788,11
6.2.1.2.1.02.02.01.011.001.003 - Proporcional	0,00	47.182,71
6.2.1.2.1.02.02.01.011.002 - FILIAL	**0,00**	**18.795,60**
6.2.1.2.1.02.02.01.011.002.001 - Integral	0,00	17.080,19
6.2.1.2.1.02.02.01.011.002.002 - Parcelada	0,00	1.715,41
6.2.1.2.1.02.02.01.012 - FAIXA 04	**0,00**	**309.896,67**
6.2.1.2.1.02.02.01.012.001 - MATRIZ	**0,00**	**288.800,94**

6.2.1.2.1.02.02.01.012.001.001 - Integral	0,00	188.399,22
6.2.1.2.1.02.02.01.012.001.002 - Parcelada	0,00	87.512,60
6.2.1.2.1.02.02.01.012.001.003 - Proporcional	0,00	12.889,12
6.2.1.2.1.02.02.01.012.002 - FILIAL	**0,00**	**21.095,73**
6.2.1.2.1.02.02.01.012.002.001 - Integral	0,00	7.796,69
6.2.1.2.1.02.02.01.012.002.002 - Parcelada	0,00	6.021,49
6.2.1.2.1.02.02.01.012.002.003 - Proporcional	0,00	7.277,55
6.2.1.2.1.02.02.01.013 - FAIXA 05	**0,00**	**211.053,66**
6.2.1.2.1.02.02.01.013.001 - MATRIZ	**0,00**	**177.531,69**
6.2.1.2.1.02.02.01.013.001.001 - Integral	0,00	112.001,36
6.2.1.2.1.02.02.01.013.001.002 - Parcelada	0,00	61.625,85
6.2.1.2.1.02.02.01.013.001.003 - Proporcional	0,00	3.904,48
6.2.1.2.1.02.02.01.013.002 - FILIAL	**0,00**	**33.521,97**
6.2.1.2.1.02.02.01.013.002.001 - Integral	0,00	17.255,09
6.2.1.2.1.02.02.01.013.002.003 - Proporcional	0,00	16.266,88
6.2.1.2.1.02.02.01.014 - FAIXA 06	**0,00**	**267.180,90**
6.2.1.2.1.02.02.01.014.001 - MATRIZ	**0,00**	**179.308,45**
6.2.1.2.1.02.02.01.014.001.001 - Integral	0,00	150.054,49
6.2.1.2.1.02.02.01.014.001.002 - Parcelada	0,00	23.715,32
6.2.1.2.1.02.02.01.014.001.003 - Proporcional	0,00	5.538,64
6.2.1.2.1.02.02.01.014.002 - FILIAL	**0,00**	**87.872,45**
6.2.1.2.1.02.02.01.014.002.001 - Integral	0,00	62.061,47
6.2.1.2.1.02.02.01.014.002.002 - Parcelada	0,00	12.845,64
6.2.1.2.1.02.02.01.014.002.003 - Proporcional	0,00	12.965,34
6.2.1.2.1.02.02.01.015 - FAIXA 07	**0,00**	**232.935,79**
6.2.1.2.1.02.02.01.015.001 - MATRIZ	**0,00**	**75.932,25**
6.2.1.2.1.02.02.01.015.001.001 - Integral	0,00	70.894,46
6.2.1.2.1.02.02.01.015.001.002 - Parcelada	0,00	4.185,69
6.2.1.2.1.02.02.01.015.001.003 - Proporcional	0,00	852,10
6.2.1.2.1.02.02.01.015.002 - FILIAL	**0,00**	**157.003,54**
6.2.1.2.1.02.02.01.015.002.001 - Integral	0,00	130.988,40
6.2.1.2.1.02.02.01.015.002.002 - Parcelada	0,00	7.205,48

6.2.1.2.1.02.02.01.015.002.003 - Proporcional	0,00	18.809,66
6.2.1.2.1.02.02.02 - PESSOA JURÍDICA DO EXERCÍCIO ANTERIOR	**229.552,00**	**319.579,11**
6.2.1.2.1.02.02.02.001 - PESSOA JURÍDICA DO EXERCÍCIO ANTERIOR	229.552,00	0,00
6.2.1.2.1.02.02.02.009 - FAIXA 01	**0,00**	**38.821,35**
6.2.1.2.1.02.02.02.009.001 - MATRIZ	**0,00**	**37.367,32**
6.2.1.2.1.02.02.02.009.001.001 - Integral	0,00	17.170,58
6.2.1.2.1.02.02.02.009.001.002 - Parcelada	0,00	20.196,74
6.2.1.2.1.02.02.02.009.002 - FILIAL	**0,00**	**1.454,03**
6.2.1.2.1.02.02.02.009.002.001 - Integral	0,00	1.259,73
6.2.1.2.1.02.02.02.009.002.002 - Parcelada	0,00	194,30
6.2.1.2.1.02.02.02.010 - FAIXA 02	**0,00**	**114.994,59**
6.2.1.2.1.02.02.02.010.001 - MATRIZ	**0,00**	**111.146,96**
6.2.1.2.1.02.02.02.010.001.001 - Integral	0,00	30.050,20
6.2.1.2.1.02.02.02.010.001.002 - Parcelada	0,00	76.818,11
6.2.1.2.1.02.02.02.010.001.003 - proporcional	0,00	4.278,65
6.2.1.2.1.02.02.02.010.002 - FILIAL	**0,00**	**3.847,63**
6.2.1.2.1.02.02.02.010.002.001 - Integral	0,00	3.431,56
6.2.1.2.1.02.02.02.010.002.002 - Parcelada	0,00	416,07
6.2.1.2.1.02.02.02.011 - FAIXA 03	**0,00**	**57.489,39**
6.2.1.2.1.02.02.02.011.001 - MATRIZ	**0,00**	**54.437,84**
6.2.1.2.1.02.02.02.011.001.001 - Integral	0,00	13.791,95
6.2.1.2.1.02.02.02.011.001.002 - Parcelada	0,00	40.645,89
6.2.1.2.1.02.02.02.011.002 - FILIAL	**0,00**	**3.051,55**
6.2.1.2.1.02.02.02.011.002.001 - Integral	0,00	1.696,51
6.2.1.2.1.02.02.02.011.002.002 - Parcelada	0,00	1.355,04
6.2.1.2.1.02.02.02.012 - FAIXA 04	**0,00**	**36.874,63**
6.2.1.2.1.02.02.02.012.001 - MATRIZ	**0,00**	**32.298,82**
6.2.1.2.1.02.02.02.012.001.001 - Integral	0,00	7.871,80
6.2.1.2.1.02.02.02.012.001.002 - Parcelada	0,00	24.427,02
6.2.1.2.1.02.02.02.012.003 - FILIAL	**0,00**	**4.575,81**
6.2.1.2.1.02.02.02.012.003.001 - Integral	0,00	777,29
6.2.1.2.1.02.02.02.012.003.002 - Parcelada	0,00	3.798,52
6.2.1.2.1.02.02.02.013 - FAIXA 05	**0,00**	**19.266,93**

6.2.1.2.1.02.02.02.013.001 - MATRIZ	**0,00**	**14.483,58**
6.2.1.2.1.02.02.02.013.001.001 - Integral	0,00	6.043,64
6.2.1.2.1.02.02.02.013.001.002 - Parcelada	0,00	8.439,94
6.2.1.2.1.02.02.02.013.002 - FILIAL	**0,00**	**4.783,35**
6.2.1.2.1.02.02.02.013.002.001 - Integral	0,00	4.412,18
6.2.1.2.1.02.02.02.013.002.002 - Parcelada	0,00	371,17
6.2.1.2.1.02.02.02.014 - FAIXA 06	**0,00**	**28.218,09**
6.2.1.2.1.02.02.02.014.001 - MATRIZ	**0,00**	**7.746,49**
6.2.1.2.1.02.02.02.014.001.001 - Integral	0,00	2.914,86
6.2.1.2.1.02.02.02.014.001.002 - Parcelada	0,00	4.831,63
6.2.1.2.1.02.02.02.014.002 - FILIAL	**0,00**	**20.471,60**
6.2.1.2.1.02.02.02.014.002.001 - Integral	0,00	11.139,84
6.2.1.2.1.02.02.02.014.002.002 - Parcelada	0,00	9.331,76
6.2.1.2.1.02.02.02.015 - FAIXA 07	**0,00**	**23.914,13**
6.2.1.2.1.02.02.02.015.001 - MATRIZ	**0,00**	**3.816,57**
6.2.1.2.1.02.02.02.015.001.001 - Integral	0,00	3.109,17
6.2.1.2.1.02.02.02.015.001.002 - Parcelada	0,00	707,40
6.2.1.2.1.02.02.02.015.002 - FILIAL	**0,00**	**20.097,56**
6.2.1.2.1.02.02.02.015.002.001 - Integral	0,00	15.219,89
6.2.1.2.1.02.02.02.015.002.002 - Parcelada	0,00	4.877,67
6.2.1.2.1.02.02.03 - Anuidade do Exercicio sem Partição PJ	0,00	1.804,43
6.2.1.2.1.05 - RECEITA DE SERVICOS	**301.571,00**	**418.265,06**
6.2.1.2.1.05.01 - EMOLUMENTOS COM INSCRIÇOES	**159.293,00**	**229.738,54**
6.2.1.2.1.05.01.01 - Profissionais - Pessoas Físicas	61.951,00	71.511,14
6.2.1.2.1.05.01.02 - Organizações Fiscalizadas - Pessoas Jurídicas	97.342,00	158.227,40
6.2.1.2.1.05.02 - EMOLUMENTOS COM EXPEDIÇÕES DE CARTEIRAS	**59.442,00**	**57.812,73**
6.2.1.2.1.05.02.01 - Profissionais - Pessoas Físicas	59.442,00	57.812,73
6.2.1.2.1.05.03 - EMOLUMENTOS COM EXPEDIÇÕES DE CERTIDÕES	**55.181,00**	**106.353,45**
6.2.1.2.1.05.03.01 - Profissionais - Pessoas Físicas	18.749,00	0,00
6.2.1.2.1.05.03.02 - Organizações Fiscalizadas - Pessoas Jurídicas	36.432,00	0,00
6.2.1.2.1.05.03.03 - PROFISSIONAIS PESSOAS FISICAS	**0,00**	**106.353,45**
6.2.1.2.1.05.03.03.002 - Certidão de Acervo Técnico	0,00	102.688,32
6.2.1.2.1.05.03.03.003 - Outras Certidões	0,00	3.665,13

6.2.1.2.1.05.04 - EMOLUMENTOS COM VISTOS DE REGISTROS	**25.655,00**	**24.360,34**
6.2.1.2.1.05.04.01 - Profissionais - Pessoas Físicas	3.409,00	0,00
6.2.1.2.1.05.04.02 - Organizações Fiscalizadas - Pessoas Jurídicas	22.246,00	24.360,34
6.2.1.2.1.05.07 - RECEITAS DIVERSAS DE SERVIÇOS	**2.000,00**	**0,00**
6.2.1.2.1.05.07.08 - Custas Processuais	2.000,00	0,00
6.2.1.2.1.06 - FINANCEIRAS	**264.025,00**	**715.539,30**
6.2.1.2.1.06.02 - JUROS DE MORA SOBRE ANUIDADES	**43.590,00**	**1.017,32**
6.2.1.2.1.06.02.01 - Pessoas Físicas	29.700,00	649,49
6.2.1.2.1.06.02.02 - Pessoas Jurídicas	13.890,00	367,83
6.2.1.2.1.06.04 - JUROS DE MORA SOBRE MULTAS DE INFRAÇÕES	**2.975,00**	**46.188,58**
6.2.1.2.1.06.04.01 - Pessoas Físicas	1.275,00	19.520,84
6.2.1.2.1.06.04.02 - Pessoas Jurídicas	1.700,00	26.667,74
6.2.1.2.1.06.05 - ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA	**217.460,00**	**668.333,40**
6.2.1.2.1.06.05.01 - ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA SOBRE ANUIDADES	**26.860,00**	**108.499,74**
6.2.1.2.1.06.05.01.001 - Pessoas Físicas	13.005,00	47.883,02
6.2.1.2.1.06.05.01.002 - Pessoas Jurídicas	13.855,00	60.616,72
6.2.1.2.1.06.05.03 - ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA SOBRE MULTAS DE INFRAÇÕES	**2.550,00**	**0,00**
6.2.1.2.1.06.05.03.001 - Pessoas Físicas	850,00	0,00
6.2.1.2.1.06.05.03.002 - Pessoas Jurídicas	1.700,00	0,00
6.2.1.2.1.06.05.04 - MULTAS SOBRE ANUIDADES	**28.050,00**	**331.450,30**
6.2.1.2.1.06.05.04.001 - Pessoas Físicas	11.050,00	143.527,11
6.2.1.2.1.06.05.04.002 - Pessoas Jurídicas	17.000,00	187.923,19
6.2.1.2.1.06.05.07 - REMUNERAÇÃO DE DEP. BANC. E APLICAÇÕES FINANCEIRAS	**160.000,00**	**228.383,36**
6.2.1.2.1.06.05.07.003 - Poupança	10.000,00	0,00
6.2.1.2.1.06.05.07.004 - Fundos de Investimentos Lastreados em Títulos do Tesouro Nacional	150.000,00	228.383,36
6.2.1.2.1.07 - TRANSFERENCIAS CORRENTES	**843.604,00**	**792.660,76**
6.2.1.2.1.07.03 - Transferências	**80.000,00**	**59.632,22**
6.2.1.2.1.07.03.01 - Transferido da Mutua	60.000,00	59.632,22
6.2.1.2.1.07.03.02 - Transferido do Confea	20.000,00	0,00
6.2.1.2.1.07.04 - PRODESU	763.604,00	733.028,54
6.2.1.2.1.08 - OUTRAS RECEITAS CORRENTES	**336.930,00**	**537.424,61**
6.2.1.2.1.08.01 - DÍVIDA ATIVA	**112.200,00**	**149.157,19**
6.2.1.2.1.08.01.01 - Tributária (Anuidades)	11.900,00	81.373,46
6.2.1.2.1.08.01.02 - Não Tributária (Multas Disc. Leis 5194/66 e 6496/77)	66.300,00	33.135,34

6.2.1.2.1.08.01.04 - Não Tributária S/ Partição (Multas Disc. Leis 5194/66 e 6496/77)	34.000,00	34.648,39
6.2.1.2.1.08.02 - MULTAS DE INFRAÇÕES	**188.700,00**	**364.125,39**
6.2.1.2.1.08.02.01 - Pessoas Físicas	14.450,00	89.616,66
6.2.1.2.1.08.02.02 - Pessoas Jurídicas	174.250,00	274.508,73
6.2.1.2.1.08.03 - INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	**36.030,00**	**22.313,75**
6.2.1.2.1.08.03.01 - Indenizações	31.030,00	22.181,00
6.2.1.2.1.08.03.02 - Restituições	5.000,00	132,75
6.2.1.2.1.08.04 - RECEITAS NÃO IDENTIFICADAS	**0,00**	**1.828,28**
6.2.1.2.1.08.04.01 - Receitas Não Identificadas	0,00	1.828,28
6.2.1.2.1.09 - RECEITA DIVERSAS	**1.960,00**	**1.368,99**
6.2.1.2.1.09.02 - OUTRAS RECEITAS DIVERSAS	1.960,00	1.368,99
6.2.1.2.2 - RECEITA DE CAPITAL	**705.950,00**	**375.950,00**
6.2.1.2.2.04 - TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	**375.950,00**	**375.950,00**
6.2.1.2.2.04.01 - TRANSFERÊNCIAS	**375.950,00**	**375.950,00**
6.2.1.2.2.04.01.01 - PRODESU	375.950,00	0,00
6.2.1.2.2.04.01.04 - TRANSFERÊNCIA PRODESU	0,00	375.950,00
6.2.1.2.2.06 - SALDO DE EXERCÍCIOS	**330.000,00**	**0,00**
6.2.1.2.2.06.01 - Superávit Financeiro	330.000,00	0,00
Total:	**11.771.604,00**	**12.212.405,52**

Fonte: Comparativo de Receita, 2017, Sistema Implanta Siscont.net

ANEXO VI

QUADRO 11 – DESPESAS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO

Modalidade de Contratação	Despesa liquidada		Despesa paga	
	2017	2016	2017	2016
1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)	**1.099.284,69**	**733.045,03**	**1.065.085,76**	**698.405,03**
a) Convite	-	55.520,00	-	55.520,00
b) Tomada de Preços	242.973,89	-	242.973,88	-
c) Concorrência	233.847,50	111.780,00	199.648,58	77.140,00
d) Pregão	622.463,30	565.745,03	622.463,30	565.745,03
e) Concurso	-	-	-	-
f) Consulta	-	-	-	-
g) Regime Diferenciado de Contratações Públicas	-	-	-	-
2. Contratações Diretas (h+i)	**193.815,18**	**111.478,94**	**163.136,38**	**110.268,94**
h) Dispensa	193.815,18	111.478,94	163.136,38	110.268,94
i) Inexigibilidade	-	-	-	-
3. Regime de Execução Especial	**52.182,53**	**45.609,00**	**52.182,53**	**45.609,00**
j) Suprimento de Fundos	52.182,53	45.609,00	52.182,53	45.609,00
4. Pagamento de Pessoal (k+l)	**5.059.517,64**	**4.747.168,46**	**5.045.148,71**	**4.747.168,46**
k) Pagamento em Folha	4.636.700,78	4.495.992,57	4.624.259,28	4.495.992,57
l) Diárias	422.816,86	251.175,89	420.889,43	251.175,89
5. Outros	**5.533.856,81**	**4.076.191,54**	**5.045.148,71**	**4.026.824,75**
6. Total (1+2+3+4+5)	**10.593.374,45**	**9.713.492,97**	**10.497.635,99**	**9.628.276,18**

Fonte: Setor de Licitação e Setor de Contabilidade.

ANEXO VII

QUADRO 12 – DESPESAS POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA

Unidade Orçamentária:			Código UO:		UGO:			
DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016
1. Pessoal e Encargos Sociais	**6.046.244,62**	**5.867.160,42**	**6.046.244,62**	**5.867.160,42**	**-**	**-**	**6.046.244,62**	**5.867.160,42**
Remuneração de pessoal	4.636.700,78	4.522.104,55	4.636.700,78	4.522.104,55	-	-	4.636.700,78	4.522.104,55
Encargos Patronais	1.409.543,84	1.345.055,87	1.409.543,84	1.345.055,87	-	-	1.409.543,84	1.345.055,87
Demais elementos do grupo	-	-	-	-	-	-	-	-
2. Juros e Encargos da Dívida	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
Nome do elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
Nome do elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
...	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais elementos do grupo	-	-	-	-	-	-	-	-
3. Outras Despesas Correntes	**3.311.942,39**	**2.726.688,52**	**3.311.942,39**	**2.726.688,52**	**-**	**-**	**3.311.942,39**	**2.652.784,53**
Benefícios à Pessoal	1.264.106,72	1.084.898,97	1.264.106,72	1.084.898,97	-	-	1.264.106,72	1.082.102,77
Serviços Terceiros – Pessoas Jurídicas	1.246.368,10	990.568,52	1.246.368,10	990.568,52	-	-	1.246.368,10	922.354,03
Demais elementos do grupo	801.467,57	651.221,03	801.467,57	651.221,03	-	-	801.467,57	648.327,73
DESPESAS DE CAPITAL								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016
4. Investimentos	**804.020,86**	**552.572,55**	**804.020,86**	**552.572,55**	**-**	**-**	**804.020,86**	**552.572,55**
Obras, Instalações e Reformas	245.350,28	14.860,93	245.350,28	14.860,93	-	-	245.350,28	14.860,93
Equipamentos e materiais Permanentes	558.670,58	537.711,62	558.670,58	537.711,62	-	-	558.670,58	537.711,62
Demais elementos do grupo	-	-	-	-	-	-	-	-
5. Inversões Financeiras	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
Nome do elemento de	-	-	-	-	-	-	-	-

despesa								
Demais elementos do grupo	-	-	-	-	-	-	-	-
6. Amortização da Dívida	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
Nome do elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais elementos do grupo	-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: Setor de Contabilidade, Sistema Implanta Siscont.net

ANEXO VIII

QUADRO 15 – RESUMO DAS ATIVIDADES FINALISTICAS DO PLENÁRIO

ÓRGÃO: CREA-PB	**PERÍODO: 2017**	
PLENÁRIO - REUNIÕES		
ORDINÁRIAS: 11	**QUANTIDADES: 11**	
EXTRAORDINÁRIAS: -		
NÚMERO DE PROCESSOS RECEBIDOS 2017	**QUANTIDADES**	
PESSOAS FÍSICAS	**EM ANDAMENTO**	**TRANSITADOS EM JULGADO**
- Registro Definitivo de Profissional	-	-
- Registro Provisório de Profissional	-	-
- Registro diplomado no Estrangeiro	-	-
- Registro temporário – Estrangeiro	01	01
- Interrupção de Registro	01	01
- Suspensão de Registro	-	-
- Cancelamento de Registro	-	-
- Visto de Profissional	-	-
- Revisão de Atribuição	54	54
- Dupla Responsabilidade Técnica	-	-
- Infração ao Código de Ética	-	-
- Autos de Infração à Legislação	81	22
- Tabelas de Honorários	-	-
- Reformulações Orçamentárias	-	02
- Convênos com Entidades de Classe – Até 10% ART	-	-
- Convênios com Entid. De Classe – Receita Multas	-	-
TOTAL	**137**	**80**
NÚMERO DE PROCESSOS RECEBIDOS EM 2017		
PESSOAS JURÍDICAS	⇓	⇓
- Registro de Empresa	-	-
- Consórcio	-	-
- Baixa de Registro	-	-
- Alteração de Objetivos e/ou Quadro Técnico	-	26
- Visto	-	-
- Autos de Infração	140	06
- Registro de Entidade de Classe	-	-
- Registro de Instituição de Ensino	02	01
TOTAL	**142**	**33**
NÚMERO DE RECURSOS RECEBIDOS EM 2017		
RECURSOS	⇓	⇓
- Condenação em Processos de Infração à Legislação (Autos de Infração)	-	-
- Conden. em Proces. de Infração ao Código de Ética	-	-
- Contra a Suspensão de Registro (Pessoa Física)	-	-
- Contra o Cancelamento de Registro (Pessoa Física)	-	-
- Contra a Baixa de Registro (Pessoa Jurídica)	-	-

- Contra a Negativa de Interrupção de Registro (Pessoa	-	-
- Contra a Negativa de Interrupção de Registro (Pessoa	-	-
TOTAL	**-**	**-**

Fonte: Gabinete da Presidência.

ANEXO IX

QUADRO 19 - RESUMO DAS ATIVIDADES FINALÍSTICAS DA CEMQGM

REUNIÕES	**QUANTITATIVO**	
ORDINÁRIAS	11	
EXTRAORDINÁRIAS	-	
ASSUNTOS DOS PROCESSOS	**QUANTITATIVO**	
	EM ANDAMENTO	**CONCLUÍDO**
Análise de Atribuição		03
Anotação de ART a Posteriori		04
Anotação de Cursos e Títulos		06
Infração à Lei n° 5194/66	03	228
Infração à Lei n° 6496/77	01	126
Cadastramento de Curso		02
Cadastramento de Instituição		01
Correspondência Interna		04
Decisão CREA/PB		04
Denúncia Protocolada	01	03
Inclusão de RT		31
Interrupção de Registro Profissional		75
Memorando		01
Ofício		03
Reativação de Registro Profissional		14
Relatório de Fiscalização		06
Requerimento		08
Solicitação de Certidão Tipo Outras		01
Registro de Pessoa Jurídica		64
Registro de Profissional		184
TOTAL	05	768

Fonte: Gerência de Assistência aos Colegiados.

ANEXO X
QUADRO 23 - COMPOSIÇÃO DO PLENÁRIO NO EXERCÍCIO 2017

Conselheiro(a)	Título	Mandato	Representação	Titular/ Suplente
Antonio Mousinho Fernandes Filho	Eng. Civil	09.02.15 a 31.12.17	SENGE-PB	Titular
Arivaldo Batista do Carmo	Eng. Civil	09.02.15 a 31.12.17	SENGE-PB	Suplente
Dinival Dantas de França Filho	Eng. Civil	09.02.15 a 31.12.17	SENGE-PB	Titular
S/indicação	Eng. Civil	2015 a 2017	SENGE-PB	Suplente
Luiz Carlos Carvalho de Oliveira	Eng. Eletricista	09.02.15 a 31.12.17	SENGE-PB	Titular
Everaldo Souto Salvador	Eng.Eletricista	09.02.15 a 31.12.17	SENGE-PB	Suplente
Carlos Cabral de Araújo	Eng. Civil	09.02.15 a 31.12.17	SENGE-PB	Titular
S/indicação	Eng. Civil	2015 a 2017	SENGE-PB	Suplente
Carmem Eleonôra Cavalcanti A. Soares	Eng. Civil	01.03.16 a 31.12.18	SENGE-PB	Titular
Elisabeth Ramos de Lima	Eng. Civil	01.03.16 a 31.12.18	SENGE-PB	Suplente
Maria Verônica de Assis Correia	Eng. Civil	01.02.16 a 31.12.18	SENGE-PB	Titular
Armando Ataíde Ribeiro	Eng. Civil	01.03.16 a 31.12.18	SENGE-PB	Suplente
Paulo Ricardo Maroja Ribeiro	Eng. Civil	11.02.16 a 31.12.18	SENGE-PB	Titular
Antenor Jerônimo Leite	Eng. Civil	11.02.16 a 31.12.18	SENGE-PB	Suplente
José Sérgio A. de Almeida	Eng. Civil	11.02.16 a 31.12.18	SENGE-PB	Titular
Francisco de Sales Pereira	Eng. Civil	01.03.16 a 31.12.18	SENGE-PB	Suplente
Francisco de Assis Araújo Neto	Eng. Civil	11.02.16 a 31.12.18	SENGE-PB	Titular
Giuseppe Toni Filho	Eng.Civil	11.02.16 a 31.12.18	SENGE-PB	Suplente
Kátia Lemos Diniz	Eng. Ambiental	11.02.16 a 31.12.18	SENGE-PB	Titular
Walderley Mendes Diniz	Eng. Ambiental	11.02.16 a 31.12.18	SENGE-PB	Suplente
João Alberto Silveira de Souza	Eng. Agrônomo	11.02.16 a 31.12.18	SENGE-PB	Titular
José François Paulino de Oliveira	Eng. Agrônomo	11.02.16 a 31.12.18	SENGE-PB	Suplente
Aderaldo Luiz de Lima	Eng. Agrônomo	11.02.16 a 31.12.18	SENGE-PB	Titular
S/indicação	Eng. Agrônomo	2016 a 2018	SENGE-PB	Suplente
João Paulo Neto	Eng. Civil	06.03.17 a 31.12.19	SENGE-PB	Titular
Everaldo Pinheiro do Egito	Eng. Civil	01.02.17 a 31.12.19	SENGE-PB	Suplente
Luiz de Gonzaga Silva	Eng. Civil	01.02.17 a 31.12.19	SENGE-PB	Titular
Fábio Leite de Almeida	Eng.Civil	01.02.17 a 31.12.19	SENGE-PB	Suplente
Amauri de Almeida Cavalcanti	Eng. Quimica	01.02.17 a 31.12.19	SENGE-PB	Titular
S/indicação	Eng. Quimica	2017 a 2019	SENGE-PB	Suplente
José Gomes Sarmento	Eng. Mecânico	01.02.17 a 31.12.19	SENGE-PB	Titular
Pedro Paulo do Rego Luna Filho	Eng. Mecânico	01.02.17 a 31.12.19	SENGE-PB	Suplente
Maurício Timótheo de Souza	Eng. Mecânico	09.02.15 a 31.12.17	CEP/PB	Titular
S/indicação	Eng. Mecânico	2015 a 2017	CEP/PB	Suplente
Edmilson Alter Campos Martins	Eng. Civil	09.02.15 a 31.12.17	CEP/PB	Titular
Mª Goreth Guedes de Morais	Eng. Civil	09.02.15 a 31.12.17	CEP/PB	Suplente
Hugo Barbosa de Paiva Junior	Eng. Civil	09.02.15 a 31.12.17	CEP/PB	Titular
Fernando Luiz da Silva Cordeiros	Eng. Civil	2015 a 2017	CEP/PB	Suplente
Maria Aparecida Rodrigues Estrela	Engª Civil	09.02.15 a 31.12.17	CEP-PB	Titular
Fábio Fernandes Silva	Eng. Civil	09.02.15 a 31.12.17	CEP-PB	Suplente
Otávio Alfredo Falcão O. Lima	Eng. Civil	09.02.15 a 31.12.17	CEP-PB	Titular
Fabiano Lucena Bezerra	Eng. Civil	09.02.15 a 31.12.17	CEP-PB	Suplente
Antonio dos Santos Dália	Eng. Eletricista	01.02.17 a 31.12.19	CEP-PB	Titular
S/indicação	Eng. Eletricista	2017/2019	CEP/PB	Suplente
S/indicação	Eng. Eletricista	2017/2019	CEP/PB	Titular
S/indicação	Eng. Eletricista	2017/2019	CEP/PB	Suplente
Alynne Pontes Bernardo	Eng. Ambiental	01.02.17 a 31.12.19	CEP/PB	Titular
Ana Tércia Muniz de Lima	Eng. Ambiental	01.02.17 a 31.12.19	CEP/PB	Suplente
Ovídio Catão M da Trindade	Eng. Civil	01.02.17 a 31.12.19	CEP/PB	Titular
Thiago Queiroga Buriti	Eng. Civil	01.02.17 a 31.12.19	CEP-PB	Suplente
Maria das Graças Soares de O. Bandeira	Engª Civil	01.02.17 a 31.12.19	CEP-PB	Titular

S/indicação	Eng. Civil	2017/2019	CEP-PB	Suplente
Leonardo Eudes dos S. Medeiros	Eng. Civil	01.02.17 a 31.12.19	CEP-PB	Titular
S/indicação	Eng. Civil	2017/2019	CEP-PB	Suplente
Denison Palmeira Ramos	Eng. Civil	16.03.17 a 31.12.19	CEP/PB	Titular
S/indicação	Eng. Civil	2017/2019	CEP/PB	Suplente
José Ariosvaldo Alves da Silva	Eng. Mecânico	11.03.17 a 31.12.19	CEP/PB	Titular
S/indicação	Eng. Mecânico	2017/2019	CEP-PB	Suplente
Julio Saraiva Torres Filho	Eng. Mecânico	07.02.17 a 31.12.19	CEP-PB	Titular
S/indicação	Eng. Mecânico	2017/2019	CEP-PB	Suplente
Martinho Ramalho de Mélo	Eng. Agrônomo	10.02.17 a 31.12.19	CEP-PB	Titular
S/indicação	Eng. Agrônomo	2017/2019	CEP-PB	Suplente
Evelyne Emanuelle Pereira Lima	Tecnl. Const. Civ.	11.02.16 a 31.12.18	UNIPÊ	Titular
S/indicação	Tecnl. Const. Civ.	2016/2018	UNIPÊ	Titular
Fábio Morais Borges	Eng. Prod. Mecan.	11.02.16 a 31.12.18	UFPB	Titular
S/Indicação	Eng. Prod. Mecan.	2016/2018	CT-UFPB	Suplente
Roberto Wagner Cavalcanti Raposo	Eng. Agrônomo	11.01.16 a 31.12.18	CCA-UFPB	Titular
Manoel Bandeira de Albuquerque	Eng. Agrônomo	11.01.16 a 31.12.18	CCA-UFPB	Suplente
Iure Borges de Moura Aquino	Eng.Minas	01.03.16 a 31.12.18	UFCG	Titular
S/Indicação	Eng. Minas	2016/2018	UFCG	Suplente
Jogerson Pinto Gomes Pereira	Eng.Agrícola	06.03.17 a 31.12.19	UFCG	Titular
S/indicação	Eng.Agrícola	2017/2019	UFCG	Suplente
Anselmo de Almeida Luna	Eng. Agrônomo	09.02.15 a 31.12.17	AEA	Titular
Antonio Alberto Diniz de Medeiros	Eng. Agrônomo	09.02.15 a 31.12.17	AEA	Titular
Sérgio Barbosa de Almeida	Eng. Agrônomo	01.02.17 a 31.12.19	AEA	Titular
José Carlos Fernandes de Moura	Eng. Agrônomo	01.02.17 a 31.12.19	AEA	Suplente
Luis Eduardo de Vasconcelos Chaves	Eng. Minas	09.02.15 a 31.12.17	ASSEMPB	Titular
João Bosco Burgos Costa	Eng.Minas	09.02.15 a 31.12.17	ASSEMPB	Suplente
Antonio Ferreira Lopes	Eng.Civil	11.02.16 a 31.12.18	IBAPE-PB	Titular
Cícero Bento Fernandes Filho	Eng.Civil	11.02.16 a 31.12.18	IBAPE-PB	Suplente
Marco Antonio Ruchet Pires	Eng.Civil	11.02.16 a 31.12.18	IBAPE-PB	Titular
Waldemir Lopes de Andrade Junior	Eng.Civil	11.02.16 a 31.12.18	IBAPE-PB	Suplente
Martinho Nobre Tomaz de Souza	Eng. Eletricista	09.02.15 a 31.12.17	ABEE-PB	Titular
Hércules Tejo Pereira	Eng. Eletricista	09.02.15 a 31.12.17	ABEE-PB	Suplente
Diego Perazzo Creazzola de Macedo	Eng. Eletricista	11.02.16 a 31.12.18	ABEE-PB	Titular
Euler Cassio Tavares de Macedo	Eng.Eletricista	11.02.16 a 31.12.18	ABEE-PB	Suplente

Fonte: Gabinete da Presidência

ANEXO XI

RELATÓRIOS DE AUDITORIA INDEPENDENTE

AUDIMEC
AUDITORES INDEPENDENTES S/S

CREA/PB

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia da Paraíba

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES ACERCA DOS CONTROLES INTERNOS E ASPECTOS MAIS RELEVANTES DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS ENCERRADAS EM 30/06/2017

João Pessoa/PB, 10 de Outubro de 2017.

Aos Ilmos. Srs.
Conselheiros, Diretores e demais Administradores do
CONSELHO REGIONAL DE ENGEHARIA E AGRONOMIA DA PARAÍBA
Administração Regional da Paraíba - CNPJ(MF) 08.667.024/0001-00
Endereço: Avenida Dom Pedro I, 809 – Centro – CEP.: 58.013-021
João Pessoa/PB

Att.: Coordenação Financeira e Contábil
A/c.: Felipe Gustavo Borges da Silva
Ref.: Relatório de Auditoria Forma Longa

Prezados Senhores,

Havendo concluído nesta data o estudo e avaliação dos controles internos adotados pelo ***CREA/PB*** acerca dos itens mais relevantes do ponto de vista de exposição ativa ou passiva, indispensável à formação de nossa opinião inerente à fidedignidade e tempestividade dos registros dos atos e fatos contábeis, que ensejaram as Demonstrações Contábeis levantadas em 30/06/2017, queremos:

Informar que nosso trabalho é composto por macro atividades, subdivididas em trabalho de campo e de escritório (na proporção de 70%x30%), o qual foi iniciado pela definição da equipe de auditores com experiência em trabalhos correlatos e de mesma complexidade, e da avaliação de possíveis ameaças a independência em decorrência de conflitos éticos preconizados nas NBC PA's, e prosseguindo mediante o planejamento geral do trabalho determinado nas NBC TA's 300 a 330, efetuado através de: (A) Aplicação do Questionário de Avaliação de Riscos e Realização de Entrevistas com a Governança Coorporativa e de Tecnologia da Informação ligados aos macroprocessos que originam ou consomem caixa ou equivalentes; (B) Análise dos Melhores Referenciais do BP e DFC elegíveis para fixar Materialidade Individual e Coletiva no Trabalho e (C) Respostas do Auditor com Procedimentos para Mitigação dos Riscos. Tudo planejado de modo a viabilizar o melhor desempenho da equipe durante a execução das atividades de estudo e avaliação dos controles internos o qual será o fundamento para fixação da extensão e profundidade do procedimento de auditoria bem como da melhor oportunidade e circunstância a ser aplicado.

Enfatizar que o relatório anexo preconizado no item "2.1" do Termo de Referência integrante do Edital de Pregão Presencial nº 006/2017, é o resultado de exames procedidos por amostragem e que por isso mesmo não tem a finalidade nem a pretensão de arrolar falhas individuais ou institucionais, mas tão somente destina-se a sinalizar para o Plenário a necessidade de aprimoramento em algumas áreas ou procedimentos, visando a tornar, as Demonstrações Contábeis aptas ao arrimo das decisões gerenciais, e não apenas um documento de cunho burocrático, para aferir, após termo, o desempenho de uma gestão.

Patentear nossa gratidão pela total cooperação recebida indistintamente de todos os setores e servidores que nos propiciaram acesso às imprescindíveis informações, sem as quais não lograríamos êxito em nosso intento.

AUDIMEC – AUDITORES INDEPENDENTES S/S
CRC/PE 000150/O "S"PB
Luciano Gonçalves de Medeiros Pereira
Contador - CRC/PE 010483/O-9 "S"PB
Sócio Sênior

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DA PARAÍBA – CREA/PB
RELATÓRIO DE AUDITORIA NA FORMA LONGA
ACERCA DO ESTUDO E AVALIAÇÃO CONTROLES INTERNOS E
ASPECTOS MAIS RELEVANTES DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 30/06/2017

1. INTRODUÇÃO

Este relatório tem por finalidade precípua comunicar a administração do ***Conselho Regional de Engenharia e Agronomia da Paraíba – CREA/PB***, doravante denominado "Autarquia", acerca dos resultados alcançados no trabalho de estudo e avaliação dos controles internos, existentes, notadamente na área contábil, levado a efeito mediante visitas na Sede da Autarquia nos mês de Outubro de 2017, portanto aludido relato consigna informações decorrentes do exame realizado mediante análises e verificações que efetuamos nas Demonstrações Contábeis levantadas em 30 de Junho de 2017, cujo trabalho foi efetuado por Contadores com experiência específica em auditoria de Conselhos de Fiscalização Profissional com personalidade jurídica de direito público, regidas pela Lei 4.320/64, Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP, observando rigorosamente ao que preceitua a Resolução CFC n˚ 821/1997, e seguintes que aprovaram as Normas Brasileiras de Contabilidade – Profissionais em Auditoria - NBC PA.

Todo o trabalho foi planejado e efetuado consoante as Normas Brasileiras de Contabilidade, mediante metodologia e procedimentos de auditoria preconizados nas Resoluções de n˚s 1.203 a 1.235 que aprovaram as Normas de Auditoria Independente das Demonstrações Contábeis NBC TA, com nova estrutura determinada pela resolução nº 1.328 editada em 18/03/2011 pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC.

Iniciamos nosso serviço, através do planejamento do trabalho, fixamos o escopo, procedemos ao estudo e avaliação dos controles internos em uso, e com base no grau de credibilidade que atribuímos aos mesmos, pudemos estabelecer a oportunidade, a extensão e a profundidade dos procedimentos de auditoria, a serem aplicados por amostragem estratificada cientificamente, efetuados mediante testes de substância e de observância, os quais implicaram na validação dos saldos e revisão analítica de seus negócios e operações, dentre tantos outros procedimentos desenvolvidos sem que nenhum óbice ou restrição, tenham sido impingidas à consecução dos mesmos, cuja síntese dos fatos mais relevantes e algumas sugestões de aprimoramento aos controles internos, e identificando as áreas susceptíveis e que apresentam riscos relativos atribuídos a partir da "matriz de risco" decorrente da análise vertical e horizontal do balancete patrimonial encerrado em 30 de junho do exercício sob exame.

Os sistemas contábeis e de controles internos, embora sendo de responsabilidade da administração da Autarquia auditada, dentro de um cronograma de trabalho antecipadamente estabelecido, foram por nós analisados e, sempre que julgamos necessário indicamos sugestões objetivas para seu aperfeiçoamento ou implantação. Como procedimentos primordiais de evidenciação da auditoria, verificamos a eficácia, eficiência e efetividade dos sistemas e subsistemas de controle interno bem como a segurança e confiabilidade das transações representadas na sistemática contábil.

1.2 METODOLOGIA

A concepção de um Plano de Auditoria tecnicamente otimizado, pressupõe um planejamento detalhado, consistente na programação e execução de exames adequados de auditoria, os quais dependem do grau de entendimento que se tem das atividades-meio e atividades-fim, bem como do perfeito conhecimento da estrutura organizacional e societária de entidade a ser auditada.

O Programa Padrão de Auditoria que atualmente norteia o planejamento de nossos serviços é o resultado de 40 anos de experiência e aprimoramento profissional bem como do foco na legislação pertinente à matéria, principalmente no que tange as Normas Brasileiras de Auditoria Independente das Demonstrações Contábeis (NBC-TA, preconizadas em 33 Resoluções do CFC de nºs 1.203 a 1.235/2009) e Normas Profissionais de Auditoria Independente (NBC-P-1 aprovada pela resolução nº 821/97) reconhecidas no meio profissional de auditoria como principal referência doutrinaria.

1.2.1 TÉCNICAS DE ABORDAGEM

Nossos trabalhos foram conduzidos através da NBC TA 530 – Amostragem em Auditoria, com a finalidade de racionalizar e dar maior efetividade a metodologia a ser utilizada. Dentre nossa abordagem podemos destacar a "Amostragem Sistemática Específica" que é uma técnica não estatística determinativa da seleção de uma quantidade de registros a serem selecionados e analisados, bem como o intervalo da seleção; a de "Seleção de Auditoria" que determina quantos registros serão selecionados e os números aleatórios aos quais devem estar associados; a de "Amostragem por Funções e Atributos" na qual os itens são selecionados a partir da pesquisa sobre a presença de determinados atributos e, finalmente, a de "Amostragem Através de Unidades Monetárias" onde é estabelecido o mínimo de valores de itens monetários em relação à sua totalidade dentro de um risco cabível e grau de confiabilidade desejado.

1.2.2 ESTUDO E AVALIAÇÃO DOS CONTROLES INTERNOS

Os controles internos de uma entidade são um conjunto de normas, procedimentos, métodos e critérios adotados para salvaguardar seus ativos, e quantificar e qualificar seus passivos com relativa exatidão, visando à promoção da confiabilidade e tempestividade dos seus registros contábeis a serem consignados em suas Demonstrações Financeiras, bem como de assegurar sua eficiência, eficácia e efetividade operacional na direção da tão almejada economicidade.

Desta forma, todo bom trabalho de auditoria deve iniciar-se pelo estudo e avaliação dos controles adotados pela entidade, a fim de que com base no grau de credibilidade e segurança proporcionado por eles, possamos estabelecer a profundidade e extensão dos procedimentos de auditoria a serem aplicados bem como a ocasião mais propícia para sua aplicação.

1.2.3 ÁREAS DE MAIOR SUSCETIBILIDADE

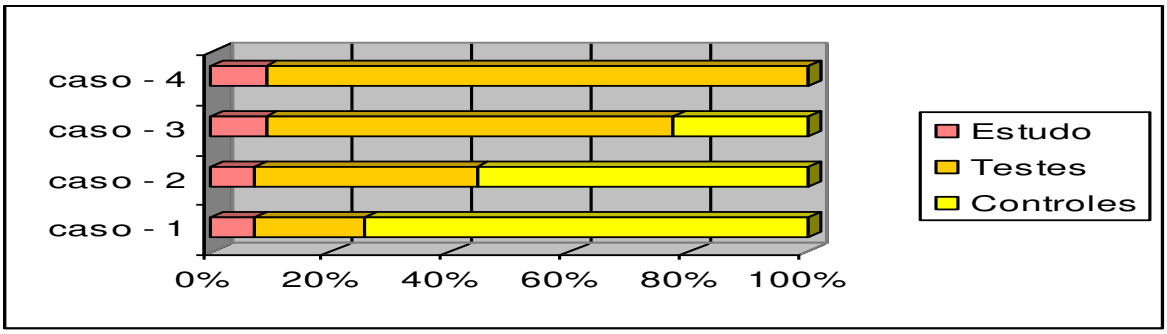
Este é o primeiro subproduto gerado pelo estudo e avaliação dos controles internos, e consistiu basicamente de uma relação contendo áreas de maior risco operacional e volume quantitativo e qualitativo de transações do ponto de vista de exposição ativa e passiva.

Todo o planejamento do trabalho e dos procedimentos de auditoria aplicados foi respaldado nestas áreas chaves, ou pontos de maior risco, visando à racionalização dos testes em prol do bom senso e esmero profissional que perseguimos.

1.2.4 AMPLITUDE DA AMOSTRAGEM

Os testes de amostragem são um conjunto de técnicas que nos permitem obter evidências ou provas suficientes e adequadas para fundamentar nossa opinião sobre as demonstrações contábeis sob exame e abrangem testes de observância e de substância, os quais foram aplicados de conformidade com os resultados do Estudo e Avaliação dos Controles Internos, de forma inversamente proporcional.

GRÁFICO DE ESTUDO E AVALIAÇÃO DOS CONTROLES INTERNOS:



Assim sendo quanto maior o grau de credibilidade atribuído aos controles internos; menor foi a profundidade da amostragem efetuada, e vice-versa.

1.2.5 TIPOS DE TESTES IMPLEMENTADOS

⇒ **Testes de Observância:**

Os testes de observância visam à obtenção de uma razoável segurança de que os controles internos previamente estudados e avaliados estão em efetivo funcionamento, inclusive quanto ao seu cumprimento pelos funcionários e diretores da entidade auditada.

⇒ **Testes de Substância:**

Os testes de substância nos permitem evidenciar a suficiência, exatidão e validade dos dados produzidos pelos sistemas, contábil e administrativo, os quais se subdividem em teste de transação e saldos, e procedimentos de revisão analítica.

1.2.6 BALANCETE ADAPTADO EM MATRIZ DE RISCO

A partir de uma análise da relevância dos saldos do balanço patrimonial levantado em 30/06/2017 sob exame, bem como da análise dos relatórios anteriores, elegemos as áreas de maior risco operacional e volume quantitativo e qualitativo (análise horizontal) de transações, e de proporção dos saldos (análise vertical) do ponto de vista de exposição ativa.

Tal procedimento resulta da análise vertical e horizontal procedida que apresentamos de forma sintética a seguir, visando à melhor elucidação das considerações tecidas acerca dos dados coligidos e consequentemente da "matriz de risco" considerada a partir de tais informações.

CREA-PB
Conselho Regional de Engenharia e Agronomia da Paraíba

DESCRIÇÃO	SALDOS				Variação Dez/16xJun/17	
	31/12/2016	A/V	30/06/2017	A/V	R$	A/H
1 - ATIVO	R$ 25.337.230,04	100,00%	R$ 28.925.950,87	100,00%	R$3.588.720,83	12,41%
1.1 - ATIVO CIRCULANTE	R$ 1.684.379,88	6,65%	R$ 5.165.931,76	17,86%	R$3.481.551,88	67,39%
1.1.1 - CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	R$ 617.744,65	2,44%	R$ 3.767.868,94	13,03%	R$3.150.124,29	83,60%
1.1.1.1 - CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA EM MOEDA NACIONAL	R$ 617.744,65	2,44%	R$ 3.767.868,94	13,03%	R$3.150.124,29	83,60%
1.1.1.1.1 - DISPONIVEL	R$ 390.692,83	1,54%	R$ 383.187,37	1,32%	-R$7.505,46	-1,96%
1.1.2 - CRÉDITOS A CURTO PRAZO	R$ 1.036.189,94	4,09%	R$ 1.360.073,50	4,70%	R$323.883,56	23,81%
1.1.3 - DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO	R$ 28.279,54	0,11%	R$ 34.469,35	0,12%	R$6.189,81	17,96%
1.1.5 - ESTOQUES	R$ 2.165,75	0,01%	R$ 3.519,97	0,01%	R$1.354,22	38,47%
1.2 - ATIVO NÃO-CIRCULANTE	R$ 23.652.850,16	93,35%	R$ 23.760.019,11	82,14%	R$107.168,95	0,45%
1.2.1 - ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	R$ 2.486.717,94	9,81%	R$ 2.486.717,94	8,60%	R$0,00	0,00%
1.2.3 - IMOBILIZADO	R$ 21.166.132,22	83,54%	R$ 21.273.301,17	73,54%	R$107.168,95	0,50%
1.2.3.1 - BENS MÓVEIS	R$ 2.670.485,53	10,54%	R$ 2.464.197,46	8,52%	-R$206.288,07	-8,37%
1.2.3.2 - BENS IMÓVEIS	R$ 18.495.646,69	73,00%	R$ 18.286.660,28	63,22%	-R$208.986,41	-1,14%
1.2.3.8 - (-) DEPRECIAÇÃO	R$ -	0,00%	R$ 522.443,43	1,81%	R$522.443,43	100,00%
DESCRIÇÃO	**SALDOS**				**Variação Dez/16xJun/17**	
	31/12/2016	**A/V**	**30/06/2017**	**A/V**	**R$**	**A/H**
2 - PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	-R$ 25.337.230,04	100,00%	-R$ 25.486.769,97	100,00%	-R$149.539,93	0,59%
2.1 - PASSIVO CIRCULANTE	-R$ 314.592,01	1,24%	-R$ 464.131,94	1,82%	-R$149.539,93	32,22%
2.1.1 - OBRIGAÇÕES TRAB, PREV E ASSIST A PAGAR A CURTO PRAZO	-R$ 144.544,72	0,57%	-R$ 158.866,93	0,62%	-R$14.322,21	9,02%
2.1.8 - DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	-R$ 84.830,50	0,33%	-R$ 31.545,03	0,12%	R$53.285,47	-168,92%
2.3 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO	-R$ 25.022.638,03	98,76%	-R$ 25.022.638,03	98,18%	R$0,00	0,00%
2.3.7 - RESULTADOS ACUMULADOS	-R$ 25.022.638,03	98,76%	-R$ 25.022.638,03	98,18%	R$0,00	0,00%
2.3.7.1 - SUPERÁVITS OU DÉFICITS ACUMULADOS	-R$ 25.022.638,03	98,76%	-R$ 25.022.638,03	98,18%	R$0,00	0,00%
2.3.7.1.1 - SUPERÁVITS OU DÉFICITS ACUMULADOS	-R$ 25.022.638,03	98,76%	-R$ 25.022.638,03	98,18%	R$0,00	0,00%
2.3.7.1.1.01 - Superávits ou Déficits do Exercício	-R$ 2.044.791,39	8,07%	R$ -	0,00%	R$2.044.791,39	0,00%
2.3.7.1.1.02 - SUPERÁVITS OU DÉFICITS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-R$ 9.344.217,62	36,88%	-R$ 11.389.009,01	44,69%	-R$2.044.791,39	17,95%
2.3.7.1.1.02.01 - PATRIMONIO - ATIVO REAL LIQUIDO	-R$ 9.344.217,62	36,88%	-R$ 11.389.009,01	44,69%	-R$2.044.791,39	17,95%
2.3.7.1.1.03 - AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-R$ 13.633.629,02	53,81%	-R$ 13.633.629,02	53,49%	R$0,00	0,00%

1.2.6.1 Risco por Relevância Horizontal

Referida análise visa explicar a variação percentual positiva de **12,41%** (doze inteiros e quarenta e um centésimos) verificada nos saldos do Ativo e no Passivo, que perfaz um aumento patrimonial de **R$ 3.588.720,83**, ocorrida entre os exercícios de 2017 e 2016 propiciando assim analisarmos a relevância de cada saldo a partir do volume monetário transacionado em cada rubrica, no período sob exame.

Neste sentido percebe-se com razoável facilidade que os principais grupos do balanço apresentaram a seguinte variação no período:

CREA-PB
Conselho Regional de Engenharia e Agronomia da Paraíba

DESCRIÇÃO	Variação Dez/16xJun/17 A/H	*Risco por Relevência Horizontal*
1 - ATIVO	12,41%	*Risco Alto*
1.1 - ATIVO CIRCULANTE	67,39%	*Risco Alto*
1.1.1 - CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	83,60%	*Risco Alto*
1.1.1.1 - CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA EM MOEDA NACIONAL	83,60%	*Risco Alto*
1.1.1.1.1 - DISPONIVEL	-1,96%	*Risco Baixo*
1.1.2 - CRÉDITOS A CURTO PRAZO	23,81%	*Risco Alto*
1.1.3 - DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO	17,96%	*Risco Relativo*
1.1.5 - ESTOQUES	38,47%	*Risco Alto*
1.2 - ATIVO NÃO-CIRCULANTE	0,45%	*Risco Baixo*
1.2.1 - ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	0,00%	*Risco Baixo*
1.2.3 - IMOBILIZADO	0,50%	*Risco Baixo*
1.2.3.1 - BENS MÓVEIS	-8,37%	*Risco Baixo*
1.2.3.2 - BENS IMÓVEIS	-1,14%	*Risco Baixo*
1.2.3.8 - (-) DEPRECIAÇÃO	100,00%	*Risco Alto*
DESCRIÇÃO	**Variação Dez/16xJun/17 A/H**	***Risco por Relevência Horizontal***
2 - PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	0,59%	*Risco Baixo*
2.1 - PASSIVO CIRCULANTE	32,22%	*Risco Alto*
2.1.1 - OBRIGAÇÕES TRAB, PREV E ASSIST A PAGAR A CURTO PRAZO	9,02%	*Risco Baixo*
2.1.8 - DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	-168,92%	*Risco Alto*
2.3 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO	0,00%	*Risco Alto*
2.3.7 - RESULTADOS ACUMULADOS	0,00%	*Risco Alto*
2.3.7.1 - SUPERÁVITS OU DÉFICITS ACUMULADOS	0,00%	*Risco Alto*
2.3.7.1.1 - SUPERÁVITS OU DÉFICITS ACUMULADOS	0,00%	*Risco Alto*
2.3.7.1.1.01 - Superávits ou Déficits do Exercício	0,00%	*Risco Alto*
2.3.7.1.1.02 - SUPERÁVITS OU DÉFICITS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	17,95%	*Risco Alto*
2.3.7.1.1.02.01 - PATRIMONIO - ATIVO REAL LIQUIDO	17,95%	*Risco Alto*
2.3.7.1.1.03 - AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00%	*Risco Alto*

1.2.6.2 RISCO POR RELEVÂNCIA VERTICAL

Precitada análise é uma ferramenta útil ao conhecimento da relevância decorrente da composição e da exposição da proporção dos itens considerados individualmente em relação a seu todo, nesse caso chamamos exposição ativa. Neste diapasão depreende-se a seguinte posição:

CREA-PB
Conselho Regional de Engenharia e Agronomia da Paraíba

DESCRIÇÃO	SALDOS		*Risco por Relevência Vertical*
	30/06/2017	A/V	
1 - ATIVO	R$ 28.925.950,87	100,00%	*Risco Alto*
1.1 - ATIVO CIRCULANTE	R$ 5.165.931,76	17,86%	*Risco Baixo*
1.1.1 - CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	R$ 3.767.868,94	13,03%	*Risco Baixo*
1.1.1.1 - CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA EM MOEDA NACIONAL	R$ 3.767.868,94	13,03%	*Risco Baixo*
1.1.1.1.1 - DISPONIVEL	R$ 383.187,37	1,32%	*Risco Baixo*
1.1.2 - CRÉDITOS A CURTO PRAZO	R$ 1.360.073,50	4,70%	*Risco Baixo*
1.1.3 - DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO	R$ 34.469,35	0,12%	*Risco Baixo*
1.1.5 - ESTOQUES	R$ 3.519,97	0,01%	*Risco Baixo*
1.2 - ATIVO NÃO-CIRCULANTE	R$ 23.760.019,11	82,14%	*Risco Alto*
1.2.1 - ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	R$ 2.486.717,94	8,60%	*Risco Baixo*
1.2.3 - IMOBILIZADO	R$ 21.273.301,17	73,54%	*Risco Alto*
1.2.3.1 - BENS MÓVEIS	R$ 2.464.197,46	8,52%	*Risco Alto*
1.2.3.2 - BENS IMÓVEIS	R$ 18.286.660,28	63,22%	*Risco Alto*
1.2.3.8 - (-) DEPRECIAÇÃO	R$ 522.443,43	1,81%	*Risco Alto*

DESCRIÇÃO	SALDOS		*Risco por Relevência Vertical*
	30/06/2017	A/V	
2 - PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	-R$ 25.486.769,97	100,00%	*Risco Alto*
2.1 - PASSIVO CIRCULANTE	-R$ 464.131,94	1,82%	*Risco Baixo*
2.1.1 - OBRIGAÇÕES TRAB, PREV E ASSIST A PAGAR A CURTO PRAZO	-R$ 158.866,93	0,62%	*Risco Baixo*
2.1.8 - DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	-R$ 31.545,03	0,12%	*Risco Baixo*
2.3 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO	-R$ 25.022.638,03	98,18%	*Risco Alto*
2.3.7 - RESULTADOS ACUMULADOS	-R$ 25.022.638,03	98,18%	*Risco Alto*
2.3.7.1 - SUPERÁVITS OU DÉFICITS ACUMULADOS	-R$ 25.022.638,03	98,18%	*Risco Alto*
2.3.7.1.1 - SUPERÁVITS OU DÉFICITS ACUMULADOS	-R$ 25.022.638,03	98,18%	*Risco Alto*
2.3.7.1.1.01 - Superávits ou Déficits do Exercício	R$ -	0,00%	*Risco Alto*
2.3.7.1.1.02 - SUPERÁVITS OU DÉFICITS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-R$ 11.389.009,01	44,69%	*Risco Alto*
2.3.7.1.1.02.01 - PATRIMONIO - ATIVO REAL LIQUIDO	-R$ 11.389.009,01	44,69%	*Risco Alto*
2.3.7.1.1.03 - AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-R$ 13.633.629,02	53,49%	*Risco Alto*

1.2.6.3 MATRIZ DE RISCO PONDERADA

Da exegese dos dados apresentados nas análises supracitadas, temos informações essenciais para a ponderação do chamado risco relativo de auditoria, no qual se percebe a seguinte posição.

CREA-PB
Conselho Regional de Engenharia e Agronomia da Paraíba

DESCRIÇÃO	*Risco por Relevância Horizontal*	*Risco por Relevância Vertical*
1 - ATIVO	*Risco Alto*	*Risco Alto*
1.1 - ATIVO CIRCULANTE	*Risco Alto*	*Risco Baixo*
1.1.1 - CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	*Risco Alto*	*Risco Baixo*
1.1.1.1 - CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA EM MOEDA NACIONAL	*Risco Alto*	*Risco Baixo*
1.1.1.1.1 - DISPONIVEL	*Risco Baixo*	*Risco Baixo*
1.1.2 - CRÉDITOS A CURTO PRAZO	*Risco Alto*	*Risco Baixo*
1.1.3 - DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO	*Risco Relativo*	*Risco Baixo*
1.1.5 - ESTOQUES	*Risco Alto*	*Risco Baixo*
1.2 - ATIVO NÃO-CIRCULANTE	*Risco Baixo*	*Risco Alto*
1.2.1 - ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	*Risco Baixo*	*Risco Baixo*
1.2.3 - IMOBILIZADO	*Risco Baixo*	*Risco Alto*
1.2.3.1 - BENS MÓVEIS	*Risco Baixo*	*Risco Alto*
1.2.3.2 - BENS IMÓVEIS	*Risco Baixo*	*Risco Alto*
1.2.3.8 - (-) DEPRECIAÇÃO	*Risco Alto*	*Risco Alto*
DESCRIÇÃO	***Risco por Relevância Horizontal***	***Risco por Relevância Vertical***
2 - PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	*Risco Baixo*	*Risco Alto*
2.1 - PASSIVO CIRCULANTE	*Risco Alto*	*Risco Baixo*
2.1.1 - OBRIGAÇÕES TRAB, PREV E ASSIST A PAGAR A CURTO PRAZO	*Risco Baixo*	*Risco Baixo*
2.1.8 - DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	*Risco Alto*	*Risco Baixo*
2.3 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO	*Risco Alto*	*Risco Alto*
2.3.7 - RESULTADOS ACUMULADOS	*Risco Alto*	*Risco Alto*
2.3.7.1 - SUPERÁVITS OU DÉFICITS ACUMULADOS	*Risco Alto*	*Risco Alto*
2.3.7.1.1 - SUPERÁVITS OU DÉFICITS ACUMULADOS	*Risco Alto*	*Risco Alto*
2.3.7.1.1.01 - Superávits ou Déficits do Exercício	*Risco Alto*	*Risco Alto*
2.3.7.1.1.02 - SUPERÁVITS OU DÉFICITS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	*Risco Alto*	*Risco Alto*
2.3.7.1.1.02.01 - PATRIMONIO - ATIVO REAL LIQUIDO	*Risco Alto*	*Risco Alto*
2.3.7.1.1.03 - AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	*Risco Alto*	*Risco Alto*

A partir dessa Matriz de Risco é que efetuamos todo o planejamento do trabalho, procedendo ao estudo e avaliação dos controles internos em uso, analisando sua eficiência e efetividade, para que com base no grau de credibilidade atribuído em cada situação, possamos estabelecer a oportunidade, a extensão e a profundidade da população amostral para aplicação dos procedimentos de auditoria apropriados e aderentes a cada caso.

2 ASPECTOS CONTÁBEIS – DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E ORÇAMENTÁRIAS

Atendendo ao Termo de Referência vinculado ao Edital do Pregão Presencial Nº 006/2017, adaptamos nosso Programa Padrão de Auditoria e o consequente Planejamento, visando atendermos integralmente ao que foi preconizado no aludido Termo e mediante procedimentos de auditoria aplicados especificamente para esse fim.

3. COMENTÁRIOS DAS PRINCIPAIS CONTAS ATIVAS E DOS CONTROLES INTERNOS AFETOS AS MESMAS

3.1. ATIVO CIRCULANTE

O ativo circulante representa **17,86%** do saldo total do ativo recebendo atributo de "alto risco" sob o ponto de vista de exposição ativa, apresentando uma variação positiva de **R$ 3.481.551,88** equivalentes a **67,39%** de aumento em relação ao exercício anterior, portanto apresentando um "alto risco", do ponto de vista quantitativo e "risco relativo" do ponto de vista qualitativo.

Referido grupo do ativo, congrega os seguintes subgrupos:

DESCRIÇÃO	SALDOS				Variação Dez/16xJun/17	
	31/12/2016	A/V	30/06/2017	A/V	R$	A/H
1 - ATIVO	R$ 25.337.230,04	100,00%	R$ 28.925.950,87	100,00%	R$3.588.720,83	12,41%
1.1 - ATIVO CIRCULANTE	R$ 1.684.379,88	6,65%	R$ 5.165.931,76	17,86%	R$3.481.551,88	67,39%
1.1.1 - CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	R$ 617.744,65	2,44%	R$ 3.767.868,94	13,03%	R$3.150.124,29	83,60%
1.1.1.1 - CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA EM MOEDA NACIONAL	R$ 617.744,65	2,44%	R$ 3.767.868,94	13,03%	R$3.150.124,29	83,60%
1.1.1.1.1 - DISPONIVEL	R$ 390.692,83	1,54%	R$ 383.187,37	1,32%	-R$7.505,46	-1,96%
1.1.1.1.1.01 - BANCOS-C/MOVIMENTO	R$ 390.692,83	1,54%	R$ 383.187,37	1,32%	-R$7.505,46	-1,96%
1.1.1.1.1.01.01 - BANCO DO BRASIL	R$ 184.423,50	0,73%	R$ 312.647,98	1,08%	R$128.224,48	41,01%
1.1.1.1.1.01.02 - CEF AG PSJ FEDERAL	R$ 48.314,05	0,19%	R$ 53.998,33	0,19%	R$5.684,28	10,53%
1.1.1.1.1.01.40 - BCO BRASIL - CTA 29.542-6 PROGRAMA ESTRUTURAÇÃO FISICA	R$ 157.954,58	0,62%	R$ 65,58	0,00%	-R$157.889,00	-
1.1.1.1.1.01.41 - CO BRASIL - CTA 29.831-X PROGRAMA PRODACON	R$ -	0,00%	R$ -	0,00%	R$0,00	0,00%
1.1.1.1.1.01.46 - BCO BRASIL - CTA 30.328-3 MOBILIARIO 2016	R$ 0,70	0,00%	R$ 0,70	0,00%	R$0,00	0,00%
1.1.1.1.1.01.47 - BCO BRASIL - CTA 30.356-9 REPRESENTAÇÃO INSTITUCIONAL 2016	R$ -	0,00%	R$ -	0,00%	R$0,00	0,00%
1.1.1.1.1.01.49 - BCO BRASIL - CTA 30.374-7 PRODAFISC 2016	R$ -	0,00%	R$ 16.150,68	0,06%	R$16.150,68	100,00
1.1.1.1.1.01.51 - BCO BRASIL - CTA 30.887-0 PRODAFISC PLANO DE FISCALIZAÇÃO	R$ -	0,00%	R$ 324,10	0,00%	R$324,10	100,00
1.1.1.1.1.01.52 - BCO BRASIL - CTA 30.888-9 AUDITORIA	R$ -	0,00%	R$ -	0,00%	R$0,00	0,00%

Considerando os atributos advindos da matriz de risco ponderada, as contas que integram o referido grupo foram objeto de exame por amostragem diretamente proporcional ao grau de risco atribuído.

3.1.1. DISPONÍVEL

O grupo congrega as contas representativas de meio-circulantes em forma pecuniária, dentre as quais destacamos as Aplicações, cujo o saldo responde individualmente por aproximadamente **95%** do total do disponível da Autarquia, sendo, portanto, a rubrica mais significativa do disponível e de resto do Balanço Patrimonial como um todo, a qual apresentou a seguinte variação no período.

Apresentamos adiante o saldo existente, o qual está composto conforme abaixo:

DESCRIÇÃO	SALDOS				Variação Dez/16xJun/17	
	31/12/2016	A/V	30/06/2017	A/V	R$	A/H
1 - ATIVO	R$ 25.337.230,04	100,00%	R$ 28.925.950,87	100,00%	R$3.588.720,83	12,41%
1.1.1.1.1 - DISPONIVEL	R$ 390.692,83	1,54%	R$ 383.187,37	1,32%	-R$7.505,46	-1,96%
1.1.1.1.1.01 - BANCOS-C/MOVIMENTO	R$ 390.692,83	1,54%	R$ 383.187,37	1,32%	-R$7.505,46	-1,96%
1.1.1.1.2 - DISPONIVEL VINCULADO EM C/C BANCARIA	R$ 227.051,82	0,90%	R$ 3.384.681,57	11,70%	R$3.157.629,75	93,29%

✓ **Controles Internos**

As contas de depósitos ou de aplicações mantidas junto a instituições financeiras, são conciliadas mensalmente mediante o cotejamento do extrato bancário em contraposição ao razão contábil, de modo que as eventuais discrepâncias entre os saldo, decorrentes das flutuações normais do lapso temporal entre a emissão e saque e cheques, os de recebimentos avisos de débitos ou créditos efetuados pelo banco e ainda

não recebidos pela contabilidade, são apontadas e controladas em formulários/planilhas contendo o detalhamento das diferenças apuradas em cada conta, de modo a propiciar o acompanhamento das pendências até sua liquidação.

As “Aplicações de Liquidez Imediata” são representadas por fundos extra mercado, referenciados na taxa DI (depósito interfinanceiro), notadamente de baixo risco e com liquidez diária (aplicado no Banco do Brasil, conforme Resolução nº 4.034/2011 do BACEN), registrado pelo custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

✓ **Procedimentos de Auditoria**

O estudo e avaliação que efetuamos na movimentação dos bancos, ficou adstrito aos controles internos na área contábil e na validação dos referidos saldos, dentre os principais procedimentos aplicados, destaca-se o exame da conciliação mensal em contraposição à movimentação ocorrida por meio dos extratos bancários em cotejados com ao razão contábil.

Não procedemos a circularização dos saldos bancários, porque entendemos que a consulta on-line aos extratos da movimentação efetuada direto nos “sítios” dos bancos, e retroagindo nossa analise até 30/06/2017, inclusive, imprimindo a última folha do extrato na qual consta o saldo bancário registrado no balanço patrimonial como também a data de nossa consulta no rodapé da página, é muito mais segura e eficaz como evidência probante de consulta direta de fonte externa, do que a antiga circularização/confirmação de saldo, a qual devido a exiguidade de tempo e do baixo índice de retorno de efetiva resposta, que a experiência anterior nos credencia a considerar e assim aplicar este procedimento alternativo que julgamos muito apropriado nas atuais circunstâncias.

✓ **Constatações**

O exame efetuado nas conciliações de 30/06/2017 revelou que todas as contas bancárias estão sendo conciliadas mensalmente e que os saldos registrados nas Demonstrações Contábeis são devidamente comprovados por extratos bancários oficiais.

Nas planilhas de conciliação dos saldos estão arroladas algumas transações de natureza cotidiana e aderente a espécie de contas, as quais devido à antiguidade da data origem intui a necessidade de um acompanhamento especial com registro pontual (caso enfatizado em amarelo na matriz de risco) de procedimentos para sua liquidação junto as partes beneficiarias no caso dos cheques, ou as instituições financeiras no que tange aos avisos de débito ou crédito efetuados em conta.

Os débitos ou créditos efetuados em conta de depósitos à vista ou de aplicações financeiras devem ser consubstanciados por documentos hábeis ao suporte contábil e fisco-tributário de tais transações, neste caso os “Avisos de Lançamento” que são obrigação e dever da instituição financeira faze-los chegar ao correntista tempestivamente para seu controle e providencias.

✓ **Opinião**

Os controles internos aderentes aos saldos mantidos em Disponível são consubstanciados por meio dos inventários periódicos dos numerários e demais documentos de suporte dos fundos rotativos, e das análises e conciliações bancárias efetuadas mensalmente. Tais controles nos pareceram suficientes para salvaguardar os ativos focados em cada procedimento, de modo que estão gravados adequadamente e com exatidão nas demonstrações contábeis.

3.1.2 CRÉDITOS A RECEBER EM CURTO PRAZO

Este saldo representa **4,09%** da exposição ativa e registra uma variação positiva de **R$ 323.883,56** equivalentes a um aumento de **23,81%** em relação ao exercício anterior. Referido grupo revela-se importantíssimo do ponto de vista operacional porque registram importantes operações vinculadas à "Valores a Receber" e "Devedores – Pessoa Jurídica e Pessoa Física".

DESCRIÇÃO	SALDOS				Variação Dez/16xJun/17	
	31/12/2016	A/V	30/06/2017	A/V	R$	A/H
1.1.2 - CRÉDITOS A CURTO PRAZO	R$ 1.036.189,94	4,09%	R$ 1.360.073,50	4,70%	R$323.883,56	23,81%
1.1.2.4 - DÍVIDA ATIVA NÃO TRIBUTÁRIA - CLIENTES	R$ 1.036.189,94	4,09%	R$ 1.360.073,50	4,70%	R$323.883,56	23,81%
1.1.2.4.1 - DÍVIDA ATIVA NÃO TRIBUTÁRIA - PROFISSIONAIS E EMPRESAS (CLIENTES)	R$ 1.036.189,94	4,09%	R$ 1.360.073,50	4,70%	R$323.883,56	23,81%
1.1.2.4.1.01 - Decorrentes de multas disciplinares Lei 5194/66 e 6496/77	R$ 1.036.189,94	4,09%	R$ 1.360.073,50	4,70%	R$323.883,56	23,81%
1.1.3 - DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO	R$ 28.279,54	0,11%	R$ 34.469,35	0,12%	R$6.189,81	17,96%
1.1.3.3.2 - DEVEDORES DA ENTIDADE	R$ 2.164,02	0,01%	R$ 1.993,77	0,01%	-R$170,25	-8,54%
1.1.3.3.2.03 - CLASSIC VIAGENS E TURISMOS LTDA	R$ 1.669,89	0,01%	R$ 1.669,89	0,01%	R$0,00	0,00%
1.1.3.3.2.15 - VITOR DE LIRA LIMA	R$ 494,13	0,00%	R$ -	0,00%	-R$494,13	0,00%
1.1.3.3.2.42 - Raimundo Nonato	R$ -	0,00%	R$ -	0,00%	R$0,00	0,00%
1.1.3.3.2.43 - PIS	R$ -	0,00%	R$ -	0,00%	R$0,00	0,00%
1.1.3.3.2.44 - JOSE WILSON PESSOA	R$ -	0,00%	R$ 323,88	0,00%	R$323,88	100,00
1.1.3.3.3 - ENTIDADES PUBLICAS DEVEDORAS	R$ 2.999,52	0,01%	R$ 6.650,19	0,02%	R$3.650,67	54,90%
1.1.3.3.3.02 - CAIXA ECONOMICA FEDERAL - FGTS	R$ 2.999,52	0,01%	R$ 2.999,52	0,01%	R$0,00	0,00%
1.1.3.3.3.03 - PIS	R$ -	0,00%	R$ 3.650,67	0,01%	R$3.650,67	100,00
1.1.3.8 - OUTROS CRÉDITOS A RECEBER E VALORES A CURTO PRAZO	R$ 22.775,39	0,09%	R$ 22.775,39	0,08%	R$0,00	0,00%
1.1.3.8.1 - OUTROS CRÉDITOS A RECEBER E VALORES A CURTO PRAZO	R$ 22.775,39	0,09%	R$ 22.775,39	0,08%	R$0,00	0,00%
1.1.3.8.1.01 - OUTROS CRÉDITOS A RECEBER E VALORES A CURTO PRAZO	R$ 22.775,39	0,09%	R$ 22.775,39	0,08%	R$0,00	0,00%

✓ **Procedimentos de Auditoria**

Confrontamos de modo comparativo os valores de 2017 a 2015, para analisar a evolução das aludidas contas, como forma de mitigar os riscos operacionais, visto que o referido Grupo contabiliza importantes operações vinculadas à Recursos Financeiros a Receber. Enfatizamos em amarelo contas que precisam de levantamentos quanto a sua inércia de movimentação.

✓ **Constatações**

Em face da representatividade dos valores apresentados, nota-se que em 2016 houve uma maior Governança das dívidas de responsabilidade de Terceiros, entidades públicas e privadas com o CREA/PB.

✓ **Opinião**

Os controles internos aderentes aos saldos mantidos em Créditos à Curto Prazo nos pareceram suficientes para salvaguardar tais ativos. Porém demonstram fragilidades, necessitando de aprimoramento, principalmente, na cobrança de tais valores. Enfatizamos a necessidade de que esses valores sejam quitados com maior brevidade possível, considerando a necessidade de Caixa do Conselho, para fazer jus aos seus compromissos.

3.1.4 ESTOQUE

Considerando os atributos advindos da matriz de risco ponderada, as contas que integram o referido grupo foram objeto de exame por amostragem diretamente proporcional ao grau de risco atribuído.

Trata-se de materiais destinados a consumo interno, material de expediente, material elétrico, material de proteção e segurança, dentre outros. Os materiais são inventariados ao final do exercício.

ESTOQUE INTERNO - ALMOXARIFADO

✓ **Procedimentos de Auditoria**

Não acompanhamos o inventário físico alusivo aos estoques, porém aplicamos procedimentos alternativos preconizados na NBC TA 501, mediante revisão e regressão contábil dos saldos, de análise das entradas e as saídas bem como a existência física dos referidos produtos.

✓ **Opinião**

Na tentativa de validar os materiais existentes, aplicamos procedimentos alternativos preconizados na NBC TA 501, apropriados para suprir as evidências de auditoria consideradas na validação daqueles saldos, que tornaram-se possíveis em função dos controles internos apropriados e existentes, de tal modo que opinamos sobre a exatidão desses materiais, como a correta contabilização e seus eventuais reflexos.

3.1.2 ATIVO NÃO CIRCULANTE

Referido grupo congrega as contas cuja realização é de lenta conversão, ou que registram bens destinados à operacionalização e consecução de seus objetivos. Aludido grupo surgiu com o advento da Lei 11.638/07 e MP 499 já convertida na Lei 10.842/09. Precitado grupo representa **82,14%** da exposição ativa, apresentando um acréscimo de **R$ 107.168,95** equivalentes a um percentual de aumento **0,45%** em relação ao exercício anterior, recebendo atributo de risco alto na "matriz de risco" que elaboramos no planejamento da auditoria.

Apresentamos adiante a composição do saldo:

DESCRIÇÃO	SALDOS				Variação Dez/16xJun/17	
	31/12/2016	A/V	30/06/2017	A/V	R$	A/H
1.2 - ATIVO NÃO-CIRCULANTE	R$ 23.652.850,16	93,35%	R$ 23.760.019,11	82,14%	R$107.168,95	0,45%
1.2.1.1 - CRÉDITOS A LONGO PRAZO	R$ 2.486.717,94	9,81%	R$ 2.486.717,94	8,60%	R$0,00	0,00%
1.2.3 - IMOBILIZADO	R$ 21.166.132,22	83,54%	R$ 21.273.301,17	73,54%	R$107.168,95	0,50%
1.2.3.8 - (-) DEPRECIAÇÃO	R$ -	0,00%	R$ 522.443,43	1,81%	R$522.443,43	100,00%

3.1.2.1 REALIZÁVEL A LONGO PRAZO

Este saldo representa **8,60%** da exposição ativa e não registra variação em relação ao exercício anterior. Referido grupo revela-se importantíssimo do ponto de vista operacional porque registram importantes operações vinculadas à Créditos a Receber de Longo Prazo, inscritos em dívida ativa, composto por:

DESCRIÇÃO	SALDOS				Variação Dez/16xJun/17	
	31/12/2016	A/V	30/06/2017	A/V	R$	A/H
1.2 - ATIVO NÃO-CIRCULANTE	R$ 23.652.850,16	93,35%	R$ 23.760.019,11	82,14%	R$107.168,95	0,45%
1.2.1 - ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	R$ 2.486.717,94	9,81%	R$ 2.486.717,94	8,60%	R$0,00	0,00%
1.2.1.1 - CRÉDITOS A LONGO PRAZO	R$ 2.486.717,94	9,81%	R$ 2.486.717,94	8,60%	R$0,00	0,00%
1.2.1.1.4 - DÍVIDA ATIVA NÃO TRIBUTÁRIA - CLIENTES	R$ 2.486.717,94	9,81%	R$ 2.486.717,94	8,60%	R$0,00	0,00%
1.2.1.1.4.01 - DÍVIDA ATIVA NÃO TRIBUTÁRIA - PROFISSIONAIS E EMPRESAS (CLIENTES)	R$ 2.486.717,94	9,81%	R$ 2.486.717,94	8,60%	R$0,00	0,00%
1.2.1.1.4.01.01 - Decorrentes de multas disciplinares Lei 5194/66 e 6496/77	R$ 2.486.717,94	9,81%	R$ 2.486.717,94	8,60%	R$0,00	0,00%

✓ **Procedimentos de Auditoria**

Confrontamos de modo comparativo os valores de 2017 a 2015, para analisar a evolução das aludidas contas, como forma de mitigar os riscos operacionais, visto que o referido Grupo contabiliza importantes operações vinculadas à Recursos Financeiros a Receber, mesmo sendo a Longo Prazo, é de importante valor pecuniário para Autarquia.

✓ **Constatações**

Em face da representatividade dos valores apresentados, nota-se a necessidade de uma maior governança das dívidas de responsabilidade dos inscritos com o CREA/PB.

Isto posto ficamos impossibilitados de opinar acerca dos ajustes necessários para reconhecimento de possíveis perdas na realização da aludida conta de "Dívida Ativa a Receber" e dos efeitos sobre os saldos do "Patrimônio Líquido" e sua repercussão em contas de "Resultado Econômico do Exercício" sob nosso exame.

✓ **Opinião**

Os controles internos aderentes aos saldos mantidos em Créditos à Longo Prazo, assim como os de Curto Prazo nos pareceram suficientes para salvaguardar tais ativos. Porém demonstram fragilidades, necessitando de aprimoramento, principalmente, na cobrança de tais valores. Enfatizamos a necessidade de que esses valores sejam quitados com maior brevidade possível, considerando a necessidade de Caixa do Conselho, para fazer jus aos seus compromissos.

3.1.2.3 ATIVO IMOBILIZADO

O ativo imobilizado representa **73,54%** do saldo total do ativo recebendo atributo de risco alto sob o ponto de vista de exposição ativa, e responde por um acréscimo de **0,50%** das transações que compõem a variação positiva de **R$ 107.168,95**, constatada no exercício sob exame, portanto apresentando risco alto do ponto de vista de volume quantitativo e qualitativo.

DESCRIÇÃO	SALDOS				Variação Dez/16xJun/17	
	31/12/2016	A/V	30/06/2017	A/V	R$	A/H
1.2.3 - IMOBILIZADO	R$ 21.166.132,22	83,54%	R$ 21.273.301,17	73,54%	R$107.168,95	0,50%
1.2.3.1 - BENS MÓVEIS	R$ 2.670.485,53	10,54%	R$ 2.464.197,46	8,52%	-R$206.288,07	-8,37%
1.2.3.1.1 - BENS MOVEIS	R$ 2.670.485,53	10,54%	R$ 2.464.197,46	8,52%	-R$206.288,07	-8,37%
1.2.3.1.1.01 - MOBILIARIO EM GERAL	R$ 633.830,73	2,50%	R$ 625.358,20	2,16%	-R$8.472,53	-1,35%
1.2.3.1.1.02 - MÁQUINAS, MOTORES E APARELHOS	R$ 219.483,93	0,87%	R$ 198.095,12	0,68%	-R$21.388,81	-
1.2.3.1.1.03 - VEÍCULOS	R$ 975.218,67	3,85%	R$ 899.950,73	3,11%	-R$75.267,94	-8,36%
1.2.3.1.1.04 - EQUIPAMENTO DE INFORMÁTICA	R$ 806.026,40	3,18%	R$ 698.433,03	2,41%	-R$107.593,37	-
1.2.3.1.1.07 - Sistemas de Processamento de Dados	R$ 35.925,80	0,14%	R$ 42.360,38	0,15%	R$6.434,58	15,19%
1.2.3.2 - BENS IMÓVEIS	R$ 18.495.646,69	73,00%	R$ 18.286.660,28	63,22%	-R$208.986,41	-1,14%
1.2.3.2.1 - BENS IMOVEIS	R$ 18.495.646,69	73,00%	R$ 18.286.660,28	63,22%	-R$208.986,41	-1,14%
1.2.3.2.1.01 - Edifícios	R$ 12.721.205,51	50,21%	R$ 12.459.362,51	43,07%	-R$261.843,00	-2,10%
1.2.3.2.1.02 - Terrenos	R$ 5.017.000,00	19,80%	R$ 5.017.000,00	17,34%	R$0,00	0,00%
1.2.3.2.1.04 - Obras em andamento	R$ 757.441,18	2,99%	R$ 810.297,77	2,80%	R$52.856,59	6,52%
1.2.3.8 - (-) DEPRECIAÇÃO	R$ -	0,00%	R$ 522.443,43	1,81%	R$522.443,43	100,00%

✓ **Procedimentos de Auditoria**

Não acompanhamos os inventários físicos dos bens integrantes do ativo imobilizado da Autarquia, todavia, selecionamos pelo razão contábil alguns lançamentos consignados a débito e a crédito do saldo da conta, atentando para apropriação das aquisições, no que tange a integridade e posse dos bens, a fidelidade da documentação, a titularidade e propriedade no que tange a bens móveis, bem como atributos necessários ao tombamento, e tratamento contábil da depreciação em relação ao controle patrimonial existente e sua conciliação com a contabilidade, mediante procedimentos mínimos específicos para atender as Evidências de Auditoria.

Na relação obtida, percebemos que existem diversos bens que já não são mais servíveis à Autarquia, e continuam imobilizados. Assim, faz-se necessário um levantamento pontual de cada Inspetoria para que se possa despatrimonializar os bens inservíveis.

✓ **Opinião**

Anteriormente a vigência da Lei nº 11.638/2007, a depreciação era calculada de acordo com os critérios estabelecidos na legislação fiscal, já que não havia outro parâmetro vigente, no entanto, desde que se iniciou o processo de conversão da contabilidade aos padrões internacionais as depreciações devem seguir como base o estudo para reavaliação da vida útil dos bens integrantes do ativo imobilizado para definição das novas bases de cálculo e das taxas de depreciações, conforme estabelecido através da Resolução nº 1.177/09 do Conselho Federal de Contabilidade, que aprovou a NBC TG 27 (R1) – Ativo Imobilizado, de que trata a CPC 27.

A quota de depreciação a ser registrada na escrituração contábil, como custo ou despesa operacional, será sempre determinada mediante a aplicação da taxa de depreciação sobre o valor do bem em reais; e aí está a grande questão. Se é necessário depreciar os bens tendo como base a vida útil econômica do item, não é possível simplesmente aplicar 25% de depreciação anual para os veículos utilizados pela empresa; é necessário apontar quanto tempo este bem estará disponível para uso na empresa e aí sim ajustar o percentual para que esteja 100% depreciado após este período definido.

4. COMENTÁRIOS DAS PRINCIPAIS CONTAS PASSIVAS E DOS CONTROLES INTERNOS AFETOS AS MESMAS

4.1. PASSIVO CIRCULANTE

O passivo circulante representa **1,82%** do saldo total do passivo recebendo atributo de baixo risco sob o ponto de vista de exposição patrimonial passiva, apresentando uma variação positiva de **R$ 149.553,93**, equivalentes a um aumento de **0,59%** em relação ao exercício anterior comparado a este sob exame, portanto apresentando baixo risco do ponto de vista de volume quantitativo e qualitativo transacionado.

Referido grupo do passivo, congrega as seguintes contas:

DESCRIÇÃO	SALDOS				Variação Dez/16xJun/17	
	31/12/2016	A/V	30/06/2017	A/V	R$	A/H
2 - PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	-R$ 25.337.230,04	100,00%	-R$ 25.486.769,97	100,00%	-R$149.539,93	0,59%
2.1 - PASSIVO CIRCULANTE	-R$ 314.592,01	1,24%	-R$ 464.131,94	1,82%	-R$149.539,93	32,22%
2.1.1 - OBRIGAÇÕES TRAB, PREV E ASSIST A PAGAR A CURTO PRAZO	-R$ 144.544,72	0,57%	-R$ 158.866,93	0,62%	-R$14.322,21	9,02%
2.1.1.4 - ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR	-R$ 144.544,72	0,57%	-R$ 158.866,93	0,62%	-R$14.322,21	9,02%
2.1.1.4.1 - ENCARGOS SOCIAIS	-R$ 144.544,72	0,57%	-R$ 158.866,93	0,62%	-R$14.322,21	9,02%
2.1.3 - FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO	-R$ 85.216,79	0,34%	-R$ 273.719,98	1,07%	-R$188.503,19	68,87%
2.1.8 - DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	-R$ 84.830,50	0,33%	-R$ 31.545,03	0,12%	R$53.285,47	-
2.1.8.8 - VALORES RESTITUÍVEIS	-R$ 84.830,50	0,33%	-R$ 31.545,03	0,12%	R$53.285,47	-

4.1.2. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS E PREVIDENCIÁRIAS A PAGAR

Representa as obrigações com Encargos Sociais (INSS, FGTS, PIS/PASEP) do CREA/PB. Em 30/06/2017, essa conta apresenta um saldo de R$ 158.866,93, que estava assim composto:

DESCRIÇÃO	SALDOS				Variação Dez/16xJun/17	
	31/12/2016	A/V	30/06/2017	A/V	R$	A/H
2.1.1.4.1 - ENCARGOS SOCIAIS	-R$ 144.544,72	0,57%	-R$ 158.866,93	0,62%	-R$14.322,21	9,02%
2.1.1.4.1.01 - F G T S A RECOLHER	-R$ 40.909,33	0,16%	-R$ 42.539,96	0,17%	-R$1.630,63	3,83%
2.1.1.4.1.02 - INSS A RECOLHER	-R$ 100.313,03	0,40%	-R$ 112.727,52	0,44%	-R$12.414,49	11,01%
2.1.1.4.1.03 - PIS/PASEP A RECOLHER	-R$ 3.322,36	0,01%	-R$ 3.599,45	0,01%	-R$277,09	7,70%

✓ **Procedimentos de Auditoria**

Obtivemos Resumo de Proventos e Descontos, emitido do Sistema de Gestão de Recursos Humanos, aplicamos testes de auditoria nos cálculos dos encargos e contribuições sobre a folha de pagamento, obtivemos também planilha elaborada pelo RH, solicitamos as Guias de Previdência Social - GPS e as Guias de Recolhimento do FGTS – GRF.

✓ **Constatações**

Constatamos que o INSS e o FGTS vêm sendo calculado corretamente, e seus recolhimentos vêm sendo efetuados até a data de vencimento, não gerando juros e multa.

Verificamos que o processo de pagamento está de acordo com as normas, devidamente autorizado e assinado.

✓ **Opinião**

Após aplicarmos os testes chegamos à conclusão que o INSS e o FGTS estão sendo apurados corretamente e que os controles internos aderentes aos saldos mantidos nesta rubrica nos pareceram suficientes.

4.1.3. FORNECEDORES A PAGAR

Os Fornecedores representam **1,07%** do saldo total do passivo recebendo atributo de baixo risco sob o ponto de vista de exposição patrimonial passiva, apresentando uma variação positiva de **R$ 188.503,19**, equivalentes a um aumento de **68,87%** em relação ao exercício anterior comparado a este sob exame, portanto apresentando alto risco do ponto de vista de volume qualitativo transacionado.

DESCRIÇÃO	SALDOS				Variação Dez/16xJun/17	
	31/12/2016	A/V	30/06/2017	A/V	R$	A/H
2.1.3 - FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO	-R$ 85.216,79	0,34%	-R$ 273.719,98	1,07%	-R$188.503,19	68,87%
2.1.3.1 - FORNECEDORES NACIONAIS E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO	-R$ 85.216,79	0,34%	-R$ 273.719,98	1,07%	-R$188.503,19	68,87%
2.1.3.1.1 - FORNECEDORES NACIONAIS E OUTROS PAGAMENTOS	-R$ 85.216,79	0,34%	-R$ 273.719,98	1,07%	-R$188.503,19	68,87%
2.1.3.1.1.06 - FORNECEDORES DIVERSOS	-R$ 85.216,79	0,34%	-R$ 273.719,98	1,07%	-R$188.503,19	68,87%

✓ **Procedimentos de Auditoria**

O estudo e avaliação que efetuamos na movimentação dos saldos de fornecedores, restringiram-se aos controles contábeis dos referidos saldos.

4.1.2 PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS

✓ **Procedimentos de Auditoria**

Uma provisão deve ser reconhecida, em função de um evento passado, se houver uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação decorrente de sentenças desfavoráveis a Autarquia.

O reconhecimento, a mensuração e divulgação das provisões para contingências passivas devem ser efetuados de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 25 – "Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes". As contingências são classificadas entre (i) prováveis, para as quais são constituídas provisões; (ii) possíveis, que somente são divulgadas sem que sejam provisionadas; e (iii) remotas, que não requerem provisão nem divulgação.

Em sentido geral, todas as provisões são contingentes porque são incertas quanto ao seu prazo ou valor. Porém, nesta Norma o termo "contingente" é usado para passivos e ativos que não sejam reconhecidos porque a sua existência somente será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob o controle da entidade. Adicionalmente, o termo passivo contingente é usado para passivos que não satisfaçam os critérios de reconhecimento.

✓ **Recomendação**

Portanto, recomendamos ao Setor Jurídico que informe em um relatório, um prognóstico quanto à possibilidade de perda no desfecho das questões, classificando-as como provável, possível ou remota. Inclusive eventuais valores de honorários e/ou custas devidos em todas as ações movidas, visando atender na totalidade a real necessidade do reconhecimento das Contingências a Curto e Longo Prazo, de maneira que venha a atender integralmente o CPC 25 – Provisões, Passivos e Ativos Contingentes.

O Prognóstico quanto ao desfecho das causas é a base para que observemos a necessidade para o registro contábil (provisionamento) da potencial perda como uma obrigação no Passivo e/ou divulgação em Nota Explicativa das demonstrações contábeis.

O termo ***provável*** em relação ao ***possível*** indica que há maior probabilidade do fato ocorrer. Geralmente, em um processo, que o prognóstico é provável perda, há elementos, dados ou outros indicativos que possibilitam tal classificação.

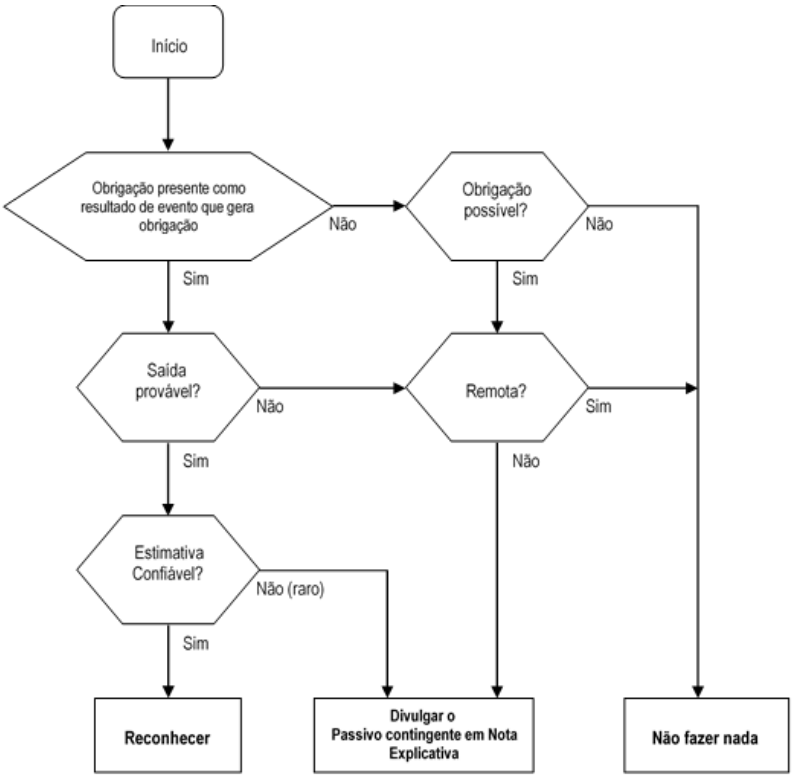
Por sua vez, se o prognóstico for ***possível perda***, esta pode acontecer; todavia, esse prognóstico não foi necessariamente fundamentado em elementos ou dados que permitam tal informação. Ou, ainda, em um prognóstico possível, os elementos disponíveis não são suficientes ou claros de tal forma que permitam concluir que a tendência seja a perda ou ganho no processo. Adicionalmente é importante notar que as decisões judiciais desfavoráveis de primeiro ou segundo grau podem não ser tão importantes para o desfecho desfavorável, quando ainda há possibilidade em tribunal superior ou de última instância.
Por fim, a perda classificada como ***remota***, como o próprio nome diz, remotamente trará perdas ou prejuízos para a Autarquia, ou são insignificantes as chances que existam perdas. Devendo ser apenas tratadas de maneira Administrativa.

Reconhecimento da Provisão:

Uma provisão deve ser reconhecida quando:
⇒ a entidade tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de evento passado;
⇒ seja provável que será necessária uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos para liquidar a obrigação; e
⇒ possa ser feita uma estimativa confiável do valor da obrigação.

Árvore da decisão

Este resumo é apenas ilustrativo. Seu propósito é demonstrar os principais requerimentos de reconhecimento da Norma para provisões e passivos contingentes. E deve ser utilizado pelos peritos, para formação de sua opinião.



4.1.3 PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O patrimônio líquido representa **98,09%** do saldo total da parcela não exigível que resulta da equação patrimonial (ativo menos passivo), e, variou positivamente em **93,36%** em relação ao exercício anterior.

DESCRIÇÃO	SALDOS				Variação Dez/16xJun/17	
	31/12/2016	A/V	30/06/2017	A/V	R$	A/H
2.3 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO	-R$ 25.022.638,03	98,76%	-R$ 25.022.638,03	98,18%	R$0,00	0,00%
2.3.7 - RESULTADOS ACUMULADOS	-R$ 25.022.638,03	98,76%	-R$ 25.022.638,03	98,18%	R$0,00	0,00%
2.3.7.1 - SUPERÁVITS OU DÉFICITS ACUMULADOS	-R$ 25.022.638,03	98,76%	-R$ 25.022.638,03	98,18%	R$0,00	0,00%
2.3.7.1.1 - SUPERÁVITS OU DÉFICITS ACUMULADOS	-R$ 25.022.638,03	98,76%	-R$ 25.022.638,03	98,18%	R$0,00	0,00%
2.3.7.1.1.01 - Superávits ou Déficits do Exercício	-R$ 2.044.791,39	8,07%	R$ -	0,00%	R$2.044.791,39	0,00%
2.3.7.1.1.02 - SUPERÁVITS OU DÉFICITS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-R$ 9.344.217,62	36,88%	-R$ 11.389.009,01	44,69%	-R$2.044.791,39	17,95%
2.3.7.1.1.02.01 - PATRIMONIO - ATIVO REAL LIQUIDO	-R$ 9.344.217,62	36,88%	-R$ 11.389.009,01	44,69%	-R$2.044.791,39	17,95%
2.3.7.1.1.03 - AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-R$ 13.633.629,02	53,81%	-R$ 13.633.629,02	53,49%	R$0,00	0,00%

✓ **Ajustes de Exercícios Anteriores**

De acordo com o § 1º do art. 186 da Lei nº 6.404/1976, Lei das Sociedades por Ações (S.A.), serão considerados como ajustes de exercícios anteriores apenas os decorrentes de efeitos da mudança de critério contábil, ou da retificação de erro imputável a determinado exercício anterior, e que não possam ser atribuídos a fatos subsequentes.

A conta Ajustes de Exercícios Anteriores, como o próprio nome já diz claramente visa ajustar saldos contábeis retroativos, esquecidos, não contabilizados ou classificados de forma errada, nunca do exercício atual, e integra a conta Resultados Acumulados.

Após fazer todos os ajustes necessários, faz-se necessário **zerar essa conta** de **Ajustes de Exercícios Anteriores** contra as contas de "Lucros Acumulados ou Prejuízos Acumulados". Caso a conta de ajuste fique com saldo final a crédito, é necessário debitá-la em sua totalidade e creditar a conta de Lucros Acumulados. Agora, se esta importar num saldo final a débito, deverá debitar a conta de Prejuízos Acumulados e creditá-la em sua totalidade também. Lembrando que a conta de **Ajustes de Exercícios Anteriores deve encerrar o exercício com saldo igual a zero**.

✓ **Opinião**

O controle interno em uso nos pareceu suficiente para atender a necessidade da, já que a movimentação da conta é consubstanciada por poucas operações/lançamentos, não havendo dificuldades que justifique uma ferramenta de trabalho mais complexa.

5. SUPRIMENTO DE FUNDOS

Análises, Procedimentos Específicos de Auditoria e Constatações.

O suprimento de fundos consiste na entrega de numerário a servidor previamente designado e tem como finalidade atender a despesas que não possam aguardar o processo normal, ou seja, é exceção quanto a não realização de procedimento licitatório.

Avaliamos os procedimentos quanto à utilização de Suprimento de Fundos para despesas de pequeno vulto concedidos aos servidores do CREA/PB e a correta forma de prestação de contas do mesmo, baseados em três aspectos mais relevantes:

- ✓ Observância dos Prazos;
  Obs.: Sem inconformidades

- ✓ Análise dos Comprovantes;
  Obs.: Sem inconformidades

- ✓ Análise das Formalidades;
  Obs.: Sem inconformidades

5.1 ANÁLISE DOS COMPROVANTES

Os comprovantes de despesa realizada com recursos oriundos de Suprimento de Fundos têm as mesmas características de quaisquer documentos relativos a despesas subordinadas ao processo normal de pagamento.

As suas principais características são:

a) os documentos fiscais, notas fiscais de vendas, notas fiscais de prestação de serviços – pessoa jurídica, faturas e recibos de pessoas físicas **não** deverão conter rasuras, acréscimos, entrelinhas;
b) deverão ser emitidos **por quem forneceu** o material ou prestou o serviço;
c) **deverão estar em nome do responsável pelo suprimento de fundos** (recibos) **ou** do **órgão a que o mesmo pertencer** (CREA);
d) deverão ainda constar obrigatoriamente

- A data de emissão, que deverá ser sempre igual ou posterior à data da concessão (data do empenho) do Suprimento de Fundos;

- Detalhamento do material fornecido ou do serviço prestado, **evitando-se generalizações ou abreviaturas que impeçam ou dificultem o conhecimento da natureza das despesas** e da unidade fornecedora de materiais ou serviços (discriminação da quantidade de produto ou de serviço) e;

- No caso de serviços prestados por pessoas físicas: nota fiscal avulsa - se o prestador de serviço tiver inscrição municipal - e o recibo de pagamento de autônomo - que deve conter número do registro Geral (RG) e CPF e inscrição no INSS, se for o caso.

- ✓ **PROCEDIMENTOS DE AUDITORIA**

Cumprindo nosso programa de trabalho, passamos a análise dos processos econômico-financeiros de solicitação de suprimento de fundos referente ao ano de 2017.

- ✓ **Opinião**

  Procedemos ao minudente exame dos comprovantes, atentando para a observância da legalidade pertinentes à contabilização, apresentação e discriminação, observando os principais dispositivos inerentes aos aspectos de nossa alçada.

- ✓ **Observação 1:** Os documentos comprobatórios de despesa deverão constar, claramente, a discriminação do material fornecido ou do serviço prestado, não se admitindo discriminação genérica ou emprego de abreviaturas que impeçam a clara identificação do objeto da despesa.

- ✓ **Observação 2:** Os comprovantes de despesas realizadas não poderão conter rasuras, acréscimos, emendas ou entrelinhas.

- ✓ **Observação 3:** Os documentos comprobatórios de despesa serão apresentados em original emitidos por quem prestou o serviço ou forneceu o material, em nome da Unidade Gestora (CREA) ou do responsável pelo suprimento (recibos).

6. ASPECTOS INSTITUCIONAIS

- ✓ **Órgãos Colegiados**

  Efetuamos a leitura das atas de reunião dos órgãos de controle e fiscalização e em decorrência de tal procedimento entendemos que os órgãos de controle institucional, estão devidamente estruturados e funcionando conforme preconizado regimentalmente e estatutariamente.

- ✓ **Opinião**

  Procedemos ao minudente exame dos diplomas legais pertinentes à criação, estruturação e funcionamento da Autarquia, atentando para a observância dos principais dispositivos inerentes aos aspectos de nossa alçada.

  Neste sentido é relevante esclarecermos que requisitos preconizados para a área operacional não foram objeto de nosso exame, mesmo porque foge a nossa competência, de tal modo que restringimo-nos a matéria exclusivamente contábil.

7. DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS

- ✓ **PROCEDIMENTOS DE AUDITORIA**

Cumprindo nosso programa de trabalho, efetuamos o prévio estudo e avaliação nos controles internos utilizados neste setor, e com base nos resultados alcançados, pudemos estabelecer os procedimentos de auditoria cabíveis nas circunstâncias, bem como da ocasião mais propícia, aplicando-os na extensão e profundidade necessárias, por amostragem nas folhas de pagamentos e guias de recolhimento de INSS, FGTS e PIS/PASEP dos meses de Março, Junho. Examinamos a forma de admissão e demissão de pessoal.

- ✓ Verificamos como o pagamento do pessoal é realizado;
- ✓ Auditamos a última folha de pagamento realizada efetuando testes de soma, diminuição dos descontos, cálculos do INSS, Imposto de Renda Retido na Fonte e outros julgados procedentes;
- ✓ Analisamos as férias pagas;
- ✓ Constatamos que entregou a RAIS em tempo hábil;
- ✓ Todos os funcionários passam pelo exame admissional e para um funcionário iniciar a trabalhar é necessário estar com toda documentação completa;
- ✓ PCMSO – Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional;
- ✓ PPRA- Programa de Prevenção de Risco Ambientais;
- ✓ PPP – Perfil Profissiográfico Previdenciário.

✓ **Integridade/Segurança**

A metodologia aplicada nos pareceu preencher todos os requisitos de integridade, segurança e tempestividade adequadas à função e funcionamento dos processos e procedimentos do Setor de Recursos Humanos e do reflexo nas contas aglutinadas nos grupos contábeis sob exame.

✓ **Opinião**

O controle interno em uso nos pareceu suficiente para atender a necessidade do CREA, já que a movimentação do Departamento de Recursos Humanos é consubstanciada por situações típicas do segmento, não havendo dificuldades que justifique uma ferramenta de trabalho mais complexa.

8. LICITAÇÕES E CONTRATOS

Análises, Procedimentos Específicos de Auditoria e Constatações.

Visando avaliar o cumprimento da Lei 8.666/93 e demais dispositivos legais pertinentes aos procedimentos administrativos envolvendo contratação de serviços e compras diversas, solicitamos a relação dos processos licitatórios havidos no exercício de 2017, para com base em critérios estatísticos, estratificamos aqueles que foram objetos da amostra, em proporções.

✓ **Procedimentos Específicos**

Atendendo aos itens do Termo de Referência integrante do Edital de Pregão Presencial nº 006/2017, aplicamos procedimentos específicos com vistas avaliar os seguintes processos/procedimentos/atividades supramencionados além de analisar processos de licitação efetuados por comissão especial, de tomada de contas especiais ou sindicâncias e os consequentes inquéritos administrativos quando existentes.

✓ **Comissão de Licitação**

Verificamos se a comissão de licitação encontra-se composta exclusivamente por, no mínimo, três membros, bem como, se atua permanentemente no julgamento da habilitação preliminar e das propostas apresentadas pelos licitantes.

✓ **Processo Licitatório**

Verificamos se o processo administrativo que gerou o processo licitatório está devidamente instruído, protocolado e numerado, bem como se foi justificada a necessidade da contratação e/ou as quantidades a serem adquiridas em função do consumo, e se foram consultadas mais de uma empresa na estimativa de preços para fins de enquadramento na modalidade de licitação.
Analisamos se os preços estimados foram os usuais no mercado e se a modalidade de licitação adotada foi efetivamente correta. Observamos ainda que, foram emitidos pareceres técnicos e jurídicos sobre os termos das minutas do contrato e Edital, sempre que preciso. Caso tenha havido recomendações do setor jurídico, verificamos se estas mesmas recomendações foram observadas.

✓ **Edital**

Analisamos o original do Edital ou convite, bem como seus respectivos anexos, observando se as seguintes cláusulas foram atendidas: "Termo de Referência"; "Orçamento Estimativo com Planilhas Quantitativas e Custos Unitários" e "Minuta do Contrato".

Verificamos se constam no preâmbulo de Edital todos os requisitos exigidos para sua validade, como, por exemplo, "Numero e Ordem em Série Anual", "Nome da Repartição", "Modalidade da Licitação", "Regime de Execução", "Menção de que será regida pela Lei 8.666", "Local, Dia e Hora para Recebimento e Abertura dos Envelopes Contendo a Documentação e Proposta".

Constatamos se o objetivo da licitação foi identificado de forma clara e sucinta, bem como se na fase de habilitação foram estabelecidas as condições para os interessados participarem da licitação.

Analisamos se foi informado no Edital que os documentos necessários à habilitação poderiam ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada em um tabelião ou por um funcionário da unidade que realiza a licitação ou então em publicação em órgão da imprensa oficial.

Observamos que como prova de regularidade fiscal foi exigida dos interessados a comprovação identificada a seguir: "Inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, relativo ao domicílio sede do licitante", "Regularidade para com a Fazenda Federal, Estadual ou Municipal do domicílio ou da sede do licitante, ou outra forma da lei", "Regularidade relativa ao INSS", "Regularidade perante o FGTS".
Verificamos se como prova de qualificação técnica foram exigidos dos interessados os documentos a seguir discriminados: "Registro ou Inscrição na Entidade Profissional competente", "Comprovação de o licitante possuir na data prevista para entrega da proposta, profissional de nível superior, detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de obra ou serviços de características semelhantes", "Indicação das instalações, do aparelhamento e do pessoal técnico adequado", "Declaração de que recebeu os documentos e, quando exigido, de que tomou conhecimento prévio de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações do objeto da licitação" e "Prova de atendimento de requisitos previstos em lei especial, quando for o caso".

Observamos também se, como prova de qualificação econômica e financeira foi exigido dos interessados as demonstrações e documentos a seguir identificados: “Balanço patrimonial a demonstrações contábeis do último exercício sociais, já exigíveis”, “Certidão negativa de falência ou concordata”, e se foi também exigida declaração as penalidades cabíveis, a superveniência de fato impeditivo da habilitação”.

No caso de empresa de prestação de serviços técnicos especializados, que apresente relação de integrantes de seu corpo técnico verificamos se esta foi exigida a declaração garantindo que os referidos integrantes realizem pessoal e diretamente o objeto da declaração.

Observamos ainda se o Edital determina a apresentação das propostas da seguinte forma: ”datilografada e apresentada em papel timbrado da empresa”, “escrito em português, sem emendas rasuras, alternativas”, “fazer menção ao número da licitação, ao dia e hora de sua realização”, “consignar em moeda nacional os preços, devendo o unitário ser expresso em algarismos e os totais em algarismo por extenso”, bem como “o critério de aceitabilidade dos preços unitário e global”, “de reajuste de cada parcela retratando a variação efetiva do custo da produção compreendido entre as datas da proposta e do adimplemento das parcelas”, “os limites para pagamento de instalação e mobilidade para execução de obras e serviços que serão obrigatoriamente previstos de forma separada das demais parcelas”, “declaração de que o prazo e condições de preços cotados, o prazo e condições de garantia, no caso de fornecimento material, o prazo para entrega do objeto ou execução de contrato”. “que todas as folhas deverão ser rubricadas e a última datada pelo seu representante legal” que “não será considerada a proposta que contiver qualquer vantagem não prevista nele”, e que “a proposta elaborada em desacordo com os termos do Edital, ou que consignar preços excessivos ou manifestadamente inexequíveis, será desclassificada”.

Observamos, outrossim, se o Edital estabelece que, uma vez abertas às propostas não serão admitidos pedidos de retificação de preços ou de quaisquer outras condições oferecidas e que, independente de declaração expressa, a simples apresentação da proposta implica submissão a todas as condições estipuladas no Edital, sem prejuízo da observância das normas no mesmo contidas.

Analisamos também se consta do Edital que após a fase de habilitação, não cabe desistência de proposta, salvo por motivo justo, decorrente de fato superveniente e aceito na comissão de licitação, se estão previstos critérios de julgamento, com disposições claras e com parâmetros objetivos, se foram fixadas as condições de recebimento do objeto da licitação e se no Edital foram fixadas as condições de pagamento do objeto da licitação.

Verificamos se constam no Edital os prazos de interposição de recursos, representação ou pedido de reconsideração dos atos da comissão de licitação ou da autoridade competente.

Nas disposições finais do Edital, observamos se consta a possibilidade de a autoridade competente somente revogar a licitação por razões de interesses público decorrente do fato superveniente devidamente comprovado e se no caso de anulação ou revogação fica assegurado aos envolvidos o contraditório de ampla defesa.

Verificamos se existe item específico informando que decairá o direito de impugnar os termos da licitação quem o tendo aceitado sem objeção, venha apontar, depois da abertura dos envelopes de habilitação, falhas ou irregularidades que o viciaram, hipótese em que tal impugnação terá efeito de recurso.

Verificamos se o original de Edital foi datado e rubricado em todas as folhas e assinado pela autoridade que o expediu.

✓ **Publicações**

Analisamos se comprovantes das publicações do Edital no Diário Oficial. No caso de concorrência e tomada de preços verificamos se o Edital foi publicado em jornal de grande circulação.

✓ **Outras Verificações e Análises**

Comparamos as propostas e os documentos que a instruíram verificando se estão de acordo com as exigências do Edital.

Analisamos se as atas relatórios e deliberações da comissão julgadora encontram-se anexadas ao processo, se foram assinadas pela autoridade competente e, se os conteúdos de tais documentos estão compatíveis com as exigências do Edital.

Constatamos se os pareceres técnicos, no caso de emitidos, encontram-se anexados ao processo licitatório e se os atos de adjudicação do objeto da licitação foram aprovados pela autoridade ordenadora, bem como se estes documentos encontram-se anexados ao processo.

Analisamos os recursos interpostos e constatamos a validade dos deferimentos ou indeferimentos.

✓ **Contratos**

Comparamos os contratos realizados com as licitações efetuadas, verificando se os valores constantes da proposta vencedora são idênticos aos discriminados no contrato, se “os prazos e condições de pagamento também são idênticos”. O mesmo auditamos em relação aos serviços a serem realizados.

✓ **Integridade/Segurança**

A metodologia aplicada pelo setor de Licitações e Contratos nos pareceu preencher todos os requisitos de integridade, segurança e tempestividade adequadas à função e funcionamento para registro das atividades desenvolvidas no exercício sob exame.

✓ **Opinião**

Como resultado de nossas verificações e análises consideramos os procedimentos básicos utilizados pelo CREA/PB no que diz respeito aos processos licitatórios, como de acordo com a legislação vigente.

O controle interno em uso nos pareceu suficiente para atender a necessidade da Autarquia, já que as atividades desenvolvidas são consubstanciadas por situações típicas do segmento, não havendo dificuldades que justifique uma ferramenta de trabalho mais complexa.

09. CONCLUSÃO

O presente relatório composto de 26 (vinte e seis) páginas escritas apenas no anverso destina-se exclusivamente à finalidade definida no primeiro parágrafo do mesmo e a informar à Administração de **CREA/PB** acerca dos detalhes inerentes ao trabalho efetuado, não devendo ser utilizado para nenhum outro fim, e tampouco distribuído a terceiros.

João Pessoa/PB, 10 de outubro de 2017

AUDIMEC – AUDITORES INDEPENDENTES S/S
CRC/PE 000150/O "S"PB

Luciano Gonçalves de Medeiros Pereira
Contador - CRC/PE 010483/O-9 "S"PB
Sócio Sênior

Phillipe de Aquino Pereira
Contador - CRC/PE 028157/O-2 "S"PB

Thomaz de Aquino Pereira
Contador – CRC/PE 021100/O-8 "S"PB

AUDIMEC
AUDITORES INDEPENDENTES S/S

CREA/PB

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia da Paraíba

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES ACERCA DE DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS ENCERRADAS EM 31/12/2017

AUDIMEC
AUDITORES INDEPENDENTES S/S

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES ACERCA DE DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DE 31/12/2017

Aos Ilmos. Srs.
Conselheiros, Diretores e demais Administradores do
CONSELHO REGIONAL DE ENGEHARIA E AGRONOMIA DA PARAÍBA
Administração Regional da Paraíba - CNPJ(MF) 08.667.024/0001-00
Endereço: Avenida Dom Pedro I, 809 – Centro – CEP.: 58.013-021
João Pessoa/PB

1) Opinião sem ressalva:

Examinamos as demonstrações contábeis individuais do CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DA PARAÍBA, **Administração Regional da Paraíba (CREA/PB)**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017, o balanço financeiro, balanço orçamentário, as demonstrações das variações patrimoniais e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial, financeira e orçamentária do CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DA PARAÍBA, **Administração Regional da Paraíba (CREA/PB)**, em 31 de dezembro de 2017, o resultado de suas variações patrimoniais e de seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

2) Base para Opinião sem Ressalva

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação ao **CREA/PB**, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

3) Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de o **CREA/PB** continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar o **CREA/PB** ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Edifício Empresarial Burle Marx – Sala 1503 - Avenida Governador Agamenon Magalhães nº 2615 – Boa Vista
CEP.: 50.050-290 - Recife/PE - CNPJ.MF.11.254.307/0001-35 - CRC/PE-000150/O
TeleFax. (81) 33383525 - Celular (81) 992913134
E-mail: audimec@audimec.com.br

Os responsáveis pela governança do **CREA/PB** são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

4) Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- ✓ Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- ✓ Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do **CREA/PB**.
- ✓ Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- ✓ Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o **CREA/PB** a não mais se manter em continuidade operacional.
- ✓ Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

5) Outros Assuntos

5.1 Outras Informações que acompanham as demonstrações contábeis individuais e o relatório de auditoria.

5.1.2 Relatório de Gestão

A administração do **CREA/PB** é responsável por essas informações que compreendem o Relatório de Gestão equivalente ao Relatório de Administração no âmbito Societário.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais não abrange o Relatório de Gestão e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis individuais, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório de Gestão e, ao fazê-lo considerar se esse quando tomado em conjunto com as demonstrações contábeis e notas explicativas está, de forma relevante, inconsistente com as precitadas demonstrações ou com o cenário econômico-financeiro observado na auditoria ou, de outra forma aparenta estar distorcido de forma relevante. Se com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório de Gestão, somos requeridos a comunicar esse fato. Neste sentido não temos nada a relatar.

5.2. Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

As demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2016, apresentadas exclusivamente para fins de comparabilidade, não foram examinadas por outros auditores independentes, porém foram submetidas à análise e aprovação da Auditoria do CONFEA, cujo relatório foi emitido em 22 de novembro de 2017.

João Pessoa/PB, 14 de março de 2018

AUDIMEC – AUDITORES INDEPENDENTES S/S
CRC/PE 000150/O "S"PB

Luciano Gonçalves de Medeiros Pereira
Contador - CRC/PE 010483/O-9 "S"PB
Sócio Sênior

Phillipe de Aquino Pereira
Contador - CRC/PE 028157/O-2 "S"PB

Thomaz de Aquino Pereira
Contador – CRC/PE 021100/O-9 "S"PB

ANEXO XII

QUADRO 27 – DESPESA DO PESSOAL

Tipologias/ Exercícios		Vencimentos e Vantagens Fixas	Despesas Variáveis						Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total
			Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e Previdenciários	Demais Despesas Variáveis			
Membros de poder e agentes políticos											
Exercícios	**2017**	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2016	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Servidores de carreira vinculados ao órgão da unidade											
Exercícios	**2017**	3.047.539,32	122.309,28	305.091,65	124.387,40	712.305,03	512.663,96	313.464,24	-	-	5.137.760,88
	2016	3.027.604,21	137.212,20	286.671,39	97.609,00	564.776,63	420.028,65	306.349,05	-	-	4.840.251,13
Servidores de carreira SEM VÍNCULO com o órgão da unidade											
Exercícios	**2017**	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2016	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Servidores SEM VÍNCULO com a administração pública (exceto temporários)											
Exercícios	**2017**	623.337,47	0	53.367,36	33.622,70	182.830,51	108.536,30	-	-	-	1.001.694,34
	2016	561.452,63	0	46.893,88	21.679,47	162.297,57	107.442,40	-	-	-	899.765,95
Servidores cedidos com ônus											
Exercícios	**2017**	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2016	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Servidores com contrato temporário											
Exercícios	**2017**	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2016	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: Setor de Pessoal / Sistema Mastermaq – NG Folha, 2017.

ANEXO XIII

QUADRO 28 - COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE ESTAGIÁRIOS

Nível de escolaridade	**Quantitativo de contratos de estágio vigentes**				**Despesa no exercício**
	1º Trimestre	**2º Trimestre**	**3º Trimestre**	**4º Trimestre**	(em R$ 1,00)
1. Nível superior	**06**	**06**	**07**	**06**	**54.208,50**
1.1 Área Fim	1	1	0	0	3.462,00
1.2 Área Meio	5	5	7	6	50.746,50
2. Nível Médio	**0**	**1**	**1**	**1**	**5.204,00**
2.1 Área Fim	0	0	0	0	-
2.2 Área Meio	0	1	1	1	5.204,00
3. Total (1+2)	**06**	**07**	**08**	**07**	**59.412,50**

Fonte: Setor de Pessoal / Sistema Mastermaq – NG Folha, 2017.

ANEXO XIV

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

CREA/PB

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia da Paraiba

CNPJ: 08.667.024/0001-00

Período: 01/01/2017 a 31/12/2017

Balanço Patrimonial

Período Anterior: 01/01/2016 à 31/12/2016

ATIVO			PASSIVO		
Especificação	**Exercício Atual**	**Exercício Anterior**	**Especificação**	**Exercício Atual**	**Exercício Anterior**
ATIVO CIRCULANTE	**3.981.738,37**	**1.684.379,88**	**PASSIVO CIRCULANTE**	**548.643,81**	**314.592,01**
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	2.248.922,09	617.744,65	OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A CURTO PRAZO	162.330,16	144.544,72
CRÉDITOS A CURTO PRAZO	1.712.181,20	1.036.189,94	EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A CURTO PRAZO	0,00	0,00
DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO	3.650,67	28.279,54	FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO	95.738,46	85.216,79
INVESTIMENTOS E APLICAÇÕES TEMPORÁRIAS A CURTO PRAZO	0,00	0,00	OBRIGAÇÕES FISCAIS A CURTO PRAZO	0,00	0,00
ESTOQUES	16.984,41	2.165,75	OBRIGAÇÕES DE REPARTIÇÃO A OUTROS ENTES	0,00	0,00
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS PAGAS ANTECIPADAMENTE	0,00	0,00	PROVISÕES A CURTO PRAZO	225.739,69	0,00
ATIVO NÃO-CIRCULANTE	**24.444.648,80**	**23.652.850,16**	DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	64.835,50	84.830,50
ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	2.486.717,94	2.486.717,94	**PASSIVO NÃO-CIRCULANTE**	**0,00**	**0,00**
CRÉDITOS A LONGO PRAZO	2.486.717,94	2.486.717,94	OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A LONGO PRAZO	0,00	0,00
INVESTIMENTOS	0,00	0,00	EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A LONGO PRAZO	0,00	0,00
IMOBILIZADO	21.957.930,86	21.166.132,22	FORNECEDORES A LONGO PRAZO	0,00	0,00
BENS MÓVEIS	2.781.173,01	2.670.485,53	OBRIGAÇÕES FISCAIS A LONGO PRAZO	0,00	0,00
BENS IMÓVEIS	18.217.310,97	18.495.646,69	PROVISÕES A LONGO PRAZO	0,00	0,00
(-) DEPRECIAÇÃO, EXAUSTÃO E AMORTIZAÇÃO ACUMULADAS	959.446,88	0,00	RESULTADO DIFERIDO	0,00	0,00
INTANGÍVEL	0,00	0,00		0,00	0,00
			TOTAL DO PASSIVO	548.643,81	314.592,01

			PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
			Especificação	Exercício Atual	Exercício Anterior
			Patrimônio Social e Capital Social	0,00	0,00
			Ajuste de avaliação Patrimonial	0,00	0,00
			Demais Reservas	0,00	0,00
			Resultados Acumulados	27.877.743,36	25.022.638,03
			TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	27.877.743,36	25.022.638,03
TOTAL	**28.426.387,17**	**25.337.230,04**	**TOTAL**	**28.426.387,17**	**25.337.230,04**
ATIVO FINANCEIRO	2.248.922,09	648.189,94	PASSIVO FINANCEIRO	206.117,44D	232.329,55D
ATIVO PERMANENTE	26.177.465,08	24.689.040,10	PASSIVO PERMANENTE	225.739,69	0,00
SALDO PATRIMONIAL				**28.406.764,92**	**25.104.900,49**

Compensações

ESPECIFICAÇÃO	Exercício	Exercício	ESPECIFICAÇÃO	Exercício	Exercício
Saldo do Atos Potenciais Ativos	**Atual**	**Anterior**	**Saldo do Atos Potenciais Passivos**	**Atual**	**Anterior**
Execução de Garantias e Contragarantias Recebidas	0,00	0,00	Execução de Garantias e Contragarantias Concedidas	0,00	0,00
Execução de Direitos Conveniados	0,00	0,00	Execução de Obrigações Conveniadas	0,00	0,00
Execução de Direitos Contratuais	0,00	0,00	Execução de Obrigações Contratuais	0,00	0,00
Execução de Outros Atos Potenciais do Ativo	0,00	0,00	Execução de Outros Atos Potenciais do Passivo	0,00	0,00
TOTAL	**0,00**	**0,00**	**TOTAL**	**0,00**	**0,00**

Quadro do Superávit/Déficit Financeiro

	Exercício Atual	Exercício Anterior
Superávit Financeiro	2.042.804,65	415.860,39

João Pessoa-PB, 31 de dezembro de 2017

Giucélia Araújo de Figueiredo
Presidente
CREA - 1600774784/PB
301.399.104-68

João Gomes da Fonseca
Contador
CRC-PB 005280/O-3
202.846.084-91

CREA/PB

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia da Paraiba

CNPJ: 08.667.024/0001-00

Período: 01/01/2017 a 31/12/2017

Balanço Financeiro

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
Receita Orçamentária	12.212.405,52	10.380.761,65	Despesa Orçamentária	10.611.274,45	9.713.492,97
RECEITA REALIZADA	12.212.405,52	10.380.761,65	CREDITO EMPENHADO A LIQUIDAR	17.900,00	
RECEITA CORRENTE	11.836.455,52	9.693.306,60	CREDITO EMPENHADO LIQUIDADO	95.738,46	85.216,79
RECEITA TRIBUTÁRIA	3.905.675,02	3.160.235,27	CREDITO EMPENHADO – PAGO	10.497.635,99	9.628.276,18
TAXAS PELO EXERCÍCIO DO PODER DE POLICIA	3.905.675,02	3.160.235,27	DESPESA CORRENTE	9.693.615,13	9.075.703,63
ANOTAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA	3.905.675,02	3.160.235,27	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	4.624.259,28	4.522.104,55
RECEITAS DE CONTRIBUICOES	5.465.521,78	4.703.407,51	ENCARGOS PATRONAIS	1.409.543,84	1.345.055,87
ANUIDADES PESSOAS FÍSICAS	2.523.502,93	2.287.269,23	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	3.659.812,01	3.208.543,21
PESSOAS FÍSICAS DO EXERCÍCIO	2.266.754,42	1.986.408,19	DESPESA DE CAPITAL	804.020,86	552.572,55
NÍVEL SUPERIOR - PF	1.886.494,96	1.641.238,93	INVESTIMENTOS	804.020,86	552.572,55
NÍVEL MÉDIO - PF	379.407,36	343.614,67			
PESSOAS FÍSICAS DO EXERCÍCIO ANTERIOR	256.748,51	300.861,04			
NÍVEL SUPERIOR - PF	191.577,39	207.501,27			
NÍVEL MÉDIO - PF	65.171,12	93.359,77			
ANUIDADES DE PESSOAS JURÍDICAS	2.942.018,85	2.416.138,28			
PESSOA JURÍDICA DO EXERCÍCIO	2.620.635,31	2.193.045,79			
FAIXA 01	325.336,11	279.926,82			
MATRIZ	308.251,86	264.736,43			
FILIAL	17.084,25	15.190,39			

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
FAIXA 02	796.053,09	609.482,65			
MATRIZ	761.714,06	583.069,07			
FILIAL	34.339,03	26.413,58			
FAIXA 03	474.455,70	392.304,47			
MATRIZ	455.660,10	373.563,59			
FILIAL	18.795,60	18.740,88			
FAIXA 04	309.896,67	255.026,65			
MATRIZ	288.800,94	245.618,14			
FILIAL	21.095,73	9.408,51			
FAIXA 05	211.053,66	204.266,79			
MATRIZ	177.531,69	179.085,47			
FILIAL	33.521,97	25.181,32			
FAIXA 06	267.180,90	232.488,05			
MATRIZ	179.308,45	162.557,86			
FILIAL	87.872,45	69.930,19			
FAIXA 07	232.935,79	209.528,80			
MATRIZ	75.932,25	86.590,36			
FILIAL	157.003,54	122.938,44			
PESSOA JURÍDICA DO EXERCÍCIO ANTERIOR	319.579,11	223.092,49			
FAIXA 01	38.821,35	39.152,46			
MATRIZ	37.367,32	37.883,93			
FILIAL	1.454,03	1.268,53			
FAIXA 02	114.994,59	75.321,27			
MATRIZ	111.146,96	71.319,25			
FILIAL	3.847,63	4.002,02			

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
FAIXA 03	57.489,39	44.116,52			
MATRIZ	54.437,84	41.676,94			
FILIAL	3.051,55	2.439,58			
FAIXA 04	36.874,63	14.728,29			
MATRIZ	32.298,82	14.728,29			
FILIAL	4.575,81				
FAIXA 05	19.266,93	7.755,52			
MATRIZ	14.483,58	4.811,63			
FILIAL	4.783,35	2.943,89			
FAIXA 06	28.218,09	23.045,92			
MATRIZ	7.746,49	12.367,24			
FILIAL	20.471,60	10.678,68			
FAIXA 07	23.914,13	18.972,51			
MATRIZ	3.816,57	8.253,00			
FILIAL	20.097,56	10.719,51			
RECEITA DE SERVICOS	418.265,06	283.745,91			
EMOLUMENTOS COM INSCRIÇOES	229.738,54	146.993,92			
EMOLUMENTOS COM EXPEDIÇÕES DE CARTEIRAS	57.812,73	54.182,18			
EMOLUMENTOS COM EXPEDIÇÕES DE CERTIDÕES	106.353,45	61.340,28			
PROFISSIONAIS PESSOAS FISICAS	106.353,45	61.340,28			
EMOLUMENTOS COM VISTOS DE REGISTROS	24.360,34	21.229,53			
FINANCEIRAS	715.539,30	657.999,60			
JUROS DE MORA SOBRE ANUIDADES	1.017,32	30.623,10			
JUROS DE MORA SOBRE MULTAS DE INFRAÇÕES	46.188,58	31.922,09			

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA	668.333,40	595.454,41			
ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA SOBRE ANUIDADES	108.499,74	107.569,15			
MULTAS SOBRE ANUIDADES	331.450,30	348.982,08			
REMUNERAÇÃO DE DEP. BANC. E APLICAÇÕES FINANCEIRAS	228.383,36	138.903,18			
TRANSFERENCIAS CORRENTES	792.660,76	411.457,73			
Transferências	59.632,22	115.145,36			
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	537.424,61	474.706,08			
DÍVIDA ATIVA	149.157,19	209.751,10			
MULTAS DE INFRAÇÕES	364.125,39	264.177,15			
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	22.313,75				
RECEITAS NÃO IDENTIFICADAS	1.828,28	777,83			
RECEITA DIVERSAS	1.368,99	1.754,50			
RECEITA DE CAPITAL	375.950,00	687.455,05			
ALIENACAO DE BENS		134.500,00			
ALIENAÇÕES DE BENS MÓVEIS		134.500,00			
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	375.950,00	552.955,05			
TRANSFERÊNCIAS	375.950,00	552.955,05			
Transferências Financeiras Recebidas			Transferências Financeiras Concedidas		
Recebimentos Extraorçamentários	3.657.116,90	3.607.059,56	Pagamentos Extraorçamentários	3.627.070,53	4.096.846,84
Inscrição de Restos a Pagar Não Processados	17.900,00		Pagamentos de Restos a Pagar Não Processados		439.058,69
Inscrição de Restos a Pagar Processados	95.738,46	85.216,79	Pagamentos de Restos a Pagar Processados	85.216,79	127.828,51
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	1.646.079,03	1.494.127,35	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	1.666.074,03	1.498.197,41
Outros Recebimentos Extraorçamentários	1.897.399,41	2.027.715,42	Outros Pagamentos Extraorçamentários	1.875.779,71	2.031.762,23
Saldo em espécie do Exercício Anterior	617.744,65	440.263,25	Saldo em espécie para o Exercício Seguinte	2.248.922,09	617.744,65

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	**Exercício Atual**	**Exercício Anterior**	**ESPECIFICAÇÃO**	**Exercício Atual**	**Exercício Anterior**
Caixa e Equivalente de Caixa	617.744,65	440.263,25	Caixa e Equivalente de Caixa	2.248.922,09	617.744,65
Depósitos. Rest. Vlrs Vinculados			Depósitos. Rest. Vlrs Vinculados		
Total:	**16.487.267,07**	**14.428.084,46**		**16.487.267,07**	**14.428.084,46**

João Pessoa-PB, 31 de dezembro de 2017

GIUCELIA ARAUJO DE FIGUEIREDO
PRESIDENTE
CREA-1600774784/PB
301.399.104-68

JOAO GOMES DA FONSECA
CONTADOR
CRC-PB 5.280/O-3
202.846.084-91

Evite imprimir. Colabore com o meio ambiente.

CREA/PB

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia da Paraiba

CNPJ: 08.667.024/0001-00

Período: 01/01/2017 a 31/12/2017

Balanço Orçamentário

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
RECEITA CORRENTE	10.598.000,00	11.065.654,00	11.836.455,52	770.801,52
RECEITA TRIBUTÁRIA	3.280.064,00	3.280.064,00	3.905.675,02	625.611,02
TAXAS PELO EXERCÍCIO DO PODER DE POLICIA	3.280.064,00	3.280.064,00	3.905.675,02	625.611,02
ANOTAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA	3.280.064,00	3.280.064,00	3.905.675,02	625.611,02
Anotação de Responsabilidade Técnica	3.275.214,00	3.275.214,00	3.904.704,44	629.490,44
Receituário Agronômico	4.850,00	4.850,00	0,00	-4.850,00
Anotação de Responsabilidade Técnica - S/Partição	0,00	0,00	970,58	970,58
RECEITAS DE CONTRIBUICOES	6.037.500,00	6.037.500,00	5.465.521,78	-571.978,22
ANUIDADES PESSOAS FÍSICAS	3.474.905,00	3.474.905,00	2.523.502,93	-951.402,07
PESSOAS FÍSICAS DO EXERCÍCIO	3.253.129,00	3.253.129,00	2.266.754,42	-986.374,58
PESSOA FISICA	3.253.129,00	3.253.129,00	852,10	-3.252.276,90
NÍVEL SUPERIOR - PF	0,00	0,00	1.886.494,96	1.886.494,96
Anuidades Integral PF	0,00	0,00	1.358.697,32	1.358.697,32
Anuidades Senior - PF	0,00	0,00	60.351,86	60.351,86
Anuidades Parcelamentos - PF	0,00	0,00	357.947,79	357.947,79
Anuidades Proporcionais - PF	0,00	0,00	109.497,99	109.497,99
NÍVEL MÉDIO - PF	0,00	0,00	379.407,36	379.407,36
Anuidades Integral - PF	0,00	0,00	271.375,35	271.375,35
Anuidades Senior - PF	0,00	0,00	2.244,80	2.244,80

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
Anuidades Parcelamentos - PF	0,00	0,00	77.140,08	77.140,08
Anuidades Proporcionais - PF	0,00	0,00	28.647,13	28.647,13
PESSOAS FÍSICAS DO EXERCÍCIO ANTERIOR	221.776,00	221.776,00	256.748,51	34.972,51
PESSOA FÍSICA DO EXERCÍCIO ANTERIOR	221.776,00	221.776,00	0,00	-221.776,00
NÍVEL SUPERIOR - PF	0,00	0,00	191.577,39	191.577,39
Anuidades Integral - PF	0,00	0,00	69.285,59	69.285,59
Anuidades Senior - PF	0,00	0,00	4.789,85	4.789,85
Anuidades Parcelamentos - PF	0,00	0,00	117.501,95	117.501,95
NÍVEL MÉDIO - PF	0,00	0,00	65.171,12	65.171,12
Anuidades Integral - PF	0,00	0,00	17.868,49	17.868,49
Anuidades Senior - PF	0,00	0,00	901,94	901,94
Anuidades Parcelamentos - PF	0,00	0,00	46.400,69	46.400,69
ANUIDADES DE PESSOAS JURÍDICAS	2.562.595,00	2.562.595,00	2.942.018,85	379.423,85
PESSOA JURÍDICA DO EXERCÍCIO	2.333.043,00	2.333.043,00	2.620.635,31	287.592,31
PESSOA JURÍDICA DO EXERCÍCIO	2.333.043,00	2.333.043,00	3.723,39	-2.329.319,61
FAIXA 01	0,00	0,00	325.336,11	325.336,11
MATRIZ	0,00	0,00	308.251,86	308.251,86
Integral	0,00	0,00	210.123,70	210.123,70
Parcelada	0,00	0,00	49.547,07	49.547,07
Proporcional	0,00	0,00	48.581,09	48.581,09
FILIAL	0,00	0,00	17.084,25	17.084,25
Integral	0,00	0,00	10.399,37	10.399,37
Parcelada	0,00	0,00	1.952,77	1.952,77
Proporcional	0,00	0,00	4.732,11	4.732,11
FAIXA 02	0,00	0,00	796.053,09	796.053,09
MATRIZ	0,00	0,00	761.714,06	761.714,06

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
Integral	0,00	0,00	469.965,02	469.965,02
Parcelada	0,00	0,00	166.653,33	166.653,33
Proporcional	0,00	0,00	125.095,71	125.095,71
FILIAL	0,00	0,00	34.339,03	34.339,03
Integral	0,00	0,00	23.113,49	23.113,49
Parcelada	0,00	0,00	3.219,20	3.219,20
Proporcional	0,00	0,00	8.006,34	8.006,34
FAIXA 03	0,00	0,00	474.455,70	474.455,70
MATRIZ	0,00	0,00	455.660,10	455.660,10
Integral	0,00	0,00	277.689,28	277.689,28
Parcelada	0,00	0,00	130.788,11	130.788,11
Proporcional	0,00	0,00	47.182,71	47.182,71
FILIAL	0,00	0,00	18.795,60	18.795,60
Integral	0,00	0,00	17.080,19	17.080,19
Parcelada	0,00	0,00	1.715,41	1.715,41
FAIXA 04	0,00	0,00	309.896,67	309.896,67
MATRIZ	0,00	0,00	288.800,94	288.800,94
Integral	0,00	0,00	188.399,22	188.399,22
Parcelada	0,00	0,00	87.512,60	87.512,60
Proporcional	0,00	0,00	12.889,12	12.889,12
FILIAL	0,00	0,00	21.095,73	21.095,73
Integral	0,00	0,00	7.796,69	7.796,69
Parcelada	0,00	0,00	6.021,49	6.021,49
Proporcional	0,00	0,00	7.277,55	7.277,55
FAIXA 05	0,00	0,00	211.053,66	211.053,66
MATRIZ	0,00	0,00	177.531,69	177.531,69

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
Integral	0,00	0,00	112.001,36	112.001,36
Parcelada	0,00	0,00	61.625,85	61.625,85
Proporcional	0,00	0,00	3.904,48	3.904,48
FILIAL	0,00	0,00	33.521,97	33.521,97
Integral	0,00	0,00	17.255,09	17.255,09
Proporcional	0,00	0,00	16.266,88	16.266,88
FAIXA 06	0,00	0,00	267.180,90	267.180,90
MATRIZ	0,00	0,00	179.308,45	179.308,45
Integral	0,00	0,00	150.054,49	150.054,49
Parcelada	0,00	0,00	23.715,32	23.715,32
Proporcional	0,00	0,00	5.538,64	5.538,64
FILIAL	0,00	0,00	87.872,45	87.872,45
Integral	0,00	0,00	62.061,47	62.061,47
Parcelada	0,00	0,00	12.845,64	12.845,64
Proporcional	0,00	0,00	12.965,34	12.965,34
FAIXA 07	0,00	0,00	232.935,79	232.935,79
MATRIZ	0,00	0,00	75.932,25	75.932,25
Integral	0,00	0,00	70.894,46	70.894,46
Parcelada	0,00	0,00	4.185,69	4.185,69
Proporcional	0,00	0,00	852,10	852,10
FILIAL	0,00	0,00	157.003,54	157.003,54
Integral	0,00	0,00	130.988,40	130.988,40
Parcelada	0,00	0,00	7.205,48	7.205,48
Proporcional	0,00	0,00	18.809,66	18.809,66
PESSOA JURÍDICA DO EXERCÍCIO ANTERIOR	229.552,00	229.552,00	319.579,11	90.027,11
PESSOA JURÍDICA DO EXERCÍCIO ANTERIOR	229.552,00	229.552,00	0,00	-229.552,00

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
FAIXA 01	0,00	0,00	38.821,35	38.821,35
MATRIZ	0,00	0,00	37.367,32	37.367,32
Integral	0,00	0,00	17.170,58	17.170,58
Parcelada	0,00	0,00	20.196,74	20.196,74
FILIAL	0,00	0,00	1.454,03	1.454,03
Integral	0,00	0,00	1.259,73	1.259,73
Parcelada	0,00	0,00	194,30	194,30
FAIXA 02	0,00	0,00	114.994,59	114.994,59
MATRIZ	0,00	0,00	111.146,96	111.146,96
Integral	0,00	0,00	30.050,20	30.050,20
Parcelada	0,00	0,00	76.818,11	76.818,11
proporcional	0,00	0,00	4.278,65	4.278,65
FILIAL	0,00	0,00	3.847,63	3.847,63
Integral	0,00	0,00	3.431,56	3.431,56
Parcelada	0,00	0,00	416,07	416,07
FAIXA 03	0,00	0,00	57.489,39	57.489,39
MATRIZ	0,00	0,00	54.437,84	54.437,84
Integral	0,00	0,00	13.791,95	13.791,95
Parcelada	0,00	0,00	40.645,89	40.645,89
FILIAL	0,00	0,00	3.051,55	3.051,55
Integral	0,00	0,00	1.696,51	1.696,51
Parcelada	0,00	0,00	1.355,04	1.355,04
FAIXA 04	0,00	0,00	36.874,63	36.874,63
MATRIZ	0,00	0,00	32.298,82	32.298,82
Integral	0,00	0,00	7.871,80	7.871,80
Parcelada	0,00	0,00	24.427,02	24.427,02

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
FILIAL	0,00	0,00	4.575,81	4.575,81
Integral	0,00	0,00	777,29	777,29
Parcelada	0,00	0,00	3.798,52	3.798,52
FAIXA 05	0,00	0,00	19.266,93	19.266,93
MATRIZ	0,00	0,00	14.483,58	14.483,58
Integral	0,00	0,00	6.043,64	6.043,64
Parcelada	0,00	0,00	8.439,94	8.439,94
FILIAL	0,00	0,00	4.783,35	4.783,35
Integral	0,00	0,00	4.412,18	4.412,18
Parcelada	0,00	0,00	371,17	371,17
FAIXA 06	0,00	0,00	28.218,09	28.218,09
MATRIZ	0,00	0,00	7.746,49	7.746,49
Integral	0,00	0,00	2.914,86	2.914,86
Parcelada	0,00	0,00	4.831,63	4.831,63
FILIAL	0,00	0,00	20.471,60	20.471,60
Integral	0,00	0,00	11.139,84	11.139,84
Parcelada	0,00	0,00	9.331,76	9.331,76
FAIXA 07	0,00	0,00	23.914,13	23.914,13
MATRIZ	0,00	0,00	3.816,57	3.816,57
Integral	0,00	0,00	3.109,17	3.109,17
Parcelada	0,00	0,00	707,40	707,40
FILIAL	0,00	0,00	20.097,56	20.097,56
Integral	0,00	0,00	15.219,89	15.219,89
Parcelada	0,00	0,00	4.877,67	4.877,67
Anuidade do Exercicio sem Partição PJ	0,00	0,00	1.804,43	1.804,43
RECEITA DE SERVICOS	301.571,00	301.571,00	418.265,06	116.694,06

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
EMOLUMENTOS COM INSCRIÇOES	159.293,00	159.293,00	229.738,54	70.445,54
Profissionais - Pessoas Físicas	61.951,00	61.951,00	71.511,14	9.560,14
Organizações Fiscalizadas - Pessoas Jurídicas	97.342,00	97.342,00	158.227,40	60.885,40
EMOLUMENTOS COM EXPEDIÇÕES DE CARTEIRAS	59.442,00	59.442,00	57.812,73	-1.629,27
Profissionais - Pessoas Físicas	59.442,00	59.442,00	57.812,73	-1.629,27
EMOLUMENTOS COM EXPEDIÇÕES DE CERTIDÕES	55.181,00	55.181,00	106.353,45	51.172,45
Profissionais - Pessoas Físicas	18.749,00	18.749,00	0,00	-18.749,00
Organizações Fiscalizadas - Pessoas Jurídicas	36.432,00	36.432,00	0,00	-36.432,00
PROFISSIONAIS PESSOAS FISICAS	0,00	0,00	106.353,45	106.353,45
Certidão de Acervo Técnico	0,00	0,00	102.688,32	102.688,32
Outras Certidões	0,00	0,00	3.665,13	3.665,13
EMOLUMENTOS COM VISTOS DE REGISTROS	25.655,00	25.655,00	24.360,34	-1.294,66
Profissionais - Pessoas Físicas	3.409,00	3.409,00	0,00	-3.409,00
Organizações Fiscalizadas - Pessoas Jurídicas	22.246,00	22.246,00	24.360,34	2.114,34
RECEITAS DIVERSAS DE SERVIÇOS	2.000,00	2.000,00	0,00	-2.000,00
Custas Processuais	2.000,00	2.000,00	0,00	-2.000,00
FINANCEIRAS	264.025,00	264.025,00	715.539,30	451.514,30
JUROS DE MORA SOBRE ANUIDADES	43.590,00	43.590,00	1.017,32	-42.572,68
Pessoas Físicas	29.700,00	29.700,00	649,49	-29.050,51
Pessoas Jurídicas	13.890,00	13.890,00	367,83	-13.522,17
JUROS DE MORA SOBRE MULTAS DE INFRAÇÕES	2.975,00	2.975,00	46.188,58	43.213,58
Pessoas Físicas	1.275,00	1.275,00	19.520,84	18.245,84
Pessoas Jurídicas	1.700,00	1.700,00	26.667,74	24.967,74
ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA	217.460,00	217.460,00	668.333,40	450.873,40
ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA SOBRE ANUIDADES	26.860,00	26.860,00	108.499,74	81.639,74
Pessoas Físicas	13.005,00	13.005,00	47.883,02	34.878,02

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
Pessoas Jurídicas	13.855,00	13.855,00	60.616,72	46.761,72
ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA SOBRE MULTAS DE INFRAÇÕES	2.550,00	2.550,00	0,00	-2.550,00
Pessoas Físicas	850,00	850,00	0,00	-850,00
Pessoas Jurídicas	1.700,00	1.700,00	0,00	-1.700,00
MULTAS SOBRE ANUIDADES	28.050,00	28.050,00	331.450,30	303.400,30
Pessoas Físicas	11.050,00	11.050,00	143.527,11	132.477,11
Pessoas Jurídicas	17.000,00	17.000,00	187.923,19	170.923,19
REMUNERAÇÃO DE DEP. BANC. E APLICAÇÕES FINANCEIRAS	160.000,00	160.000,00	228.383,36	68.383,36
Poupança	10.000,00	10.000,00	0,00	-10.000,00
Fundos de Investimentos Lastreados em Títulos do Tesouro Nacional	150.000,00	150.000,00	228.383,36	78.383,36
TRANSFERENCIAS CORRENTES	402.000,00	843.604,00	792.660,76	-50.943,24
Transferências	80.000,00	80.000,00	59.632,22	-20.367,78
Transferido da Mutua	60.000,00	60.000,00	59.632,22	-367,78
Transferido do Confea	20.000,00	20.000,00	0,00	-20.000,00
PRODESU	322.000,00	763.604,00	733.028,54	-30.575,46
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	310.880,00	336.930,00	537.424,61	200.494,61
DÍVIDA ATIVA	112.200,00	112.200,00	149.157,19	36.957,19
Tributária (Anuidades)	11.900,00	11.900,00	81.373,46	69.473,46
Não Tributária (Multas Disc. Leis 5194/66 e 6496/77)	66.300,00	66.300,00	33.135,34	-33.164,66
Não Tributária S/ Partição (Multas Disc. Leis 5194/66 e 6496/77)	34.000,00	34.000,00	34.648,39	648,39
MULTAS DE INFRAÇÕES	188.700,00	188.700,00	364.125,39	175.425,39
Pessoas Físicas	14.450,00	14.450,00	89.616,66	75.166,66
Pessoas Jurídicas	174.250,00	174.250,00	274.508,73	100.258,73
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	9.980,00	36.030,00	22.313,75	-13.716,25
Indenizações	4.980,00	31.030,00	22.181,00	-8.849,00

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
Restituições	5.000,00	5.000,00	132,75	-4.867,25
RECEITAS NÃO IDENTIFICADAS	0,00	0,00	1.828,28	1.828,28
Receitas Não Identificadas	0,00	0,00	1.828,28	1.828,28
RECEITA DIVERSAS	1.960,00	1.960,00	1.368,99	-591,01
OUTRAS RECEITAS DIVERSAS	1.960,00	1.960,00	1.368,99	-591,01
RECEITA DE CAPITAL	402.000,00	705.950,00	375.950,00	-330.000,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	402.000,00	375.950,00	375.950,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS	402.000,00	375.950,00	375.950,00	0,00
PRODESU	402.000,00	375.950,00	0,00	-375.950,00
TRANSFERÊNCIA PRODESU	0,00	0,00	375.950,00	375.950,00
SALDO DE EXERCÍCIOS	0,00	330.000,00	0,00	-330.000,00
Superávit Financeiro	0,00	330.000,00	0,00	-330.000,00
RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	0,00	0,00	0,00
SUB-TOTAL DAS RECEITAS	**11.000.000,00**	**11.771.604,00**	**12.212.405,52**	**440.801,52**
DÉFICIT	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
TOTAL	**11.000.000,00**	**11.771.604,00**	**12.212.405,52**	**440.801,52**

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DOTAÇÃO
CRÉDITO DISPONÍVEL DESPESA CORRENTE	10.450.000,00	10.856.604,00	9.807.253,59	9.789.353,59	9.693.615,13	1.049.350,41
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	6.515.000,00	6.405.000,00	6.046.244,62	6.046.244,62	6.033.803,12	358.755,38
REMUNERAÇÃO PESSOAL	4.915.000,00	4.805.000,00	4.636.700,78	4.636.700,78	4.624.259,28	168.299,22
Salários	3.150.000,00	2.961.000,00	2.960.899,25	2.960.899,25	2.948.457,75	100,75
Gratificação por Tempo de Serviço	850.000,00	835.000,00	834.567,25	834.567,25	834.567,25	432,75
Gratificação de Função	550.000,00	550.000,00	435.773,52	435.773,52	435.773,52	114.226,48
Gratificação de Natal 13º Salário	300.000,00	359.000,00	358.459,01	358.459,01	358.459,01	540,99
Abono Pecuniário de Férias	50.000,00	50.000,00	2.493,36	2.493,36	2.493,36	47.506,64

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DOTAÇÃO
Horas Extras	15.000,00	50.000,00	44.508,39	44.508,39	44.508,39	5.491,61
ENCARGOS PATRONAIS	1.600.000,00	1.600.000,00	1.409.543,84	1.409.543,84	1.409.543,84	190.456,16
INSS Patronal	1.150.000,00	1.135.000,00	997.396,20	997.396,20	997.396,20	137.603,80
FGTS	400.000,00	400.000,00	362.661,80	362.661,80	362.661,80	37.338,20
PIS/PASEP Sobre Folha de Pagamento	50.000,00	65.000,00	49.485,84	49.485,84	49.485,84	15.514,16
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	3.130.000,00	3.930.330,00	3.329.842,39	3.311.942,39	3.234.054,71	600.487,61
BENEFÍCIOS A PESSOAL	1.238.000,00	1.313.000,00	1.264.106,72	1.264.106,72	1.264.106,72	48.893,28
Vale Transporte	60.000,00	50.000,00	44.484,35	44.484,35	44.484,35	5.515,65
Programa de Alimentação ao Trabalhador - Pat	560.000,00	627.000,00	607.792,11	607.792,11	607.792,11	19.207,89
Plano de Saúde	600.000,00	600.000,00	592.795,86	592.795,86	592.795,86	7.204,14
Plano Odontológico	18.000,00	36.000,00	19.034,40	19.034,40	19.034,40	16.965,60
BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS	66.000,00	66.000,00	53.530,00	53.530,00	53.530,00	12.470,00
Auxílio Educação	56.000,00	55.200,00	44.160,00	44.160,00	44.160,00	11.040,00
Auxílio Funeral	10.000,00	10.800,00	9.370,00	9.370,00	9.370,00	1.430,00
USO DE BENS E SERVIÇOS	410.500,00	487.900,00	250.150,63	250.150,63	247.263,48	237.749,37
MATERIAL DE CONSUMO	199.000,00	239.000,00	65.204,79	65.204,79	65.204,79	173.795,21
Materiais de Expediente	50.000,00	50.000,00	22.473,20	22.473,20	22.473,20	27.526,80
Material para Divulgação	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00
Materiais de Informática	50.000,00	100.000,00	10.575,00	10.575,00	10.575,00	89.425,00
Materiais Elétricos e de Telefonia	10.000,00	15.000,00	9.500,73	9.500,73	9.500,73	5.499,27
Materiais para Manutenção de Bens Móveis	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00
Materiais para Manutenção de Bens Imóveis/Instalacões	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00
Material de Copa e Cozinha	1.000,00	5.000,00	605,00	605,00	605,00	4.395,00
Uniformes, Tecidos e Aviamentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Gêneros de Alimentação	10.000,00	6.000,00	1.863,50	1.863,50	1.863,50	4.136,50
Materiais de Higiene, Limpeza e Conservação	50.000,00	35.000,00	20.187,36	20.187,36	20.187,36	14.812,64

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DOTAÇÃO
Prêmios, Diplomas e Medalhas	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00
Gás e Outros Materiais Engarrafados	3.000,00	3.000,00	0,00	0,00	0,00	3.000,00
DESPESAS COM VEÍCULOS	95.000,00	109.400,00	108.574,93	108.574,93	107.487,78	825,07
Combustíveis e Lubrificantes	80.000,00	96.200,00	96.103,67	96.103,67	95.427,52	96,33
Peças e Acessórios	15.000,00	13.200,00	12.471,26	12.471,26	12.060,26	728,74
SERVICOS TERCEIROS - PESSOAS FÍSICAS	116.500,00	139.500,00	76.370,91	76.370,91	74.570,91	63.129,09
Serviço de Assessoria e Consultoria	30.000,00	20.000,00	4.975,00	4.975,00	4.975,00	15.025,00
Serviços de Informática	2.500,00	2.500,00	0,00	0,00	0,00	2.500,00
Serviço de Produções Jornalísticas	8.000,00	13.000,00	7.800,00	7.800,00	7.800,00	5.200,00
Serviços de Apoio Administrativo e Operacional	30.000,00	49.500,00	31.356,23	31.356,23	31.356,23	18.143,77
Demais Serviços Profissionais	5.000,00	22.000,00	11.369,68	11.369,68	11.369,68	10.630,32
Manutenção e Conservação Dos Bens Imóveis	20.000,00	16.000,00	5.570,00	5.570,00	5.570,00	10.430,00
Inscrições	18.000,00	13.500,00	13.500,00	13.500,00	13.500,00	0,00
Serviço de Alimentação	3.000,00	3.000,00	1.800,00	1.800,00	0,00	1.200,00
DIÁRIAS	285.000,00	478.930,00	422.816,86	422.816,86	420.889,43	56.113,14
Funcionários	120.000,00	211.430,00	198.699,08	198.699,08	197.631,65	12.730,92
Conselheiros	150.000,00	152.000,00	127.829,28	127.829,28	126.969,28	24.170,72
Colaboradores	15.000,00	115.500,00	96.288,50	96.288,50	96.288,50	19.211,50
PASSAGENS	80.000,00	146.000,00	74.970,08	74.970,08	71.795,27	71.029,92
Funcionários	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00
Conselheiros	60.000,00	86.000,00	37.103,37	37.103,37	33.928,56	48.896,63
Colaboradores	10.000,00	50.000,00	37.866,71	37.866,71	37.866,71	12.133,29
SERVICOS TERCEIROS - PESSOAS JURÍDICAS	1.050.500,00	1.438.500,00	1.264.268,10	1.246.368,10	1.176.469,81	174.231,90
Serviço de Auditoria e Perícia	0,00	24.000,00	17.900,00	0,00	0,00	6.100,00
Serviço de Assessoria e Consultoria	20.000,00	20.000,00	5.219,60	5.219,60	5.219,60	14.780,40
Serviços de Informática	110.000,00	275.000,00	216.655,39	216.655,39	214.508,93	58.344,61

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DOTAÇÃO
Serviços de Limpeza, Conservação e Jardinagem	2.000,00	2.000,00	0,00	0,00	0,00	2.000,00
Serviços de Segurança Predial e Preventiva	20.000,00	50.256,00	49.555,16	49.555,16	42.107,66	700,84
Serviços de Medicina do Trabalho	8.000,00	12.000,00	7.320,00	7.320,00	7.320,00	4.680,00
Serviços de Seleção, Treinamento e Orientação Profis.	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00
Serviços de Intermediação de Estagios	90.000,00	60.000,00	59.412,50	59.412,50	59.412,50	587,50
Serviços Fotográficos e Vídeos	1.500,00	1.500,00	0,00	0,00	0,00	1.500,00
Serviço de Divulgação Institucional	150.000,00	245.000,00	243.210,50	243.210,50	208.284,70	1.789,50
Serviço de Produções Jornalísticas	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00
Demais Serviços Profissionais	40.000,00	41.400,00	41.319,57	41.319,57	41.319,57	80,43
Seguros de Bens Móveis	25.000,00	40.000,00	39.056,36	39.056,36	39.056,36	943,64
Seguros de Bens Imóveis	10.000,00	10.000,00	3.424,34	3.424,34	3.424,34	6.575,66
Outros Seguros	24.000,00	25.500,00	25.170,21	25.170,21	25.170,21	329,79
Locação de Bens Móveis, Máquinas e Equipamentos	32.000,00	27.000,00	20.933,30	20.933,30	20.933,30	6.066,70
Locação de Bens Imóveis	30.000,00	40.000,00	29.006,00	29.006,00	29.006,00	10.994,00
Manutenção e Conservação Bens Móveis	25.000,00	25.000,00	24.527,90	24.527,90	24.527,90	472,10
Manutenção e Conservação Dos Bens Imóveis	15.000,00	35.000,00	29.929,59	29.929,59	29.685,08	5.070,41
Manutenção e Conservação de Veículos	6.000,00	6.000,00	3.652,00	3.652,00	2.817,00	2.348,00
Serviços de Energia Elétrica	155.000,00	149.000,00	143.286,31	143.286,31	143.286,31	5.713,69
Serviços de Água e Esgoto	18.000,00	19.244,00	17.498,34	17.498,34	17.469,51	1.745,66
Postagem de Correspondência Institucional	35.000,00	80.000,00	78.986,75	78.986,75	55.892,55	1.013,25
Serviços de Telecomunicações	95.000,00	91.500,00	87.847,92	87.847,92	87.847,92	3.652,08
Serviços de Internet	65.000,00	78.500,00	69.589,72	69.589,72	69.589,72	8.910,28
Assinaturas	3.000,00	3.000,00	2.039,00	2.039,00	2.039,00	961,00
Impressos Gráficos	40.000,00	36.000,00	26.446,65	26.446,65	26.446,65	9.553,35
Serviço de Alimentação	15.000,00	20.000,00	12.080,99	12.080,99	10.905,00	7.919,01
Seminários, Palestras e Conferências	10.000,00	15.600,00	10.200,00	10.200,00	10.200,00	5.400,00

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DOTAÇÃO
TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	25.000,00	25.000,00	13.919,17	13.919,17	13.919,17	11.080,83
TRIBUTOS	25.000,00	25.000,00	13.919,17	13.919,17	13.919,17	11.080,83
Impostos e Taxas	20.000,00	20.000,00	13.919,17	13.919,17	13.919,17	6.080,83
Despesas Judiciais	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00
DEMAIS DESPESAS CORRENTES	235.000,00	157.516,00	145.781,96	145.781,96	145.660,23	11.734,04
Sentenças Judiciais	10.000,00	5.000,00	2.693,65	2.693,65	2.693,65	2.306,35
Indenizações, Restituições e Reposições	150.000,00	70.516,00	69.740,39	69.740,39	69.618,66	775,61
Despesas de Exercícios Anteriores	30.000,00	32.000,00	29.061,40	29.061,40	29.061,40	2.938,60
Despesas Miúdas de Pronto Pagamento	45.000,00	50.000,00	44.286,52	44.286,52	44.286,52	5.713,48
SERVIÇOS BANCÁRIOS	260.000,00	190.000,00	172.655,60	172.655,60	172.655,60	17.344,40
Taxa Sobre Serviços Bancários	10.000,00	10.000,00	653,69	653,69	653,69	9.346,31
Despesas Com Cobrança	250.000,00	180.000,00	172.001,91	172.001,91	172.001,91	7.998,09
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	175.000,00	131.000,00	98.809,85	98.809,85	93.522,30	32.190,15
SUBVENÇÕES SOCIAIS	175.000,00	131.000,00	98.809,85	98.809,85	93.522,30	32.190,15
Prodesu	115.000,00	115.000,00	98.809,85	98.809,85	93.522,30	16.190,15
Convênios, Acordos e Ajuda a Entidades - RES. 1032	60.000,00	16.000,00	0,00	0,00	0,00	16.000,00
RESERVAS	110.000,00	17.758,00	0,00	0,00	0,00	17.758,00
Contingência	110.000,00	17.758,00	0,00	0,00	0,00	17.758,00
CRÉDITO DISPONÍVEL DESPESA DE CAPITAL	550.000,00	915.000,00	804.020,86	804.020,86	804.020,86	110.979,14
INVESTIMENTOS	550.000,00	915.000,00	804.020,86	804.020,86	804.020,86	110.979,14
OBRAS, INSTALAÇÕES E REFORMAS	50.000,00	290.000,00	245.350,28	245.350,28	245.350,28	44.649,72
Obras e Instalações em andamento	50.000,00	290.000,00	245.350,28	245.350,28	245.350,28	44.649,72
EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES	500.000,00	625.000,00	558.670,58	558.670,58	558.670,58	66.329,42
MOBILIARIO EM GERAL	30.000,00	135.000,00	126.698,00	126.698,00	126.698,00	8.302,00
MÁQUINAS, MOTORES E APARELHOS	30.000,00	50.000,00	46.719,00	46.719,00	46.719,00	3.281,00
EQUIPAMENTO DE INFORMÁTICA	360.000,00	415.000,00	378.819,00	378.819,00	378.819,00	36.181,00

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DOTAÇÃO
OUTROS BENS MOVEIS	60.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00
Sistemas de Processamento de Dados	20.000,00	20.000,00	6.434,58	6.434,58	6.434,58	13.565,42
SUB-TOTAL DAS DESPESAS	**11.000.000,00**	**11.771.604,00**	**10.611.274,45**	**10.593.374,45**	**10.497.635,99**	**1.160.329,55**
SUPERÁVIT	**0,00**	**0,00**	**1.601.131,07**	**0,00**	**0,00**	**-1.601.131,07**
TOTAL	**11.000.000,00**	**11.771.604,00**	**12.212.405,52**	**10.593.374,45**	**10.497.635,99**	**-440.801,52**

João Pessoa-PB, 31 de dezembro de 2017

GIUCELIA ARAUJO DE FIGUEIREDO
PRESIDENTE
CREA-1600774784/PB
301.399.104-68

JOAO GOMES DA FONSECA
CONTADOR
CRC-PB 5.280/O-3
202.846.084-91

DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS					
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS	INSCRITOS		PAGOS	CANCELADOS	SALDO
	EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR			
CRÉDITO DISPONÍVEL DESPESA CORRENTE	0,00	85.216,79	85.216,79	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0,00	73.903,99	73.903,99	0,00	0,00
TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	0,00	4.153,23	4.153,23	0,00	0,00
DEMAIS DESPESAS CORRENTES	0,00	1.314,97	1.314,97	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	0,00	5.844,60	5.844,60	0,00	0,00
TOTAL:	**0,00**	**85.216,79**	**85.216,79**	**0,00**	**0,00**

Evite imprimir. Colabore com o meio ambiente.

CREA/PB

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia da Paraiba

CNPJ: 08.667.024/0001-00

Período: 01/01/2017 a 31/12/2017

Demonstração dos Fluxos de Caixa

	Exercício Atual	Exercício Anterior
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES		
INGRESSOS		
RECEITA CORRENTE	11.836.455,52	9.693.306,60
RECEITA TRIBUTÁRIA	3.905.675,02	3.160.235,27
TAXAS PELO EXERCÍCIO DO PODER DE POLICIA	3.905.675,02	3.160.235,27
ANOTAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA	3.905.675,02	3.160.235,27
RECEITAS DE CONTRIBUICOES	5.465.521,78	4.703.407,51
ANUIDADES PESSOAS FÍSICAS	2.523.502,93	2.287.269,23
PESSOAS FÍSICAS DO EXERCÍCIO	2.266.754,42	1.986.408,19
NÍVEL SUPERIOR - PF	1.886.494,96	1.641.238,93
NÍVEL MÉDIO - PF	379.407,36	343.614,67
PESSOAS FÍSICAS DO EXERCÍCIO ANTERIOR	256.748,51	300.861,04
NÍVEL SUPERIOR - PF	191.577,39	207.501,27
NÍVEL MÉDIO - PF	65.171,12	93.359,77
ANUIDADES DE PESSOAS JURÍDICAS	2.942.018,85	2.416.138,28
PESSOA JURÍDICA DO EXERCÍCIO	2.620.635,31	2.193.045,79
FAIXA 01	325.336,11	279.926,82
MATRIZ	308.251,86	264.736,43
FILIAL	17.084,25	15.190,39
FAIXA 02	796.053,09	609.482,65
MATRIZ	761.714,06	583.069,07
FILIAL	34.339,03	26.413,58
FAIXA 03	474.455,70	392.304,47
MATRIZ	455.660,10	373.563,59
FILIAL	18.795,60	18.740,88
FAIXA 04	309.896,67	255.026,65
MATRIZ	288.800,94	245.618,14
FILIAL	21.095,73	9.408,51
FAIXA 05	211.053,66	204.266,79
MATRIZ	177.531,69	179.085,47
FILIAL	33.521,97	25.181,32
FAIXA 06	267.180,90	232.488,05
MATRIZ	179.308,45	162.557,86
FILIAL	87.872,45	69.930,19
FAIXA 07	232.935,79	209.528,80
MATRIZ	75.932,25	86.590,36
FILIAL	157.003,54	122.938,44
PESSOA JURÍDICA DO EXERCÍCIO ANTERIOR	319.579,11	223.092,49
FAIXA 01	38.821,35	39.152,46
MATRIZ	37.367,32	37.883,93
FILIAL	1.454,03	1.268,53
FAIXA 02	114.994,59	75.321,27
MATRIZ	111.146,96	71.319,25
FILIAL	3.847,63	4.002,02

Evite imprimir. Colabore com o meio ambiente.

	Exercício Atual	Exercício Anterior
FAIXA 03	57.489,39	44.116,52
MATRIZ	54.437,84	41.676,94
FILIAL	3.051,55	2.439,58
FAIXA 04	36.874,63	14.728,29
MATRIZ	32.298,82	14.728,29
FILIAL	4.575,81	0,00
FAIXA 05	19.266,93	7.755,52
MATRIZ	14.483,58	4.811,63
FILIAL	4.783,35	2.943,89
FAIXA 06	28.218,09	23.045,92
MATRIZ	7.746,49	12.367,24
FILIAL	20.471,60	10.678,68
FAIXA 07	23.914,13	18.972,51
MATRIZ	3.816,57	8.253,00
FILIAL	20.097,56	10.719,51
RECEITA DE SERVICOS	418.265,06	283.745,91
EMOLUMENTOS COM INSCRIÇOES	229.738,54	146.993,92
EMOLUMENTOS COM EXPEDIÇÕES DE CARTEIRAS	57.812,73	54.182,18
EMOLUMENTOS COM EXPEDIÇÕES DE CERTIDÕES	106.353,45	61.340,28
PROFISSIONAIS PESSOAS FISICAS	106.353,45	61.340,28
EMOLUMENTOS COM VISTOS DE REGISTROS	24.360,34	21.229,53
FINANCEIRAS	715.539,30	657.999,60
JUROS DE MORA SOBRE ANUIDADES	1.017,32	30.623,10
JUROS DE MORA SOBRE MULTAS DE INFRAÇÕES	46.188,58	31.922,09
ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA	668.333,40	595.454,41
ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA SOBRE ANUIDADES	108.499,74	107.569,15
MULTAS SOBRE ANUIDADES	331.450,30	348.982,08
REMUNERAÇÃO DE DEP. BANC. E APLICAÇÕES FINANCEIRAS	228.383,36	138.903,18
TRANSFERENCIAS CORRENTES	792.660,76	411.457,73
Transferências	59.632,22	115.145,36
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	537.424,61	474.706,08
DÍVIDA ATIVA	149.157,19	209.751,10
MULTAS DE INFRAÇÕES	364.125,39	264.177,15
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	22.313,75	0,00
RECEITAS NÃO IDENTIFICADAS	1.828,28	777,83
RECEITA DIVERSAS	1.368,99	1.754,50
OUTROS INGRESSOS	3.543.478,44	3.521.842,77
DESEMBOLSOS		
OUTROS DESEMBOLSOS	3.627.070,53	4.096.846,84
Despesa Orçamentária	10.611.274,45	9.713.492,97
CREDITO EMPENHADO – PAGO	10.497.635,99	9.628.276,18
DESPESA CORRENTE	9.693.615,13	9.075.703,63
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	4.624.259,28	4.522.104,55
ENCARGOS PATRONAIS	1.409.543,84	1.345.055,87
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	3.659.812,01	3.208.543,21
DESPESA DE CAPITAL	804.020,86	552.572,55
INVESTIMENTOS	804.020,86	552.572,55
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES	-9.757.940,29	-9.642.952,18
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
INGRESSOS		
ALIENACAO DE BENS	0,00	134.500,00

Evite imprimir. Colabore com o meio ambiente.

	Exercício Atual	Exercício Anterior
ALIENAÇÕES DE BENS MÓVEIS	0,00	134.500,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	375.950,00	552.955,05
TRANSFERÊNCIAS	375.950,00	552.955,05
DESEMBOLSOS		
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	375.950,00	687.455,05
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
INGRESSOS		
DESEMBOLSOS		
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	0,00	0,00
APURAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA DO PERÍODO		
GERAÇÃO LIQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	-9.381.990,29	-8.955.497,13
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	617.744,65	440.263,25
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA FINAL	-8.764.245,64	617.744,65

João Pessoa-PB, 31 de dezembro de 2017

GIUCELIA ARAUJO DE FIGUEIREDO
PRESIDENTE
CREA-1600774784/PB
301.399.104-68

JOAO GOMES DA FONSECA
CONTADOR
CRC-PB 5.280/O-3
202.846.084-91

Evite imprimir. Colabore com o meio ambiente.

CREA/PB

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia da Paraiba

CNPJ: 08.667.024/0001-00

Período: 01/01/2017 a 31/12/2017

Variações Patrimoniais

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS

	Exercício Atual	Exercício Anterior		Exercício Atual	Exercício Anterior
VARIAÇÃO PATRIMONIAL AUMENTATIVA	13.429.916,17	12.319.745,94	VARIAÇÃO PATRIMONIAL DIMINUTIVA	10.563.161,06	10.274.954,55
IMPOSTOS , TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	3.905.675,02	3.160.235,27	PESSOAL E ENCARGOS	7.310.351,34	6.952.059,39
TAXAS	3.905.675,02	3.160.235,27	REMUNERAÇÃO DE PESSOAL	4.636.700,78	4.522.104,55
TAXAS PELO EXERCÍCIO DO PODER DE POLICIA	3.905.675,02	3.160.235,27	REMUNERAÇÃO A PESSOAL - RPPS	4.636.700,78	4.522.104,55
CONTRIBUIÇÕES	5.465.521,78	4.703.407,51	ENCARGOS PATRONAIS	1.409.543,84	1.345.055,87
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	5.465.521,78	4.703.407,51	ENCARGOS PATRONAIS - RPPS	1.409.543,84	1.345.055,87
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	5.465.521,78	4.703.407,51	BENEFÍCIOS A PESSOAL	1.264.106,72	1.084.898,97
EXPLORAÇÃO E VENDA DE BENS, SERVIÇOS E DIREITOS	418.265,06	283.745,91	BENEFÍCIOS A PESSOAL - RPPS	1.264.106,72	1.084.898,97
EXPLORAÇÃO DE BENS DIREITOS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	418.265,06	283.745,91	BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS E ASSISTENCIAIS	53.530,00	55.040,00
VALOR BRUTO DE EXPLORAÇÃO DE BENS E DIREITOS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	418.265,06	283.745,91	BENEFÍCIOS EVENTUAIS	53.530,00	55.040,00
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS FINANCEIRAS	715.539,30	658.726,30	OUTROS BENEFÍCIOS EVENTUAIS	53.530,00	55.040,00
JUROS E ENCARGOS DE MORA	47.205,90	62.545,19	USO DE BENS, SERVICOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO	1.992.282,51	2.242.764,99
JUROS E ENCARGOS DE MORA SOBRE FORNECIMENTOS DE BENS E SERVIÇOS	47.205,90	62.545,19	USO DE MATERIAL DE CONSUMO	171.756,56	159.600,03
VARIAÇÕES MONETARIAS E CAMBIAIS	108.499,74	107.569,15	CONSUMO DE MATERIAL	171.756,56	159.600,03
OUTRAS VARIAÇÕES MONETÁRIAS E CAMBIAIS	108.499,74	107.569,15	SERVIÇOS	1.820.525,95	1.559.478,97
OUTRAS VARIACOES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS - FINANCEIRAS	559.833,66	488.611,96	DIARIAS	422.816,86	251.175,89
MULTAS SOBRE ANUIDADES	559.833,66	488.611,96	SERVICOS TERCEIROS - PESSOAS FÍSICAS	151.340,99	199.734,56
TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS	1.168.610,76	964.412,78	SERVICOS TERCEIROS - PESSOAS JURÍDICAS	1.246.368,10	1.108.568,52
TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	375.950,00	552.955,05	DEPRECIACAO, AMORTIZACAO E EXAUSTAO	0,00	523.685,99
TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	375.950,00	552.955,05	DEPRECIACAO	0,00	523.685,99
TRANSFERÊNCIAS DAS INSTITUICOES PRIVADAS	59.632,22	115.145,36	VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS FINANCEIRAS	722.746,54	771.037,08
TRANSFERÊNCIAS DAS INSTITUICOES PRIVADAS	59.632,22	115.145,36	JUROS E ENCARGOS DE EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS OBTIDOS	172.655,60	336.142,20
TRANSFERÊNCIAS DE PESSOAS FISICAS	733.028,54	296.312,37	OUTROS JUROS E ENCARGOS DE EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS	172.655,60	336.142,20
TRANSFERÊNCIAS DE PESSOAS FISICAS	733.028,54	296.312,37	OUTRAS VARIACOES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS FINANCEIRAS	550.090,94	434.894,88
VALORIZAÇÃO E GANHOS COM ATIVOS	9.958,78	0,00	OUTRAS VARIACOES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS FINANCEIRAS	550.090,94	434.894,88
GANHOS COM ALIENAÇÃO	9.958,78	0,00	TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS	98.809,85	94.348,41
GANHOS COM ALIENAÇÃO DE IMOBILIZADO	9.958,78	0,00	TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	98.809,85	94.348,41

	Exercício Atual	Exercício Anterior		Exercício Atual	Exercício Anterior
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	1.746.345,47	2.549.218,17	TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	98.809,85	94.348,41
VARIAÇÃO PATRIMONIAL AUMENTATIVA A CLASSIFICAR	1.828,28	777,83	DESVALORIZAÇÃO E PERDA DE ATIVOS	0,00	23.123,81
RECEITAS NÃO IDENTIFICADAS	1.828,28	777,83	PERDAS COM ALIENAÇÃO	0,00	23.123,81
DIVERSAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	1.744.517,19	2.548.440,34	PERDAS COM ALIENAÇÃO DE IMOBILIZADO	0,00	23.123,81
MULTAS ADMINISTRATIVAS	364.125,39	263.450,45	TRIBUTÁRIAS	13.919,17	18.765,80
INDENIZAÇÕES	132,75	0,00	IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	13.919,17	18.765,80
DÍVIDA ATIVA	1.375.239,39	2.283.235,39	IMPOSTOS	13.919,17	18.765,80
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS DECORRENTES DE FATOS GERADORES DIVERSOS	5.019,66	1.754,50	OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	371.521,65	117.815,07
			DIVERSAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	371.521,65	117.815,07
			VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS DECORRENTES DE FATOS GERADORES DIVERSOS	371.521,65	117.815,07
Total das Variações Ativas :	**13.429.916,17**	**12.319.745,94**	**Total das Variações Passivas :**	**10.563.161,06**	**10.274.954,55**
RESULTADO PATRIMONIAL					
Déficit do Exercício			**Superávit do Exercício**	**2.866.755,11**	**2.044.791,39**
Total	**13.429.916,17**	**12.319.745,94**	**Total**	**13.429.916,17**	**12.319.745,94**

João Pessoa-PB, 31 de dezembro de 2017

GIUCELIA ARAUJO DE FIGUEIREDO
PRESIDENTE
CREA-1600774784/PB
301.399.104-68

JOAO GOMES DA FONSECA
CONTADOR
CRC-PB 5.280/O-3
202.846.084-91

Evite imprimir. Colabore com o meio ambiente.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado da Paraíba – CREA-PB é uma entidade autárquica de fiscalização do exercício e das atividades profissionais dotada de personalidade jurídica de direito público, constituindo serviço público federal, vinculada ao Conselho Federal de Engenharia e Agronomia – CONFEA.

O CREA-PB possui sede e foro na cidade de João Pessoa e jurisdição no Estado da Paraíba, localizado na Avenida Dom Pedro I, nº 809 – Centro, CEP: 58.013-021, instituído pela Resolução nº 165, de 27 de outubro de 1967, na forma estabelecida pelo Decreto Federal nº 23.569, de 11 de dezembro de 1933, e mantido pela Lei nº 5.194, de 24 de dezembro de 1966, para exercer papel institucional de primeiras e segundas instâncias no âmbito de sua jurisdição.

A estrutura básica é composta por órgãos de caráter decisório ou executivo, compreendendo: Plenário, Câmaras Especializadas, Presidência, Diretoria e Inspetorias.

2. PRINCIPAIS DIRETRIZES CONTÁBEIS

2.1. APRESENTAÇÃO E ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As Demonstrações Contábeis do exercício de 2017 foram elaboradas em conformidade com a Lei nº 4.320/64, bem como os critérios e procedimentos estabelecidos pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público NBC T 16.6 aprovada pela Resolução CFC nº 1.133/08.

2.2. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

No exercício de 2017, o Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado da Paraíba contabilizou os atos e fatos da gestão observando as Normas Brasileiras de Contabilidade aplicadas ao Setor Público e a Lei 4.320/64 que estatui normas gerais do direito financeiro e controles para os orçamentos e balanços da esfera pública.

a) Créditos

As receitas foram contabilizadas pelo regime de competência.

b) Estoques

Os materiais em almoxarifado estão lançados pelo custo de aquisição.

c) Bens Patrimoniais

Os bens registrados no ativo imobilizado foram reavaliados no exercício de 2016.

d) Patrimônio Líquido

O patrimônio líquido é constituído de recursos próprios, sofrendo variações em decorrência de superávits ou déficits apurados anualmente. No exercício de 2017 foi apurado um Superávit Patrimonial no montante de R$ 2.866.755.11 (Dois milhões oitocentos e sessenta e seis mil setecentos e cinqüenta e cinco reais e onze centavos).

e) Ajustes de Exercícios Anteriores

São considerados como ajustes de exercícios anteriores, os decorrentes de mudança de critério contábil ou de retificação de erro imputável a exercício anterior, desde que não possam ser atribuídos a fatos subseqüentes (art. 186, § 1º LEI Nº 6.404/76).

Desta forma, no balanço encerrado em 31/12/2017 houve um ajuste de R$. 1.536.233,52 (Um milhão quinhentos e trinta e seis mil duzentos e trinta e três reais e cinqüenta e dois centavos), referente a ajuste para a conta de Resultado de exercícios anteriores, regularização de lançamento feito equivocadamente na conta de Almoxarifado..

f) Apuração do Resultado

No balanço patrimonial constatamos um Superávit financeiro de R$ 2.042.804,65 (Dois milhões e quarenta e dois mil oitocentos e quatro reis e sessenta e cinco centavos), que foi apurado com base no regime de competência das receitas e das despesas. No balanço orçamentário ocorreu um Superávit, no valor de R$ 1.601.131,07 (Um milhão seiscentos e um mil cento e trinta e um reais e sete centavos).

3. BENS PATRIMONIAIS

Em termos monetários, os bens patrimoniais apresentam a seguinte composição:

	2017	2016
BENS MÓVEIS	**2.781.173,01**	**2.670.485,53**

Mobiliário em Geral	671.689,70	633.830,73
Máquinas, Motores e Aparelhos	229.867,52	219.483,93
Veículos	805.382,15	975.218,67
Equipamentos de Informática	1.031.873,26	806.026,40
Sistemas Processam. Dados	42.360,38	35.925,80
Outros Bens Móveis	0,00	0,0
BENS IMÓVEIS	**18.217.310,97**	**18.495.646,69**
Edifício	13.200.310,97	12.721.205,51
Terrenos	5.017.000,00	5.017.000,00
Obras em andamento	0,00	757.441,18

A Variação observada entre o exercício de 2016 e 2017 decorre dos processos de aquisições e incorporações e depreciações ocorridas em 2017.

4. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O patrimônio líquido do CREA-PB, em 31/12/2017, está assim constituído:

PATRIMÔNIO LÍQUIDO	27.877.743,36
Patrimônio Social	27.877.743,36
Ajustes de Exercícios Anteriores	1.536.233,52
Resultado do Exercício	2.866.755,11
Resultados Acum. de Exercícios Anteriores	23.474.754,73

João Pessoa, 31 de dezembro de 2017.

Engº Agr. Giucélia Araújo de Figueiredo

Crea – 1600774784/PB

Presidente

João Gomes da Fonseca

Contador

CRC-PB 5.280/O-3